

Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 13 - Ano 2006

Dossiê:
moral e revolução

América Latina:
recolonização
e revolução



Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional

Nº 13 -2006



Marxismo Vivo é uma revista do Instituto
José Luís e Rosa Sundermman
CGC 73282.907/0001-64
Atividade principal 61.81.
Rua Humaitá, 476 Bela Vista – São Paulo – SP
01321-010
Fone (11) 3106-3345

Impressão

Bartira Gráfica e Editora S.A

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia
MTb 12.471

Editor

Martín Hernández

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

Eduardo Perez

Alejandro Iturbe
Cecília Toledo
Bernardo Cerdeira
Martín Hernández
Nazareno Godeiro
José Welmowicki

www.litci.org

www.marxismalive.org

marxismalive@marxismalive.org

Marxismo Vivo – Revista de teoria
e política internacional
São Paulo – Brasil – Instituto
José Luís e Rosa Sundermman
ISSN 1806-1591
2000, nº 1, julho/setembro
2001, nº 2, outubro/janeiro
2001, nº 3, maio
2001, nº 4, dezembro
2002, nº 5, abril
2002, nº 6, novembro
2003, nº 7, novembro
2004, nº 8, março
2004, nº 9, julho
2004, nº 10, novembro
2005, nº 11, junho
2005, nº 12, dezembro
2006, nº 13, maio

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO COMO TRADUTORES E REVISORES

Noemi Benito (Peru) (português-espanhol)
Laura Sánchez (Peru) (português-espanhol)
Gustavo Amado (Peru) (português-espanhol)
Alejandro Iturbe (Argentina) (português-espanhol)
Raimundo Alves (Brasil) (espanhol-português)
Nea Vieira (Brasil) (espanhol-português)
Marcos Margarido (Brasil) (espanhol-português)
Márcio Palmares (revisão português)
Míriam Osuna (revisão espanhol)

Ano 2006

Ajustes neoliberais e lutas sociais: estratégias políticas na América Latina	5
LUIZ FERNANDO DA SILVA	
América Latina: recolonização e resistência	14
CECÍLIA TOLEDO E JOSÉ WELMOWICKI	
Colômbia: guerra de aparatos e luta de classes	22
GUADALUPE MONTENEGRO	
A resistência no Equador e a necessidade da revolução operária e popular	32
DAVID CAVALCANTE	
Peru: eleições, crise de regime e do plano neoliberal	38
SIMON LAZARA	
Argentina: por que as Mães da Praça de Maio apoiam Kirchner?	47
VÍCTOR QUIROGA Y ALEJANDRO ITURBE	

Dossiê

Da moral revolucionária ao vale tudo	56
MARTÍN HERNÁNDEZ	
A moral deles e a nossa	63
LEON TROTSKY	
Moral bolche ou espontaneísta?	74
NAHUEL MORENO	

Pontos de vista

A guerra da água	89
JONAS POTYGUAR	
Trotsky e a imprensa operária	94
CECÍLIA TOLEDO	

Em Teoria

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado e o “equilíbrio pontuado”	104
GABRIEL MASSA	

Livros

Resenha do livro “As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista”, de Valério Arcary	116
FERNANDO SÉRGIO DAMASCENO	



Esta nova edição de **Marxismo Vivo** tem como um de seus temas centrais a situação na América Latina. Fechávamos esta edição quando um acontecimento político se transformou na principal notícia no mundo todo. Justamente na América Latina, na Bolívia, o governo de Frente Popular, encabeçado por Evo Morales, nacionalizou a exploração do gás e do petróleo.

Este acontecimento praticamente resume a situação da América Latina. Evo Morales, buscando respaldo popular para seu governo, foi forçado a tomar uma medida de caráter anti-imperialista. Aliás, não se pode esquecer que os trabalhadores e o povo boliviano, por meio de uma revolução, derrubaram dois presidentes, exigindo justamente a nacionalização do gás e do petróleo

As grandes potências imperialistas ficaram preocupadas, não tanto pelos prejuízos econômicos da medida, mas pelo temor de que ela possa estender-se a outras áreas e outros países. Quem está mais preocupado com essa medida de Evo Morales não é uma potência imperialista, mas o governo de um país completamente dominado por essas potências. Nos referimos ao governo Lula, do Brasil, que, como ponta de lança do imperialismo na região, intervém como mediador político e é um investidor fundamental em vários países da área, entre eles a Bolívia. O Brasil tem as maiores inversões na Bolívia nas áreas nacionalizadas e é quem mais depende do gás boliviano para o funcionamento de sua indústria.

Quanto a Evo Morales, depois de tomar essa medida extrema, está fazendo enormes esforços para buscar uma saída negociada, radicalizando seu discurso dentro do país e suavizando-o fora dele. Imediatamente começou a negociar os preços com o Brasil e a Argentina, com o compromisso de que o fornecimento de gás não será interrompido. Uma estranha forma de negociar para quem agora tem o controle da segunda maior reserva de gás da América Latina.

Poderá Evo Morales “ficar de bem com Deus e com o diabo” por muito tempo? Esse é seu objetivo, mas não está claro que o poderoso movimento de massas boliviano vá permitir isso. Com certeza, a próxima edição de **Marxismo Vivo** terá muitas páginas destinadas a analisar esse processo que ocorre na Bolívia e que certamente será acompanhado, com muita atenção, por todos os lutadores no mundo inteiro ■

Ajustes neoliberais e lutas sociais: estratégias políticas na América Latina



LUIZ
FERNANDO
DA SILVA

A “globalização” e as políticas neoliberais, propagadas aos quatro cantos pelos arautos do Capital, não trouxeram horizonte de igualdade e felicidade para a humanidade. A derrocada da burocracia dos Estados do Leste Europeu ampliou a luta de classes internacionalmente, porque desbloqueou os mecanismos contra-revolucionários e aprofundou as contradições sociais em amplas áreas geográficas. A situação revolucionária mundial apresenta-se e reapresenta-se objetivamente em decorrência dos efeitos sociais das políticas imperialistas de “ajustes estruturais”, implementadas com o apoio de governos advindos de setores de esquerda para “solucionar” a tendência estrutural de queda da taxa de lucros do Capital, ou seja, a crise crônica do capitalismo contemporâneo.

Por seu caráter inteiramente antagônico às amplas massas proletárias e aos povos, de maneira permanente (estrutural), a política imperialista configura os novos cenários e possibilidades revolucionárias. Por sua vez, as intervenções militares e a militarização de áreas geográficas, com o objetivo de conter os processos revolucionários e se apropriar de áreas estratégicas em recursos naturais, demonstram-se inviáveis como mecanismos repressivos, além de intensificar as lutas e a resistência de caráter antiimperialista.

Luiz Fernando da Silva é sociólogo, professor na Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Bauru, São Paulo, Brasil, e membro do PSTU.

América Latina: democracia e política imperialista de “ajustes estruturais”

Após a “redemocratização” de vários países latino-americanos, findando com os regimes políticos ditatoriais na região, na década de 1980, as democracias formais não significaram democracia social. Os governos eleitos sucessivamente incorporaram a ideologia e as políticas neoliberais.

Na década de 1980, os povos latino-americanos sofreram com a “crise da dívida externa”. Depois de empréstimos internacionais facilitados, entre o final da década de 1960 e 1970, o volume de endividamento externo realizado por governos militares e burguesias locais ampliou-se significativamente, em razão da elevação dos juros internacionais.

A ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI), na renegociação desse endividamento, significou a subordinação das elites econômicas e políticas burguesas aos ditames dos ajustes estruturais do imperialismo. Nessa conjuntura econômica, o FMI impôs inúmeras reformas.

Os ajustes estruturais nessa parte do continente foram profundos e trouxeram saldos positivos para o Capital. A síntese política desses ajustes encontra-se no que ficou conhecido como *Consenso de Washington*, encontro realizado na capital norte-americana, em novembro de 1989, que teve como objetivo avaliar as reformas econômicas que já eram implantadas na região. O título do encontro era sugestivo: “Latin American adjustment: How much has happened?” (“Ajuste latino-americano: Quanto já ocorreu?”). Ideólogos e técnicos do governo norte-americano e dos organismos financeiros - Banco Mundial, FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento -, além de especialistas latino-americanos, diagnosticaram e condensaram as linhas da estratégia imperialista (Roberts, 2000).

O *Consenso de Washington* implicou a padronização do receituário que se seguiu na década de 1990. Cabe lembrar os dez pontos da “cartilha”, estabelecidos no encontro: cortes nas despesas com políticas sociais e investimentos, com o objetivo de “equilibrar” o orçamento estatal; prioridade nas despesas públicas ao pagamento de juros das dívidas externa e interna; reforma fiscal; flexibilização do mercado financeiro para a presença de bancos internacionais e eliminação de restrições ao fluxo de capital especulativo internacional; equiparação das moedas nacionais ao dólar; eliminação das restrições ao investimento estrangeiro; programa de privatizações; desregulamentação de atividades estratégicas (mineração, transporte, prospecção) e das relações trabalhistas (reformas); nova lei de patentes de acordo com exigências internacionais.

As conseqüências sociais dessas políticas são conhecidas: desemprego estrutural, destruição de direitos sociais e trabalhistas, abertura de mercados ao capital financeiro, miséria que aumentou a níveis alarmantes, privatizações, desaparecimento dos serviços públicos (saúde, educação, saneamento básico, cultura) e ênfase no “mercado”, além da intensificação da militarização da região.

A democracia formal, portanto, do ponto de vista da maioria da população, significou aprofundamento da miséria e os “anos dourados do capital”. A redemocratização veio acompanhada pela pauperização de extensas faixas da população.

1 BANCO MUNDIAL. *Redução da pobreza e crescimento: círculo virtuoso e vicioso*. 2006. www.worldbank.org/lac

2 BORON, Atilio A. *La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos*. OSAL, ano V, n.13, enero-abril 2004. p.41-56.

3 FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de Interpretação Sociológica. São Paulo: Zahar Editores, 1975.



Nesse quadro de miséria generalizada, as burguesias locais e a esquerda reformista e social-democrata pretenderam integrar politicamente as massas no “jogo democrático” e, simultaneamente, foram implementadas “políticas de ajustes” que as excluíram e as marginalizaram. O Estado foi reverenciado como âmbito da justiça e como instância de redistribuição de renda, ao mesmo tempo em que foi desmantelado e subordinado irreversivelmente ao reforçamento darwiniano do mercado.

Depois de duas décadas, os últimos anos evidenciaram o fracasso de tal ideário e políticas e a frustração de amplos setores sociais que exigem transformações nas políticas econômicas e sociais. Os regimes democrático-burgueses estão fortemente desprestigiados e as democracias são percebidas como formas políticas meramente eleitorais e sem conteúdo, isto é, sem capacidade de satisfazer as necessidades básicas da grande maioria da população. Torna-se mais evidente para trabalhadores urbanos, camponeses, juventude e diversos movimentos sociais os estreitos laços entre poder econômico e poder político; a corrupção nas esferas estatal e privada; a mercantilização e privatização dos espaços públicos; a “recolonização” dos recursos naturais e estratégicos.

Essa é a base real para as lutas sociais que se politizam e processos revolucionários que saem de seu caráter localizado e ganham dimensões nacionais e internacionais, afirmando de maneira mais nítida seu caráter antiimperialista.

O crescimento regional das lutas sociais é flagrante, inclusive em sua dimensão quantitativa. Seguindo o que já se desenvolvia em anos anteriores, em 2005 ocorreram expressivos conflitos na área andina e centro-americana, como também no Cone Sul. Essas manifestações decorrem, em especial, do ciclo de lutas contra os tratados de livre comércio com os EUA e das condicionalidades em termos de políticas públicas que os mesmos supõem. Apresentam-se nesse cenário, movimentos sociais (jovens e movimentos estudantis, movimentos urbanos diversos e movimentos multisetoriais), ao lado das lutas salariais dos trabalhadores e dos movimentos camponeses pela terra. Com formas de organização, ritmos e tempos diferenciados, verificamos como os trabalhadores e a população pobre desses países enfrentam as políticas caracterizadas como neoliberais.

Na América Latina, desde 1980, 14 presidentes eleitos não chegaram ao final do mandato. De qualquer maneira, os ideólogos das instituições financeiras internacionais ainda se confortam com a fictícia constatação de que “em democracias frágeis como a da Bolívia, a renúncia de um presidente não tem provocado até agora uma ruptura total da ordem constitucional, e os atores políticos têm logrado superar as crises dentro do marco democrático, elemento essencial da curva de aprendizagem que, de fato, fortalece o pluralismo” (Valenzuela, 2005, p.17).

James Petras considera que os “anos dourados” do imperialismo foram também aqueles em que nenhum presidente eleito ou o congresso nacional combateram os “ajustes estruturais”. Pelo contrário, tais políticas foram endossadas nesses espaços de “democracia” por meio de legislação que permitiu todo o descalabro de contra-reformas. São os “governos clientes” do imperialismo. O quadro político de intensificação de lutas sociais, a partir da entrada do século XXI, exigiu do imperialismo uma política flexível de negociação com uma

4 HARNECKER, Marta. Sobre la estratégia de la izquierda en América Latina. www.rebelión.com, 24 outubro de 2004.

5 LENIN, Vladimir Ilich. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.



“nova classe política”: “um novo conjunto de discípulos do FMI, que guarda uma tradicional identificação com a esquerda, mas cujo ponto de referência atual é o modelo de acumulação centrada no imperialismo” (Petras, 2005, p.295).

Mas caberia precisar essa caracterização. Os “governos clientes” não somente se identificam, mas em diversos casos advêm dos movimentos sociais, de caráter popular e sindical, o que lhes permite constituir, com êxito momentâneo, mecanismos *contra-revolucionários* por dentro da ordem, através do atrelamento de tais movimentos, colocando-os como aparatos contrários à luta revolucionária e à ascensão das mobilizações e da resistência ao imperialismo. Com a irrupção da luta de classes na América Latina, apresentou-se a necessidade para o imperialismo do apoio às propostas e governos com respaldo popular, como no caso de Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Tabaré Vasquez no Uruguai e Nestor Kirchner na Argentina. Tais propostas procuram conter o aprofundamento do descontentamento das massas, em decorrência da manutenção das políticas econômicas *pró-imperialistas*.

Podemos considerar os mecanismos contra-revolucionários que se desenvolvem nesses cenários como preventivos, porque tentam diluir descontentamentos e revoltas em espaços da institucionalidade burguesa. Diversas forças políticas e sociais, de caráter popular, sofreram inflexões em seus posicionamentos políticos, tornando-se sujeitos ativos da desmobilização e servindo tão somente aos interesses imperialistas, às burguesias locais e forças políticas tradicionais. Ou seja, transformaram-se em bastiões e reprodutores das políticas neoliberais e obstáculos para o ascenso revolucionário das massas.

Os resultados dos ajustes estruturais e o diagnóstico da “pobreza”: a visão do Banco Mundial

As instituições financeiras internacionais avaliam como positiva a situação econômica na América Latina e Caribe, em razão da política imperialista implementada na região. Para o Banco Mundial (2006), na atualidade foram obtidos os melhores resultados em crescimento econômico em relação aos últimos 24 anos. Esse “êxito” ancorou-se no crescimento mundial, ampliação das exportações e nos preços dos produtos básicos. México, Chile e Brasil, no período, aumentaram sua produção, enquanto Argentina, Uruguai e Venezuela recuperaram-se das crises que lhes afetaram em anos anteriores. A maioria dos países, de acordo com a instituição, mantém superávit comercial, reduziu suas necessidades de financiamento externo e acumula grandes quantidades de reservas internacionais. Em decorrência desse quadro, o déficit fiscal se reduziu.

Esse diagnóstico “cor de rosa”, no entanto, não deixa de expressar preocupações sobre o crescimento do que eles cunham como “pobreza” e “abaixo da linha de pobreza”. A aplicação das políticas econômicas em nada solucionou o crescimento da miséria na região. Ideólogos do imperialismo consideram que a pobreza aumenta e a desigualdade figura entre as maiores do mundo. Aí se encontra a preocupação desses senhores: tal situação poderia acabar com “o apoio popular aos programas de reformas iniciados durante os anos noventa, que prometiam muito, mas que com frequência deram resultados decepcionantes” (Singh e Collins, 2005, p.9).

6 PETRAS, J. La economía política de la política exterior de Estados Unidos para América Latina. OSAL, ano VI, n.17, maio/ago. 2005, p.289-295.

7 ROBERTS, Richard. *Finanças internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

8 SAAVEDRA, Jaime y ARIAS, Omar S. Sem saída? *Finanças e desarrollo*, dezembro de 2005. p.18-22.



A América Latina e Caribe têm uma população de 534 milhões de pessoas, sendo que dois terços encontram-se concentrados em regiões urbanas (dezembro de 2005, *Panorama geral*).

Tendo como base a Paridade do Poder Aquisitivo (PPA) de US\$ 1 por dia, o Banco Mundial estima que entre 1990 e 2001 a extrema pobreza diminuiu na região, de 11,3% para 9,5%, ainda que, por efeito do crescimento populacional, o número de pessoas que vivem com US\$ 1 por dia se manteve em 50 milhões. Mas se o valor de referência é a PPA de US\$ 2 por dia, a pobreza não retrocedeu. A proporção da população em situação de pobreza tem permanecido ao redor dos 25% desde meados dos anos noventa e, pelo crescimento populacional, o número de pobres se elevou ao redor de 128 milhões no começo desta década.

A avaliação do imperialismo sobre a pobreza é por demais reduzida, da mesma maneira que a sua resolução. Em nosso caso, tratar esses dados não significa submeter-nos à lógica da formulação abstrata desses conceitos (pobreza, abaixo da linha da pobreza), pois são uma armadilha conceitual e ideológica. Enfocada de maneira positivista e funcional, a pobreza mensurada quantitativamente transforma-se em “dado” abstrato. Seu grau de abstração encontra-se na indeterminação de sua existência. Em que relações sociais e históricas de produção e reprodução do Capital ela se encontra? Se perguntado ao técnico o que seria essa categoria abstrata, ele responderia: não ter dois dólares diários para comer. Para esses ideólogos, o desafio é subsidiar essa condição. O que remete a outra armadilha: o problema encerra-se com programas sociais que “minimizem” essa situação ou, no “melhor da hipótese”, implemente uma política de “redistribuição de renda”.

Embora subestime os números da pobreza e miséria na região, o Banco Mundial reconhece, a partir de seus próprios parâmetros estatísticos, que essa situação social não regrediu, nem estancou, pelo contrário, continua crescendo. Isso demonstra cabalmente, em seus próprios resultados, que as políticas de ajustes estruturais das últimas décadas em nada beneficiaram os trabalhadores e a grande maioria da população.

Esses números são, em verdade, muito mais elevados. De acordo com dados socioeconômicos de América e Caribe, a pobreza afeta a 39% dos latino-americanos, o que significa que mais de 200 milhões de pessoas não têm rendimentos suficientes para cobrir suas necessidades elementares de alimentos e outros gastos básicos. A pobreza extrema – que marca a impossibilidade de obter uma cesta mínima calórica – girava em torno de 18,6% no começo dessa década; atualmente afeta ao redor de 96 milhões de pessoas. Portanto, podemos considerar que, por baixo, pelo menos cerca de 294 milhões encontram-se na pobreza ou abaixo da linha de pobreza. Ou seja, 57,6% da população latino-americana tentam sobreviver na linha da pobreza ou abaixo dela. E mesmo assim, consideramos tais números subestimados.

De acordo com os próprios ideólogos do capitalismo, esses índices apresentam distinções em relação a cada país. Jaime Saavedra e Omas S. Arias (2005) analisam que na Bolívia e em Honduras a linha da pobreza está em torno de 60% da população; no Chile e Uruguai, por volta de 30%. Em relação à questão étnica, 90% da população indígena mexicana encontra-se abaixo da linha de pobreza, em relação a 47% da população não indígena; na Guatemala, 74% e 38%. No Brasil, a pobreza alcança 41% dos habitantes de ascendência africana,

9 SEONE, José y TADDEI, Emilio. Cartografía de las resistencias y desafíos de la otra América posible. OSAL, ano VI, n°18, septiembre-diciembre 2005. p.119-138.

10 SILVA, Luiz Fernando. Sobre o marxismo no capitalismo contemporâneo. In: Martins, S.T. (org.). *O método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005. pp.61-86.

em comparação com 17% da população branca. A Argentina, por sua vez, entre 1999 e 2002, elevou sua taxa de pobreza, respectivamente, de 30,8% para 58,0%; a República Dominicana, no período entre 2002 e 2004, passou de 26,6% para 42,2%.

As causas para tal situação social seriam encontradas na interrupção das contra-reformas e nas reiteradas crises financeiras que fizeram desabar as melhorias sociais! Deve-se admitir a fertilidade imaginativa desses senhores, adubados pela verde ração dos dólares. Fantasmas, no entanto, percorrem seus pesadelos: “tem aumentado a militância nos grupos desfavorecidos” (Singh e Collins, 2005, p.9).

“...os latino-americanos seguem manifestando grande frustração, porque os resultados não se equiparam com suas expectativas. Sucessivos estudos de Latinobarómetro indicam que embora haja um forte apoio para os governos democráticos e a manutenção da economia de mercado [*o que é um falseamento na análise da realidade social e política* – L.F.S.], a população está insatisfeita com o nível de progresso econômico, a privatização dos serviços públicos, a integridade das instituições, o governo em geral e o grau de corrupção. Muitos sentem que seu país é governado em benefício de uns poucos interesses poderosos; mais da metade crê que seriam necessários mais de 10 anos para corrigir a corrupção, e um terço acredita que ela jamais será eliminada” (Idem, p.11).

A proposta das instituições financeiras para a redução da chamada “pobreza” continua sendo “mais do mesmo”, ou seja, continuidade da implementação das “políticas macroeconômicas”, em especial tendo como pivô a destruição da legislação trabalhista ainda existente: “É mister modificar a legislação impositiva e trabalhista (...). Em última instância, os trabalhadores devem ter acesso à proteção da saúde e à cobertura dos riscos da velhice.” Evidentemente que essa cobertura previdenciária ocorreria por meio do mercado. Isso quer dizer apenas uma coisa, muito clara e óbvia: continuará o quadro social catastrófico latino-americano.

Esses diagnósticos, evidentemente, não apresentam a exploração econômica e a apropriação privada dos meios de produção como determinantes cruciais para o abismo social que se ampliou nas últimas décadas. Também não é considerada a transferência massiva de riquezas para o imperialismo e a continuada intervenção por meio das instituições financeiras internacionais, que atravancam qualquer possibilidade de encerrar os ciclos estruturais de pobreza e miséria no continente. Por sua vez, os “êxitos econômicos” são abstraídos do desemprego estrutural na região, desindustrialização na maioria dos países, desnacionalização e políticas de recolonização. O que é tachado como pobreza tem cara: o trabalho precarizado, desemprego, crianças e jovens sem possibilidade de futuro, camponeses sem terra ou recursos para mantê-la.

A utopia da esquerda reformista e a perspectiva da revolução socialista

Para o imperialismo, o plano é continuar o programa de ajustes estruturais – a *crise orgânica do capital* exige sua continuidade. Por sua vez, as anacrônicas

11 SINGH, Anoop y COLLYNS, Charles. El resurgimiento de América Latina. Una nueva oportunidad para arraigar el crecimiento y cortar las crisis. *Finanzas & desarrollo*, dezembro de 2005. p.9-13.

12 VALENZUELA, Arturo. Para que América Latina vuelva a figurar. *Finanzas & desarrollo*, dezembro de 2005. p.16-17.



propostas reformistas da esquerda são inviáveis e revelam os antagonismos do capitalismo contemporâneo. Torna-se inviável e, por si, contra-revolucionário objetivar um retorno ao estado de bem-estar social, que na América Latina nunca existiu, em decorrência da sua formação social determinada pelo colonialismo e pelo imperialismo (Fernandes, 1975).

Os resultados da democracia burguesa nos últimos 25 anos em nada significaram conquistas sociais, embora se deva considerar que a *correlação de forças* na luta de classes, demarcada por lutas proletárias, possibilitou importante ampliação de espaços de liberdade política para os trabalhadores e suas organizações políticas e sindicais. Mas no plano ideológico e político, esse novo quadro inflexionou parcelas significativas da esquerda revolucionária e do movimento social aos espaços da institucionalidade burguesa. É de onde recrudescer a perspectiva reformista. Ao invés de esse espaço servir para o *acúmulo de forças* na perspectiva da revolução socialista, somente serviu à capitulação das forças de esquerda à perspectiva liberal.

Lenin é claro sobre as repúblicas burguesas. A democracia burguesa apresenta as “potencialidades desorganizadoras” ao proletariado por meio do jogo parlamentar, do sufrágio universal e, em especial, da cristalização da aristocracia operária. Os efeitos políticos sobre as camadas sociais populares e seus representantes parlamentares traduzem-se no eleitoralismo e cretinismo parlamentar que servem à dominação do capital. Nesse jogo parlamentar, os operários são atomizados em “indivíduos”, o que se torna uma condição decisiva de dominação de classe da burguesia. Ainda de acordo com Lenin, a república burguesa, em decorrência das liberdades políticas conquistadas pelo proletariado, pode possibilitar ao partido revolucionário intensa propaganda e organização das massas, abrindo-lhes os olhos sobre a podridão, a falsidade e a hipocrisia do capitalismo, e apontar-lhes a perspectiva socialista como objetivo central de suas lutas.

“Será possível admitir que o douto Kautsky nunca tenha ouvido dizer que os parlamentos burgueses estão tanto mais submetidos à bolsa e aos banqueiros quanto mais desenvolvida está a democracia? Daqui não decorre que não se deva utilizar o parlamentarismo burguês (e os bolcheviques utilizaram-no talvez com maior êxito que qualquer outro partido do mundo, pois em 1912-1914 conquistamos toda a cúria da IV Duma). Mas disso não decorre que só um liberal pode esquecer, como Kautsky esquece, o *caráter historicamente limitado e relativo* do parlamentarismo burguês. No mais democrático Estado burguês, as massas oprimidas deparam a cada passo com a contradição flagrante entre a igualdade *formal*, que a ‘democracia’ dos capitalistas proclama, e os milhares de limitações e subterfúgios reais que fazem dos proletários escravos *assalariados*. É precisamente essa contradição que abre os olhos às massas para a podridão, a falsidade e a hipocrisia do capitalismo. É precisamente essa contradição que os agitadores e propagandistas do socialismo denunciam constantemente perante as massas a fim de as preparar *para a revolução.*” (Lenin, p.143).

As formulações estratégicas da esquerda latino-americana e mundial encontram-se avessas à dimensão antagônica da luta de classes e das considerações leninistas. Tais formulações transformam-se em um horizonte inde-

finido de “acúmulo de forças”, privilegiando a atuação na institucionalidade burguesa.

Por uma suposta falta de perspectiva revolucionária, apresentar-se-ia para a “esquerda nos governos e nos movimentos sociais” a urgência de constituir “uma perspectiva reformista, que não ficasse esperando pela revolução” (Boron, 2004). Nesse sentido, os desafios estariam concentrados em constituir “partidos, movimentos e organizações genuinamente democráticos e participativos como forma de prefigurar a natureza da cidade futura” (idem).

Esses fundamentos decorreriam da “etapa atual do capitalismo”. A nova configuração do capitalismo (*globalização*), diz Harnecker (2004), teria colocado os trabalhadores em uma condição defensiva, pois não existiria mais a “bipolaridade” que permitia, no passado, a existência de um “aliado estratégico” (URSS). Para a autora, foi produzida “uma drástica mudança na correlação de forças mundial”, com a desintegração da União Soviética, quando teria se configurado uma era de “unipolarismo militar e nortecêntrico”, no plano econômico, político e cultural. Ao contrário do que temos verificado, essa socióloga avalia como praticamente impossível a constituição de movimento revolucionário antiimperialista na América Latina. A luta antiimperialista seria a luta antiglobalização neoliberal, que só poderia “avançar se a este mundo global se lhe confronta com uma resistência global e se no caso concreto se lhe confronta com uma articulação dos países mais fortes da América Latina” (Brasil, Argentina, Venezuela, Colômbia). Teriam, portanto, chegado ao fim as “revoluções nacionais antiimperialistas”.

Essa viseira teórica e política tenta galvanizar e limitar os objetivos das forças sociais e políticas que se sublevam contra os ditames imperialistas, na atualidade. Tal análise caracteriza o colapso do Leste Europeu como a perda do aliado político das lutas antiimperialistas. Mas que aliado foi esse que durante décadas impôs aos trabalhadores o desmantelamento de sua revolução e bloqueou as lutas revolucionárias internacionais? Ao contrário, a derrocada do Leste Europeu, em decorrência de revoluções populares, despregou o campo bloqueado dos processos revolucionários. Por sua vez, as lutas antiimperialistas do povo iraquiano e palestino, como também as lutas revolucionárias na América Latina, não permitem minimamente a manutenção de tais análises e posições defensivas.

Essa vertente teórico-política reformista não deixa de assinalar que o neoliberalismo está em crise e sofre intensos desgastes nessa parte do continente (Boron, 2004). Os movimentos sociais que advêm de meados da década de 1990 e que se intensificam em movimentos de insurgência revelariam a crescente resistência às políticas neoliberais. O fracasso econômico neoliberal gerou *novos atores sociais* (piqueteiros, pequenos agricultores endividados no México, os jovens e diversos movimentos de identidade, gênero, opção sexual, etnia, língua), além dos movimentos “alterglobalização”. Canalizou forças já existentes para um projeto nacional, camponeses brasileiros e mexicanos, indígenas do Equador, Bolívia e partes do México e Mesoamerica. Além de trazer para cena grupos e setores sociais das chamadas “classes médias”, ao exemplo da Argentina (caçaroleiros), os médicos e trabalhadores da saúde em El Salvador e os grupos mobilizados.

Mas para onde devem indicar essa crescente insurgência e resistência às políticas neoliberais? Em termos organizativos e estratégicos, para onde devem indicar esses sujeitos que despontam com a crise neoliberal? Ou seja, por qual caminho coloca-se a construção do *acúmulo de forças* e integração das forças sociais?

Para o sociólogo argentino Atilio Boron, deveria ocorrer um movimento estratégico de reforço dos espaços democráticos burgueses! Sua justificativa é de que não existiria nenhuma perspectiva revolucionária! Para a socióloga Marta Harnecker, na perspectiva “chavista” (Hugo Chaves), seria construir amplos blocos de países da América Latina para combater o neoliberalismo, mas com objetivos políticos muito moderados.

O quadro latino-americano, como verificamos ao longo deste artigo, apresenta somente uma resposta na ótica marxista: a *perspectiva revolucionária socialista*, que contemple em seu programa a questão antiimperialista, nas lutas nacionais e integradas à dimensão latino-americana e internacionalista. Que compreenda as questões e especificidades das formações sociais; que incorpore a premente discussão dos “elos débeis do capitalismo” (Lenin); que introduza na ação política o método do *programa de transição* (Trotsky). Que tenha como tarefa urgente a construção do partido revolucionário, de quadros e de massa, de caráter internacional, que esteja imbricado na luta de classes internacional. Somente dentro desses apontamentos é possível compreender corretamente a questão do “acúmulo de forças” e da reorganização das forças sociais no cenário latino-americano, que indiquem nitidamente para uma perspectiva de ruptura socialista e revolucionária, de caráter antiimperialista e anticapitalista ■

América Latina: recolonização e resistência



CECÍLIA
TOLEDO E
JOSÉ
WELMOWICK

Em seu discurso na sessão de encerramento da Cúpula das Américas, em Mar del Plata, em novembro de 2005, o presidente do México, Vicente Fox, havia lançado a ALCA para abril de 2006. Mas o que estamos vendo neste abril de 2006 não é isso. Pelo contrário. São os indígenas equatorianos marchando pelas ruas de Quito repudiando a assinatura do acordo com os EUA por atentar contra a soberania do país; o povo peruano derrotando nas urnas os candidatos que defendem a assinatura do acordo; o povo boliviano pressionando Evo Morales a nacionalizar o gás, o povo da Costa Rica resistindo, enfim, os TLCs encontrando sérias barreiras para irem adiante.

O que aconteceu? Vicente Fox deu um tiro no escuro ao lançar a ALCA para este mês de abril de 2006? Na verdade, o imperialismo americano, em primeiro lugar, e o europeu em segundo, não contavam com tanta resistência à implantação da ALCA, e foram obrigados a mudar de tática para continuar explorando o continente latino-americano.

O fracasso do projeto inicial da ALCA

Em primeiro lugar, é preciso ver o que aconteceu com o projeto original da ALCA. As negociações ficaram estranguladas em 2003, quando as divergências

Cecília Toledo é jornalista, professora e militante socialista do PSTU (Brasil). José Welmowicky é professor e membro da direção do PSTU (Brasil) e da LIT-QI.

entre os grupos capitalistas envolvidos chegaram a tal ponto que atingiram a estratosférica marca dos 5.300 itens em conflito!

A ALCA era um projeto claro para reforçar a dominação integral dos Estados Unidos sobre a América Latina, mas tudo leva a crer que sofreu um forte revés diante do pesado jogo de interesses entre as empresas envolvidas. Os EUA têm uma pretensão: submeter o conjunto dos países latino-americanos a uma espécie *sui generis* de livre comércio, no qual um dos lados abriria todas as suas portas, enquanto o outro manteria as suas bem fechadas. A ALCA, expressão mais acabada desse projeto, é na verdade um grande acordo colonial que vai muito além das relações comerciais e abarca os serviços, a exploração de riquezas naturais, as transações financeiras, o controle da tecnologia em mãos das multinacionais por meio da lei de patentes, a perda do controle energético e a ameaça à Amazônia, as decisões sobre a agricultura e até mesmo ingerência sobre legislação trabalhista. Enfim, caso fosse assinada, a ALCA implicaria uma adaptação total da estrutura econômica, política e jurídica dos Estados latino-americanos e caribenhos, mas não para responder aos interesses próprios da região, e sim para melhor atender aos interesses dos EUA e aos bolsos dos grandes capitalistas norte-americanos.

Proposta pelo governo Clinton durante a 1ª Cúpula das Américas, realizada em Miami (EUA) em 1994 e retomada na 2ª Cúpula das Américas em Santiago (Chile) em 1998, a ALCA se propunha a reunir em um mesmo “bloco comercial” os EUA e 33 países da América Latina e Caribe, com exceção de Cuba. Em linhas gerais, não existiriam mais fronteiras para o capital nas Américas, resultante da abolição de todas as tarifas alfandegárias nos países da América Latina e Caribe, mas sem a devida contrapartida do mercado norte-americano, ao contrário, com o reforço do seu protecionismo.

Esse projeto inicial da ALCA teve de ser adiado. Isso não significa dizer que o projeto do imperialismo americano de reforçar sua dominação integral sobre a América Latina tenha sido abandonado. Pelo contrário. Ele avança, com novos indícios de recolonização, mas não somente por meio da ALCA, tal como havia sido pensada em 94 e depois em 98. O cronograma inicial da ALCA não pôde ser cumprido porque os atritos que o cercaram fazem parte da queda de braço que vem se travando entre o imperialismo, as burguesias locais e o movimento de massas, e da situação revolucionária que convulsiona o continente há alguns anos.

Quais foram as causas da não assinatura desse projeto inicial? Apesar de admitir a importância dos movimentos sociais contrários a ela, o economista e professor da Universidade de Buenos Aires Cláudio Katz aponta como um dos elementos centrais as contradições na cúpula da ALCA. “Nas negociações da ALCA os Estados Unidos fizeram fortes demandas, recusaram qualquer concessão e buscaram ajustar todos os itens do acordo às conveniências de suas empresas. Esta inflexibilidade levou ao estancamento das negociações. Os negociadores latino-americanos tentaram manter as negociações, mas a partir de 2002 questionaram sua continuidade” (“Naufraga a ALCA, emergem os bilaterais”). De acordo com Katz, os interesses dos grupos exportadores e das multinacionais entraram em atrito com os interesses dos setores menos globalizados e mais dependentes de cada mercado interno, tanto dentro como fora dos EUA.



Os propulsores da ALCA são as empresas norte-americanas que atuam na órbita do comércio exterior, as empresas com investimentos regionais e as corporações com maior competitividade internacional, mas nem todas ganhariam com a redução das tarifas alfandegárias. As empresas que operam com serviços (sobretudo financeiros) e em atividades muito dependentes dos contratos de propriedade intelectual (informática e produtos farmacêuticos, por exemplo), lucrariam enormemente com a ALCA. No entanto, os setores protegidos da indústria (como o aço) e a agricultura (como o açúcar), nem tanto, porque teriam de enfrentar a concorrência dos exportadores latino-americanos. Mesmo em se tratando de uma concorrência totalmente desigual, já que a agricultura norte-americana é fortemente subsidiada e a abertura dos mercados americanos seria mínima, as firmas americanas não admitem um acordo no qual seu predomínio esteja ameaçado. Esse foi um dos fatores que levaram ao fracasso da ALCA.

“Ainda que o sacrifício de abertura oferecido pelos Estados Unidos seja muito pequeno em comparação ao que obtêm em troca, os negociadores de Bush não abriram mão de nada. Colocaram sobre a mesa o poderio imperialista para impor suas demandas sem nenhuma contrapartida, porque precisavam utilizar as concessões da América Latina para compensar os perdedores norte-americanos do acordo. Por essa via, esperavam assegurar a aprovação legislativa da ALCA. Mas essa política de esticar ao máximo as negociações desembocou em um completo fracasso”. (Claudio Katz, texto citado.)

Essa tentativa de obter tudo sem dar nada em troca chocou-se com uma resistência, ainda que débil, das empresas latino-americanas e dos governos envolvidos nas negociações, que perceberam que não teriam um maior acesso ao mercado norte-americano, fortemente protecionista, perdendo espaço frente aos competidores estrangeiros, infinitamente mais poderosos.

Essas contradições interburguesas que paralisaram a implantação da ALCA também se manifestam no âmbito da União Européia. Como ocorre com a agricultura americana, a pressão dos produtores agrícolas europeus contrários à redução dos subsídios que recebem por parte do Estado é forte, refletindo a oposição à abertura de seus mercados aos produtos agropecuários do mundo colonial e semicolonial. Com isso, as principais potências imperialistas americanas e européias não chegam a um acordo, retardando a chamada Rodada Doha, da OMC, e também deixando de fato a ALCA paralisada.

Haveria que ressaltar dois elementos que levaram a que o objetivo inicial do imperialismo, de aplicar um plano colonizador global para a região em 2005, até agora tenha fracassado: a resistência das massas (não podemos esquecer que ocorreram plebiscitos massivos contra a ALCA e inúmeras manifestações de rua) e as contradições entre as burguesias locais, mesmo débeis, e as grandes multinacionais norte-americanas, bem como os conflitos entre o imperialismo americano e europeu pelo controle dos mercados e dos negócios na América Latina.

A nova safra de TLCs. Mais draconianos, impossível

Nem as plantas e os animais vão estar a salvo se a nova safra de TLCs for assinada com os EUA. Na Cúpula de Mar del Plata, Bush pessoalmente fez os

governos latino-americanos se comprometerem na defesa desses acordos bilaterais, os chamados tratados de livre comércio (TLCs). Sempre existiram acordos bilaterais com os países latino-americanos, mas agora se trata de uma contra-ofensiva do imperialismo diante do fracasso de seu plano inicial, de criar rapidamente uma área de livre comércio que colocasse o conjunto do continente embaixo de suas asas. Com isso, as negociações em bloco foram substituídas pelas bilaterais, onde o poder de pressão das grandes potências é ainda maior em contraste com as economias frágeis dos países latino-americanos.

O plano inclui o reforço do NAFTA, acordo que já existe há mais de dez anos entre EUA, Canadá e México, e o TLC com o Chile, a ratificação de novos convênios (América Central e República Dominicana) e a negociação de outros acordos (Panamá, Peru, Colômbia e Equador). O NAFTA seria o modelo para todos os demais. Então, basta olhar para o México para se ter uma idéia do que esses tratados podem significar para as populações locais, caso funcionem como prevêm os Estados Unidos. Desde a vigência do convênio, a taxa de crescimento tem sido inferior à média das décadas anteriores. Mais de um terço da população trabalha no setor informal e o aumento da pobreza acompanhou o arrocho salarial. A crise rural atinge proporções alarmantes. Entre 1985 e 1999, a erosão do solo cresceu 89% e a poluição do ar 97%. O modelo no qual o México foi forçado a enquadrar-se é o da especialização exportadora. Com isso, formas embrionárias de articulação industrial foram substituídas pelas “maquiladoras”, que apenas fazem a montagem dos produtos para exportação. É um esquema que se nutre da exploração de uma força de trabalho jovem, mal remunerada, pouco qualificada e submetida a exigências de trabalho infra-humanas.

Já no convênio com o Chile, o modelo imposto foi o da exportação de recursos naturais. Em troca de certos benefícios para vender frutas, peixes, madeira e minerais, o Chile tem de manter um nível de proteção alfandegária inferior à média de qualquer outro país sul-americano. Por isso, os pequenos comerciantes e pequenos industriais suportam uma concorrência externa devastadora. Isso acentua a primarização (força o país a dedicar-se apenas à produção de produtos primários) e a desigualdade social. Tanto que a quinta parte mais rica da população chilena se apropria de 56% do ingresso nacional, enquanto que a quinta parte mais pobre obtém apenas 4% desse total. Os tratados firmados na América Central (CAFTA) combinam o modelo da “maquila” (montagem de produtos para exportação) com a exportação primarizada.

A nova safra de TLCs com os países do chamado Pacto Andino (Peru, Equador e Colômbia) e a Costa Rica vão mais além do NAFTA, porque incluem certas obrigações antes inexistentes, como a privatização da saúde, ampliação dos direitos de propriedade intelectual para setores nunca imaginados, como plantas e animais, além do reforço do controle externo sobre as finanças e as telecomunicações dos países-alvo. Segundo Katz, esses acordos hierarquizam a instalação de plantas de montagem industrial (eletrônica, vestuário, automotores) nos países da América Central, próximos ao mercado norte-americano. Já nos países da América do Sul, é incentivada a exportação de recursos naturais. Em ambos os casos se acentua a dependência da estrutura produtiva latino-americana em relação às megacorporações norte-americanas.

Capital europeu de olho no botim

O imperialismo europeu também quer a sua parte na reconquista da América Latina. Vem tentando assinar acordos bilaterais com os países da área, como México e Chile, ou com o Mercosul de conjunto, jogando pesado nos Fóruns Ibero-americanos para tentar controlar partes maiores do comércio e investimentos.

A Espanha é um dos países europeus que mais têm investido na América Latina. Aproveitou grande parte do botim representado pelas empresas estatais que foram privatizadas na década de 90. Hoje, em especial no Brasil e na Argentina, alguns dos setores estratégicos da economia no setor bancário, de serviços, telecomunicações e energia são controlados por capital espanhol. São grandes empresas de peso no mercado mundial, como Endesa, Repsol, Telefônica e Banco Bilbao-Viscaia. Até 2001, a Espanha concentrava 50% dos investimentos europeus na América Latina, só perdendo para os Estados Unidos, que se ocupam sobretudo do setor industrial, com as maquiladoras.

Ambos os imperialismos tentam fazer uma divisão “amigável” do botim, mas alguns negócios espanhóis têm gerado atritos entre eles. Alguns analistas afirmam que o capital europeu é melhor, porque oferece um tratamento mais benéfico para a América Latina do que seu concorrente norte-americano e elogiam as cláusulas de equidade social de suas propostas de livre-comércio. Mas, como afirma Cláudio Katz, isso não tem efeito prático e serve para disfarçar contratos tão perniciosos como os subscritos com o gigante do Norte. “Basta observar o conteúdo dos convênios Europa-Chile, Europa-México ou Europa-Mercosul, para notar que sob uma retórica de cooperação estão presentes as mesmas exigências de propriedade intelectual e redução alfandegária que caracterizam a ALCA. E em certos itens, como a proteção aos investimentos, essas exigências são ainda mais severas que as impostas pelos Estados Unidos”. (Texto citado.)

Lembremos também que no processo de privatização, as empresas estatais que caíram nas mãos do capital europeu viraram centros de corrupção, roubalheira e péssimo atendimento à população. No Brasil, um exemplo dessa incúria é a Telefônica, que se apoderou, a preço de banana, do serviço público de telefonia e transformou tudo num grande desastre. As tarifas não param de subir, a empresa contratou mão de obra desqualificada, pagando salários de miséria, não fez os investimentos de infra-estrutura necessários e os serviços se transformaram num verdadeiro tormento para a população. Outro caso semelhante é o da Suez, empresa de capital francês que controlou o serviço de água na Argentina e que se revelou um grande escândalo de estafa e corrupção, além de estar sendo acusada de distribuir água contaminada para a população.

Na área do comércio, a política europeia não tem diferenças com a norte-americana. Apesar de o capital norte-americano ainda ser hegemônico na região, a política comercial europeia expressa a mesma pretensão de dominação e controle de setores estratégicos da economia, sem qualquer concessão ou benevolência.

Recolonização e resistência

A paralisia da ALCA e a pressão para assinar os TLCs mostram que a ofensiva recolonizadora do imperialismo na América Latina continua de pé. E a resistência das massas também.

Quanto ao primeiro elemento dessa equação - a ofensiva recolonizadora - é preciso lembrar que mesmo sob governos frentepopulistas levados ao poder pelas massas iludidas, as pequenas vitórias táticas se transformam em derrotas maiores. Nunca no Brasil, por exemplo, um governo burguês conseguiu um superávit primário tão grande (mais de 4% do PIB) destinado unicamente ao pagamento da dívida pública, como fez Lula. Logo, se esse governo desferiu tamanho ataque contra as massas, não se pode descartar que volte a negociar e a fazer grandes concessões para a implantação da ALCA. Na verdade, sua política é conseguir a abertura dos mercados agrícolas para aí sim aceitar a ALCA e tudo o que ela significa.

A resistência das massas foi decisiva para levar o projeto inicial da ALCA ao pântano em que se encontra. Essa resistência vem crescendo nos últimos cinco anos: a revolução argentina, a derrota do golpe pró-imperialista na Venezuela, a revolução no Equador, que derrubou Lúcio Gutierrez e a revolução boliviana pela nacionalização do gás foram seus pontos altos. O resultado foi o crescimento da consciência antiimperialista em todo o continente, que teve uma de suas expressões na marcha dos povos em Mar del Plata, em 2005, em repúdio a Bush e à ALCA.

A resistência entre os povos latino-americanos à implantação da ALCA pôde contar com um elemento a mais: o pântano em que se transformou o Iraque para os Estados Unidos, debilitando a capacidade do governo Bush de endurecer e abrindo uma crise política no coração do imperialismo. Hoje as pesquisas mostram que o apoio da opinião pública a Bush não passa de 36%. Para quem chegou a 80% de aprovação, logo depois dos ataques de 11 de Setembro às Torres Gêmeas, é uma queda brusca. Com a capacidade de negociação debilitada, Bush tornou-se mais suscetível às pressões dos setores menos competitivos da burguesia norte-americana, como os produtores agrícolas de soja, laranja, trigo e carne, ou setores industriais como aço e sapatos, que não conseguem competir com os produtores brasileiros e argentinos.

Equador e Peru: a exigência por uma consulta popular

Os Estados Unidos pressionam os governos da região para que assinem os TLCs, mas a resistência das massas continua e em alguns casos inclui a exigência de uma consulta popular que envolva todo um processo de esclarecimento da população sobre o significado dos tratados.

No Equador o TLC continua emperrado graças à ação decisiva das massas equatorianas, que conseguiram derrubar Lúcio Gutierrez e agora mantêm o governo de Palácios encostado na parede, sem forças para implementar o tratado assinado com os EUA. A luta fez inclusive ressuscitar a CONAIE (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador). Há dois meses, ela convocou suas bases e os camponeses indígenas, que iniciaram bloqueios das vias de acesso às cidades mais importantes do país, inclusive a capital, Quito, para mostrar ao governo e aos empresários exportadores, os beneficiários do TLC, que quem produz os alimentos para a população, os camponeses, são os principais prejudicados pela assinatura do acordo com os Estados Unidos. Isso já está comprovado por vários estudos, um deles da CEPAL, concluindo que das cerca de 850 mil unidades produtivas agrícolas do país, quase a metade estará ameaçada pela



entrada dos produtos americanos, que são principalmente alguns tipos de milho, arroz e batata. Segundo esse mesmo estudo, em um cálculo por baixo, se perderia aproximadamente 20% dos postos de trabalho nas consideradas unidades produtivas de subsistência, o que significa mais de 50% do total de propriedades agrícolas do país. Embora isto esteja comprovado e discutido por vários setores da sociedade, o governo de Palácios, que assumiu dizendo que iria implementar a consulta popular sobre o TLC, esqueceu a promessa e partiu para o tudo ou nada, bancando o tratado: “o TLC vai porque vai”.

Mas para isso terá de enfrentar os camponeses, indígenas e trabalhadores, que exigem suspensão das negociações do tratado e a convocação de uma consulta popular, o cancelamento do contrato e conseqüente expulsão da Petroleira Occidental Petroleum, conhecida como Oxy, e a nacionalização do petróleo e o chamado a uma Assembléia Nacional Constituinte. Segundo o presidente da CONAIE, o objetivo é chegar a uma consulta popular sobre a assinatura do TLC. A última rodada de negociações com Estados Unidos começou no dia 23 de março e segundo as notícias que chegaram ao país, a mesa de serviços não chegou a nenhum acordo até agora.

No Peru, Toledo aproveitou que estava de saída do governo e bancou a assinatura do tratado com os Estados Unidos, no dia 12 de abril passado, passando por cima de um mandato de segurança impetrado no dia 6 de abril exigindo que a assinatura do TLC fosse submetida a um plebiscito nacional. O Tribunal Superior Eleitoral recebeu mais de 100 mil assinaturas exigindo o plebiscito, que foi aceito. Por meio de uma resolução oficial publicada no jornal El Peruano, no dia 8 de abril passado, o Tribunal informava que havia resolvido “atender ao pedido e convocaria o plebiscito nacional”. Toledo passou por cima disso e assinou o tratado, que ainda precisa ser ratificado pelos Congressos dos dois países e tudo indica que vai sofrer uma dura resistência por parte do povo peruano. O provável futuro presidente do país, Ollanta Humala, teve de centrar sua campanha eleitoral na crítica ao tratado com os Estados Unidos. Mas, mesmo fazendo críticas a Toledo e dizendo que é preciso “rever as cláusulas do Tratado”, já adiantou que não é contra assinar acordos com os EUA, desde que sejam “benéficos” para o país. Na Costa Rica, grandes manifestações populares têm impedido, até agora, a assinatura de qualquer tratado.

Um processo irreversível

Esse processo de recolonização que atinge a América Latina e Caribe é irreversível. Já no ano 2000, em um artigo publicado na revista *Marxismo Vivo*, José Welmovick afirmava que “O traço central, do ponto de vista estrutural, desses últimos anos na América Latina foi estar atravessada por uma ofensiva econômica, política e militar do imperialismo. Podemos dizer que se trata de um movimento global de longo alcance, que envolve as relações do conjunto do subcontinente com o imperialismo, em particular com os EUA, e que introduz modificações estruturais entre os Estados. Nesse sentido, a dolarização da economia equatoriana e mais claramente a atual intervenção militar na Colômbia são as expressões mais avançadas de um fenômeno que adquire características continentais”. (*Marxismo Vivo*, nº 2)

As massas estão lutando, conseguiram colocar a ALCA em “banho-maria”, estão impondo obstáculos ao avanço dos TLCs, mas prossegue a recolonização de nossos países, a sua reestruturação e o controle direto de suas instituições políticas, econômicas e jurídicas a serviço dos interesses do imperialismo norte-americano e europeu. Prova disso é que o fracasso da ALCA não impediu que os Estados Unidos dessem a volta por cima e contra-atacassem com os TLCs.

A ganância das grandes corporações norte-americanas e européias, e de seus governos que representam o grande capital, não tem limites. Os países latino-americanos, quase sem exceção, passaram há pouco tempo por grandes revoluções contra os efeitos devastadores sobre suas condições de vida causados pela ganância imperialista. Agora, uma onda de governos com caráter de frentes populares percorre a América Latina. Mas nenhum deles quer enfrentar o imperialismo para impedir o saque e a devastação de nossos países.

Isso confirma as previsões do ano 2000, no artigo citado acima: “O rumo da América Latina parece inexorável. Nenhum setor burguês vai impedir que a maioria dos países latino-americanos se transforme em colônia dos EUA e das principais potências européias. A tarefa de liberar o continente fica, assim, nas mãos dos explorados da cidade e do campo. (...) “As massas latino-americanas dão mostras de que estão dispostas a começar a assumir essa tarefa. Um rastilho de explosões, de diversos tipos, percorre a maioria dos países do continente. As massas agem. Confrontos ainda mais violentos são inevitáveis e eles nos colocam, no próximo período, diante de uma disjuntiva de ferro: revolução ou colônia”.

Mais do que nunca o tempo e a realidade estão provando que não há substituto para a revolução. A única forma de resolver essa disjuntiva a favor dos povos latino-americanos é romper com o imperialismo e expropriar o capital. E quanto mais isso se atrasa, mais o imperialismo avança. Mas nessa queda de braço as massas estão dando mostras de que se a ganância imperialista não tem limites, a sua paciência tem. E se é verdade que apesar das revoluções que derrubaram os governos entreguistas na Argentina, na Bolívia e no Equador, em nosso continente, a colonização continua, é também verdade que depois delas fortaleceu-se o processo de reorganização dos trabalhadores, cresceu o sentimento antiimperialista entre as massas latino-americanas e aprofundou-se a polarização entre as classes sociais. A disjuntiva revolução ou colônia fica cada vez mais em carne viva ■

Colômbia: guerra de aparatos e luta de classes



GUADALUPE
MONTENEGRO

O panorama de violência que as agências internacionais de notícias divulgam sobre a Colômbia faz com que, necessariamente, as perguntas que se formulam os leitores desprevenidos, no exterior, se refiram aos fatores e aos agentes que a criaram e a produzem. Narcotráfico, guerrilha e paramilitares ocupam a atenção de quem mostra algum interesse pela situação política e social deste país. No entanto, por debaixo da estrepitosa guerra entre os aparatos armados da ultra-direita, a guerrilha e as Forças Armadas do Estado, avançam silenciosamente processos estruturais mais profundos, dos quais os meios massivos de comunicação pouco se ocupam.

A imagem estereotipada que o imperialismo e seus propagandistas vendem, para o consumo da reacionária classe média norte-americana e europeia, é a de uma narco-república eternamente disputada a balaços por poderosas organizações guerrilheiras e paramilitares, terroristas e narcotraficantes. Mas essa imagem é parcial e oculta uma realidade econômica, política e social muito mais complexa que lhe dá origem, e explica essa outra realidade que é criada pelos fogos de artifício.

Claro que esses fatores de violência existem e têm um peso importante, mas são consequência e não a causa da realidade. São elementos que distorcem

Tradução
Néa Vieira

Guadalupe Montenegro é dirigente do PST (Partido Socialista dos Trabalhadores) da Colômbia.

todos os fatos e fenômenos estruturais da luta de classes. Que a violência na Colômbia pareça não ter fim é a demonstração de que é uma expressão na superfície de realidades estruturais, econômicas e sociais, muito mais antigas, profundas e estáveis.

A violência crônica colombiana não corresponde à necessária violência com a qual as classes e suas lutas transformam a realidade fazendo a História. A violência na Colômbia é perniciososa e retardatária porque é uma violência de aparatos. É uma violência ao lado, e contra, as imensas massas operárias, camponesas, indígenas e populares.

Obviamente que a violência crônica de hoje tem uma explicação que vem do passado e que se deriva das características específicas do desenvolvimento capitalista do país. Mas nem a violência de hoje tem as mesmas características daquela de quarenta anos atrás, nem os interesses de classe que estão por trás delas são idênticos. Além disso, o uso indiscriminado da violência é justificado por cada um dos aparatos armados pelo uso que os outros fazem dela, formando assim um círculo vicioso onde é impossível saber qual das violências deu origem às demais.

Violência latifundiária e resistência guerrilheira

Os reacionários latifundiários colombianos sempre armaram exércitos privados de paramilitares para expulsar da terra as camadas mais pobres dos camponeses. Nas décadas de 40 e 50 do século passado, durante o período conhecido como “A violência”, os bandos de paramilitares, chamados “pássaros” em referência às aves de rapina, assassinaram mais de trezentos mil camponeses e despojaram de suas terras a uma população calculada em seis ou sete vezes mais do que isso.

Os camponeses, organizados no Partido Liberal, criaram guerrilhas de auto-defesa conseguindo o controle territorial em amplas zonas da periferia rural, como nos Llanos Orientais, na fronteira com a Venezuela e nos distritos de Caquetá e Tolima. A traição da direção burguesa do Partido Liberal, que negociou com os latifundiários conservadores a constituição de um regime de alternância bipartidária chamado “Frente Nacional”, levou à derrota a guerrilha liberal. Os mais importantes dirigentes das colunas que se desmobilizaram foram assassinados um a um, desde Guadalupe Salcedo até Dumar Aljure. Algumas frentes menos significativas degeneraram em banditismo comum e se extinguíram, em um combate desigual com o regime. Os setores mais radicais e decididos se defenderam nas chamadas “repúblicas independentes” de Riochiquito, El Pato, Marquetalia e Guayabero. No começo da década de 60, o regime da Frente Nacional atacou violentamente essas trincheiras camponesas, provocando um verdadeiro massacre e obrigando novamente a resistência a retomar o caminho do êxodo guerrilheiro.

Esse ressurgimento da guerrilha se deu por fora do controle do liberalismo, como consequência da traição da direção burguesa. As FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) nascem em 1964 como um exército guerrilheiro dirigido pelos setores mais radicais em ruptura com o Partido Liberal que rapidamente cai sob a influência do aparato estalinista mundial. Essas característi-

cas do seu nascimento explicam todos seus rasgos progressivos e suas limitações. As FARC são durante as seguintes décadas a expressão da legítima resistência dos camponeses à violência e ao abuso dos latifundiários, porém seu programa e sua política de conciliação de classes e seus métodos de aparato levaram sistematicamente a luta dos camponeses pela terra a um beco sem saída.

Salvo algumas exceções, muito importantes porém, isoladas, os camponeses colombianos não conseguiram estruturar, durante a segunda metade do século XX, um verdadeiro movimento revolucionário de massas pela terra. As tentativas de recuperação foram, em geral, violentamente derrotadas por uma aliança do regime com os latifundiários. Regra geral, os camponeses que não emigraram para as cidades, fugindo da violência latifundiária, foram para zonas rurais ainda mais periféricas, ampliando a fronteira agrícola. E os latifundiários os empurraram até levá-los ao limite norte da selva amazônica. A baixa fertilidade das terras selvagens e a ausência de infra-estrutura viária obrigaram os camponeses a explorar o único produto eficaz e possível de transportar individualmente: a pasta básica de coca.

A guerra de guerrilhas e as finanças

As FARC, mais que organizar e dirigir a luta dos camponeses pela revolução agrária, acompanharam o processo de deslocamento dos camponeses, expressando sua resistência, mas suplantando sua ação direta. Essa contradição, inerente ao desenvolvimento dos partidos-exércitos guerrilheiros, os obrigou a extrair seus recursos materiais de fontes completamente alheias às da própria luta da classe que representam. Ao não avançar a revolução agrária, em grande medida por sua própria política, as FARC sempre foram obrigadas a recorrer a métodos totalmente estranhos aos métodos revolucionários para financiar-se.

O seqüestro, o “boleto” - espécie de imposto cobrado por toda atividade agropecuária - e o benefício das “bonanzas” se converteram nas principais fontes de ingressos das FARC, e em geral do conjunto das organizações guerrilheiras colombianas. Os latifundiários, a classe média agrária, os comerciantes das zonas de influência guerrilheira, incluindo as velhas alas liberais que os apoiaram no início, foram obrigados a cotizar, ano após ano, importantes somas aos cofres da guerrilha. As associações patronais do agronegócio calculam em média entre quinhentos milhões e um bilhão de dólares anuais os recursos transferidos à guerrilha durante os últimos trinta anos.

Porém, por mais importante que pareça, essa cifra nunca foi suficiente para financiar o aparato militar em expansão. As FARC e as demais organizações guerrilheiras sempre encontraram uma forma de beneficiar-se das bonanças econômicas para suprir o permanente déficit orçamentário. De algumas centenas de combatentes e poucas frentes na década de 60, as FARC passaram a incluir em suas tropas entre quinze e vinte mil combatentes diretos e a estruturar uma complexa rede de apoio logístico que agrupa entre quarenta e cinquenta mil ativistas e “trabalhadores”, como eles mesmos se nomeiam. Um aparato dessa magnitude, em uma permanente atividade militar de certa envergadura, é ao mesmo tempo uma insaciável máquina de consumo de armas, equipes de transporte e comunicações, vestuário e alimentos.

O camponês, toda vez que foi deslocado pela violência dos fazendeiros, foi em primeiro lugar para as zonas de novas atividades econômicas que lhes permitiam iniciar seu processo de reinserção social. As “bonanças” do café, as esmeraldas, o petróleo, a maconha, a coca e a amapola coincidiram, e não por sorte, com importantes processos de recolonização camponesa, e em menor medida operária, com o surgimento e fortalecimento de novas frentes e organizações guerrilheiras. Acompanhando o deslocamento camponês e popular, a guerrilha se assentou nos lugares de novos processos econômicos e sociais. As importantes massas de novo valor que surgiram dessas atividades econômicas geraram fontes de financiamento adicional para os partidos-exércitos guerrilheiros.

Os benefícios econômicos obtidos por essa via foram no início relativamente marginais. No entanto, a consolidação das atividades econômicas emergentes terminou envolvendo os exércitos guerrilheiros em novas atividades financeiras alheias aos métodos revolucionários tradicionais.

Bonança cocaleira e fortalecimento guerrilheiro

As FARC estão, ainda hoje, longe de ser o “principal cartel mundial da cocaína”, como pretendem os propagandistas do imperialismo para justificar sua intervenção militar na Colômbia. Porém, nem os mais intransigentes defensores da guerrilha se animam a desmentir o envolvimento das FARC com o negócio.

Apesar de o tráfico de drogas psicotrópicas ser um negócio capitalista como outro qualquer, ele tem a particularidade de produzir taxas de lucros dezenas de vezes superiores à taxa média, porque a burguesia imperialista o mantém na ilegalidade. E essa mistura de ilegalidade e altas taxas de lucros, sempre e em todas partes, tem gerado setores de burguesia lúmpen, mafiosa, violenta e disposta a tudo para defender seus lucros e tem provocado decomposição em setores importantes das massas e suas organizações.

Todos os economistas e centros que estudam seriamente o fenômeno do narcotráfico, desde Francisco Thoumi¹, assessor do Banco Mundial, até a equipe do linguísta Noam Chomski, calculam que entre 97% e 98% do lucro do negócio ficam nas mãos das máfias imperialistas que controlam a distribuição ao consumo da droga nas ruas de Nova York ou Madri. Apenas 2% ou 3% vão para as mãos dos traficantes dos países semicoloniais que a produzem e a transportam a droga. No entanto, o volume que alcançou a indústria das drogas e as elevadas taxas de lucros que produzem deixam nas mãos dos traficantes colombianos entre cinco e oito bilhões de dólares por ano, o que pode equivaler a 10% do PIB. Esta, que é uma cifra considerável para qualquer setor burguês de um país semicolonial, se converteu no principal fator de distorção de todos os processos estruturais econômicos, políticos, sociais e militares do país nos últimos vinte anos.

Em meados dos anos 80 e início do ascenso dos cartéis de Medellín e Cali, a maior parte da pasta básica utilizada na produção de cloridrato de cocaína vinha do Peru e da Bolívia, e apenas uma pequena porção correspondia a cultivos nacionais. Dez anos depois a produção interna havia substituído quase completamente a importação. Isso significou um novo deslocamento dos campone-

¹ Ver THOUMI, Francisco, *Economía política y narcotráfico. Tercer Mundo* Editores, Bogotá.

ses, desta vez para a fronteira agrícola da selva tropical colombiana. As províncias amazônicas de Guaviare, Guainía, Caquetá e Putumayo, as planícies do Meta e o Vichada, e as selvas do Chocó e a Costa Atlântica foram inundados de cultivos de folhas de coca de todas as dimensões. O camponês cocaleiro pobre e médio forneceu durante vários anos aos narcos de Medellín e Cali a pasta básica que eles transformavam em cocaína e a juntavam em grandes carregamentos que introduziam nos Estados Unidos por meio de rotas construídas em colaboração com as máfias norte-americanas.

No entanto, essa sociedade econômica de mútua conveniência duraria pouco. As FARC rapidamente se impuseram como direção dos camponeses cocaleiros, colocando parte de sua estrutura militar a serviço da proteção dos pequenos cultivos contra a ofensiva erradicadora do regime e do imperialismo. Seu acionar afastava as patrulhas militares dos cultivos e dos laboratórios improvisados de onde se extraía em forma rudimentar o alcalóide das raspas da folha de coca. Em troca, as colunas guerrilheiras obtinham um imposto, entre 3 e 5% do preço de mercado, por cada quilo de pasta básica que se embarcava para os centros de cristalização. A extensão dos cultivos impulsionou, em consequência, o fortalecimento e a extensão das FARC.

O rearmamento paramilitar

A abertura de dezenas de novas frentes guerrilheiras agudizou o choque com os latifundiários e a burguesia agrária, que encontraram aí a justificativa para rearmar os bandos de pássaros paramilitares.

O desenvolvimento da indústria obrigou a transferência de parte dos laboratórios de cristalização da cocaína dos arredores de Medellín e Cali para as zonas de cultivo. A grande plantação se levantou ameaçadora ao lado da parcela camponesa e se abriu uma nova versão da luta pela terra. As poderosas e consolidadas máfias de narcotraficantes se aliaram com os latifundiários e os burgueses agrários - muitos dos quais ampliaram suas fortunas e seu poder lucrando com o negócio das drogas - e atacaram novamente os camponeses e o proletariado agrícola. Dezenas de bandos de assassinos foram armados em todo o país com a colaboração, algumas vezes aberta, outras disfarçada, dos diferentes governos e das instituições armadas do regime. Só como exemplo se pode mencionar que o atual presidente, Álvaro Uribe Vélez, anos antes, quando era governador de Antioquia, promoveu e organizou as cooperativas de autodefesa "Conviver", base sobre a qual se desenvolveram os bandos paramilitares de Córdoba e Urabá - onde ele é grande latifundiário -, que se distinguem por sua agressividade e crueldade. Entre quinze e vinte mil mercenários foram armados, financiados e justificados como parte da estratégia geral contra insurgente da burguesia e do imperialismo.

O resultado da nova ofensiva contra-revolucionária é uma verdadeira catástrofe social. Os crimes mais atrozos foram cometidos na Colômbia nos últimos vinte anos em nome da defesa das instituições democráticas. Milhares de ativistas e dirigentes operários, camponeses e populares assassinados a cada ano. No começo dos anos 80, a União Patriótica, o partido construído pelas FARC, ao tentar sua legalização política, foi exterminado fisicamente. Um exército de

errantes de três milhões de desalojados pela guerra sem saída em que estão envolvidos os aparatos da guerrilha, os paramilitares e as forças armadas do Estado. E, entre cinco e seis milhões de hectares arrebatados dos camponeses pobres e médios.

Burguesia, paramilitares e genocídio

Calcula-se que nas décadas de 80 e 90 o tráfico de drogas representou até 30% do crescimento anual da economia do país. Isto explica em parte a relativa estabilidade colombiana em comparação com a crise do restante dos países da América Latina. O conjunto da burguesia colombiana se beneficiou, direta ou indiretamente, do narcotráfico. Os comerciantes multiplicaram seus lucros, abastecendo os mafiosos dos mais extravagantes e inúteis bens de consumo luxuosos. Os banqueiros aumentaram suas reservas líquidas, administrando e lavando os excedentes do negócio. Grandes industriais evitaram as crises financiando operações de envio de carregamentos de drogas. Importantes empresas de construção se aliaram aos chefes dos cartéis para financiar e desenvolver enormes projetos urbanísticos, comerciais e de moradia.

Mas o benefício não foi apenas econômico. A grande burguesia nacional, as multinacionais no país, os diferentes governos e o imperialismo tiraram grande proveito dos bandos de assassinos organizados pelos narcotraficantes para expulsar os camponeses, lutar contra a guerrilha ou simplesmente dirimir suas divergências. A burguesia encontrou nesses bandos o instrumento para desfazer-se dos militantes de esquerda, dos dirigentes sindicais e populares e até dos opositores burgueses que se tornavam incômodos.

As burguesias nacional e imperialista banharam o país em sangue operário e popular, sem ter que sujar as mãos diretamente. Os narcos e seus bandos de assassinos se encarregaram de fazer o trabalho sujo. Lançava-se contra todo aquele que devesse ser retirado do meio acusação de manter alguma relação com a guerrilha, real ou construída, e era assassinado com total impunidade. Milhares e milhares de ativistas e militantes foram mortos. Desconhece-se a cifra exata. Perdeu-se pela constância dos assassinatos diários. Ninguém sabe o número. As direções burocráticas, reformistas e traidoras dos grandes sindicatos e dos partidos majoritários da esquerda foram insensíveis diante da magnitude do massacre. No entanto, se nos ativermos à média dos anos nos quais os registros foram mais ou menos cuidadosos, podemos dizer com alguma certeza que o número de mortos declarados pelas direções sindicais e políticas nos últimos vinte anos pode chegar aos dez mil. O movimento operário e popular na Colômbia foi decapitado. Os dirigentes sindicais caíam assassinados e os capitalistas olhavam para outro lado como se não tivessem nada a ver com isso. Nenhuma denúncia de cumplicidade dos patrões com o genocídio foi adiante. Tudo aparecia como responsabilidade de um abstrato “fenômeno paramilitar” organizado e dirigido nas sombras por “forças ocultas”, que a burguesia, o governo e o imperialismo eram “os primeiros em condenar”.

Morreram centenas de professores, petroleiros, cimenteiros, metalúrgicos e bananeiros. Operários e dirigentes sindicais de multinacionais como Coca Cola, Renault e Nestlé caíram vítimas dos assassinos sem que jamais fosse citado e



muito menos preso um único patrão ou alto funcionário dessas empresas. Mílhares de dirigentes e simples camponeses e membros das comunidades indígenas foram brutalmente assassinados.

Paramilitarismo e regime político

Seria impossível levar adiante uma ofensiva contra-revolucionária de tal magnitude, que apelou para os mais violentos métodos de guerra civil contra a população indefesa, sem a colaboração aberta do imperialismo, do regime e dos diferentes governos que assim procederam. Os grupos paramilitares foram armados e financiados com dinheiro proveniente das enormes taxas de lucro do negócio do narcotráfico, com os aportes dos latifundiários e da burguesia industrial, com as apropriações orçamentárias especiais com que sempre contam as forças repressivas do Estado burguês para as operações encobertas e com as “contribuições” que o imperialismo introduz clandestinamente, por meio de suas agências de inteligência contra-revolucionárias, como a CIA e a ANS.

A cumplicidade do exército e da polícia com alguns dos maiores massacres cometidos pelos paramilitares, como os de La Gabarra no nordeste do país e Mapiripán no sul, foram tão evidentes que a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado a indenizar os familiares das vítimas. Contra sua vontade, o regime se viu obrigado a destituir e processar a altos oficiais comprometidos nos massacres e assassinatos. Muitos dos comandantes paramilitares são oficiais reformados do exército e da polícia que se relacionaram com eles, estando em serviço, protegendo os laboratórios dos narcos e cobrando por isso grandes somas de dinheiro.

Nos últimos dias tornou-se pública, por meio de alguns dos mais importantes meios de comunicação, uma realidade que todo o país sabia que existia, mas que ninguém podia demonstrar porque o Estado se encarregava de ocultá-la como informação de segurança nacional. O ex-diretor do Departamento Administrativo de Segurança - DAS (aparato armado que atua como verdadeira polícia política sob as ordens diretas do presidente da república), nomeado por Álvaro Uribe, foi acusado diante da Fiscalía por seu ex-chefe de informática de facilitar listas de dirigentes sindicais e populares aos paramilitares para que fossem assassinados. Em consequência do escândalo se fizeram públicas declarações de ex-agentes do DAS que confessaram sua participação direta, como autores materiais, nos assassinatos

Guerra e paz: ambigüidades políticas

Esse genocídio, que significa uma enorme derrota para a classe operária e os trabalhadores colombianos, é fruto da combinação da ofensiva burguesa contra-revolucionária e da colaboração das direções do movimento de massas que, por ação ou por omissão, foram incapazes de organizar a resistência e de orientar a luta direta para detê-lo. E nessa direção há que incluir às organizações guerrilheiras que, com seu funcionamento isolado do movimento, com seus métodos opostos aos métodos revolucionários e sua política ambígua de seguir adiante com uma guerra de aparatos sem saída, ao mesmo tempo que clama

por uma negociação com o regime, contribuem para desorganizar a luta de massas e facilitam à burguesia, aos latifundiários e ao imperialismo a justificativa da repressão oficial e paramilitar.

Todas as direções sindicais e políticas reformistas estão unificadas em torno da exigência de “saída política negociada ao conflito armado”. Essa exigência expressa um reconhecimento tácito do fracasso da estratégia guerrilheira na Colômbia que, diferente das experiências cubana e nicaraguense, nunca chegou a empalmar com o ascenso revolucionário das massas urbanas e rurais, sem a qual é impossível o triunfo de algum aparato guerrilheiro. Esse divórcio se produz pela mesma combinação da crueldade com que a burguesia e os latifundiários debilitaram a vanguarda operária e popular e o método messiânico com que os aparatos guerrilheiros avançaram a guerra. Faz muitos anos que as FARC e o ELN tiraram da sua propaganda e da sua agitação o chamamento à mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo contra o regime político e em defesa de suas reivindicações básicas, e qualquer referência à revolução socialista. As ocasiões excepcionais em que a guerrilha mobilizou aos camponeses foi mais com o objetivo de obstaculizar as ofensivas militares do regime do que uma verdadeira estratégia de revolução agrária. A propaganda escrita e os comunicados que as FARC enviam permanentemente pela internet estão cheios de frases contra o governo e o imperialismo, mas nada dessa fraseologia se traduz em organização e mobilização dos setores que influenciam, contra o regime. O trabalho urbano das FARC, por intermédio do Movimento Bolivariano, se limita a reproduzir nas cidades o método do atentado isolado e da ação heróica. Com isso, o único que conseguem é justificar a repressão nas cidades contra a classe operária e os setores populares e estimular e dar argumentos para a formação de bandos de assassinos nos bairros periféricos que já assolam zonas completas em Bogotá, Medellín e Cali. Essa estratégia de abertura do trabalho urbano tampouco é posta a serviço da mobilização. Atua centralmente para proporcionar apoio logístico à guerra nas montanhas, para recrutar combatentes que logo vão para as frentes tradicionais e como representantes urbanos da política capituladora da solução política ao conflito.

As FARC são um aparato militar muito poderoso e difícil de derrotar no enfrentamento direto. Nem as forças armadas, nem os paramilitares, nem as centenas de assessores do imperialismo, nem a colaboração de todos esses agentes puderam derrotá-las. No entanto, as FARC, se não se une a um levantamento revolucionário urbano e camponês, tem poucas possibilidades de derrotar ao regime e tomar o poder. Paradoxalmente, quanto mais se fortalece seu aparato militar, mais se reduz sua influência política e o apoio de setores importantes do movimento de massas.

No outro extremo, a burguesia, os latifundiários e o imperialismo têm vários problemas e diversas estratégias para solucioná-los. Em primeiro lugar, não conseguem derrotar militarmente a guerrilha, apesar dos imensos recursos destinados pelo regime, do orçamento nacional, e dos milhares de milhões de dólares que o governo americano injeta por meio do Plano Colômbia e do Plano Patriota. As forças armadas insistem em sua estratégia de perseguição, com a qual obtêm alguns triunfos e sofrem sistemáticos golpes e derrotas. Não abandonam sua estratégia de desgaste e continuam estimulando o acionar dos para-

militares contra os dirigentes de massas e contra os setores que proporcionam apoio logístico ou político às frentes guerrilheiras. Fazem uma sistemática campanha ideológica e política cada vez que a guerrilha promove emboscadas contra as patrulhas militares, cada vez que protagonizam um seqüestro ruidoso ou cada vez que as milícias urbanas atiram um explosivo, com o mencionado saldo de habitantes distantes do conflito que acabam mortos ou afetados.

A burguesia, assim como a guerrilha, tem uma dupla política. Acentua a guerra, a aberta e a suja, e faz um discurso pacifista que traz implícita a exigência à guerrilha da sua rendição incondicional. Utiliza as negociações de paz, quando as apresenta, para questionar a base política da guerrilha. Essa foi a vitória mais importante da política do governo anterior. Andrés Pastrana fez todas as concessões que a burguesia podia permitir. Chegou ao extremo, nunca imaginado, de esvaziar uma zona de quarenta mil quilômetros quadrados e entregar às FARC para que concentrassem suas forças e para adiantar as negociações de paz. Quando a trégua foi rompida, a burguesia havia conseguido debilitar o apoio político interno e externo com que contava essa organização guerrilheira, ao fazê-la aparecer como intransigente e responsável pelo conflito.

Não obstante, essa estratégia se debilita pela existência dos bandos paramilitares. A burguesia colombiana, apesar de que avança em apresentar as organizações guerrilheiras como terroristas, não consegue convencer ninguém do seu papel de vítima, pelos crimes atrozes que seus bandos de assassinos cometem diariamente. Essa é uma entre as muitas das razões que obrigam o governo de Uribe Vélez a aparentar uma estratégia de desmonte dos grupos paramilitares. Claro que o imperialismo, que vê na existência dos paramilitares um obstáculo importante na luta contra as máfias de narcotraficantes, pressiona por seu debilitamento e controle. Convém a todos dar a aparência de que está sendo desmontada a estrutura do paramilitarismo, mas, na verdade, só estão confinando e localizando. Esta política lhes permite um duplo benefício político: aparentam uma atitude pacifista da ultra direita com a qual golpeiam politicamente as organizações guerrilheiras, e na realidade mantêm intacto um aparato militar contra-revolucionário que lhes foi útil e que podem voltar a utilizar contra o movimento de massas no momento em que for necessário. Para conseguir esse duplo objetivo, o governo aprovou no Parlamento leis que lhes concedem a impunidade pelos milhares de crimes cometidos, que tratam de proteger os grandes chefes contra as solicitações de extradição levadas pelo imperialismo e que lhes garantem a conservação das terras arrebatadas pela força, dos camponeses.

Guerra de aparatos ou guerra de classes

Esse estranho equilíbrio, esse sinistro estado de coisas, é o que torna perniciososa a guerra de aparatos que ocorre na Colômbia e a mostra como aparentemente interminável. Porém, ao compasso do ascenso e da resistência dos trabalhadores na América Latina e das lutas da juventude operária e dos imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, o movimento revolucionário colombiano iniciou sua recuperação. O processo de usurpação dos camponeses e os planos de superexploração, que a patronal e o imperialismo impuseram aos trabalhadores nas cidades fizeram com que 60% da população (vinte e seis milhões)

vivam na mais completa pobreza, obrigados a sobreviver com menos de dois dólares por dia, e oito milhões vivem na indigência. A classe operária, sobretudo sua juventude, chegou ao limite do fisicamente suportável e começa a expressar sua disposição a retomar a luta.

Hoje, os sintomas são apenas perceptíveis na superestrutura política, onde se expressam com o aumento da abstenção eleitoral (mais de 60% nas últimas eleições parlamentares) diante da ausência de uma alternativa que ofereça saída às suas angústias. Um indício mais claro de recuperação são as mobilizações e as ocupações de terras que os indígenas protagonizaram no ano passado, resistindo heroicamente à repressão policial. É importante também o ânimo que existe entre a juventude dos colégios secundaristas e em algumas universidades públicas. Sua receptividade à propaganda socialista revolucionária demonstra que já não é tão fértil o campo para a ideologia que o imperialismo construiu sobre a base da derrubada da URSS e demais Estados Operários da Europa Oriental.

Profundos processos estruturais se puseram em movimento na Colômbia e sobre eles deve atuar o partido revolucionário e a Internacional. É a única rota firme para construir uma alternativa de direção política que possa conduzir ao novo proletariado pelo caminho da superação da guerra de aparatos que desgastou a gerações inteiras de lutadores e sua conversão em uma verdadeira guerra de classe que imponha um governo operário e popular que inicie a construção do socialismo ■



A resistência no Equador e a necessidade da revolução operária e popular

Há seis anos caía o governo de Jamil Mahuad, presidente do Equador, responsável pela extinção do sucre, até então moeda nacional equatoriana. Foi derrubado por uma insurreição dirigida pela CONAIE (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador). Um dos motivos principais da insurreição foi a dolarização da economia e o confisco bancário que multiplicou os preços por seis e achatou o poder de compra dos salários.

Lúcio Gutierrez, coronel que se rebelou contra o alto Comando das Forças Armadas e apoiou a tomada de Quito pelos indígenas, um ano depois foi eleito presidente com o apoio da CONAIE e da quase totalidade dos partidos de esquerda e das organizações dos movimentos sociais.

Em abril de 2005, o próprio Gutierrez, depois de manter toda a política orientada pelo FMI e o imperialismo, inclusive a manutenção da dolarização, depois de vários conflitos contra os trabalhadores, aposentados e juventude, e de choques com outros setores burgueses, foi também derrubado por uma rebelião de massas, desta vez urbana e quitenha, conhecida como a Rebelião dos Forajidos.

O vice de Gutierrez, que tomou posse da presidência sem muita empolgação popular, Alfredo Palácio, novamente teve de responder nos primeiros meses de governo a uma insurreição regional nas províncias de Sucumbios e Orellana, contra as empresas petrolíferas estrangeiras, em particular a Oxydental Petroleum, que apesar dos lucrativos e bilionários contratos de exploração do petróleo, sempre se negou a cumprir as cláusulas sociais e de preservação ambiental.

Palácio assumiu a presidência dizendo que iria “reconstruir a República”, fazer a consulta popular do TLC e convocar a Assembléia Constituinte. Mas continuou respeitando os contratos petrolíferos e negociando o TLC. Em março último, desatou uma forte repressão militar para impedir que ocorresse uma nova tomada da capital pelos indígenas convocados pela CONAIE, cujas bandeiras principais eram Fora OXY, Consulta Popular sobre o TLC e Assembléia Constituinte.

Antes de Mahuad e Lucio, dois presidentes já haviam sido derrubados pela mobilização de massas no Equador. Em menos de dez anos, quatro presidentes caíram, mas apesar de uma forte disposição de luta das massas equatorianas, o processo de recolonização não foi interrompido. A dolarização da economia e as negociações para assinar o TLC são provas de que é preciso dar um passo adiante nas manifestações e insurreições para impedir que o país seja totalmente entregue ao imperialismo.

A tática das várias ALCAs menores

O projeto estratégico do imperialismo norte-americano para a América Latina transformar-se novamente em colônia sob seu mando é a Área de Livre Co-

DAVID
CAVALCANTE

*David Cavalcante é
cientista político e
militante do MAS-
Movimento ao
Socialismo, do
Equador.*

mércio das Américas-ALCA. Mas as negociações da ALCA estão paralisadas devido aos conflitos com a burguesia agroexportadora protegida pelo Mercosul, cujo projeto de *ALCA Light* do governo Lula, propondo remeter as negociações agrícolas para o âmbito da OMC, foi recusado pelo governo Bush, já que o setor agrícola dos Estados Unidos recebe altos subsídios. Também a resistência popular que recrudescer em alguns países a exemplo da Venezuela, Peru, Equador, Argentina e Bolívia contribuiu para desestabilizar o calendário de negociações multilaterais simultâneo aos 34 países.

Mas se a ALCA de conjunto não caminha aos passos desejados com todos os países envolvidos nas rodadas de negociações de uma só vez, a tática de implementar várias pequenas ALCAs está avançando e tornou-se o recurso mais usado no continente. Primeiro foi o laboratório do NAFTA, depois o TLC com o Chile, também o CAFTA na América Central e está em andamento as negociações do TLC com a Colômbia, Equador e Peru. No entanto, o grau de subserviência ao imperialismo contido nas negociações dos TLCs é o mesmo proposto para a ALCA.

As exigências que as empresas imperialistas requerem mediante as assinaturas dos Tratados de Livre Comércio têm as mesmas aspirações colonialistas contidas do projeto da ALCA:

1. Modificações jurídicas transferindo o poder de julgamento dos conflitos jurídicos comerciais ocorrido dentro do território para as esferas não-nacionais cuja instância máxima é o CIADI (Centro Internacional de Arbitragem Relacionadas a Investimentos) que é uma instância do Banco Mundial;

2. Desregulamentação das leis trabalhistas para possibilitar investimentos sem restrições às leis de proteção ao trabalho, as “maquilas” mexicanas são o exemplo mais conhecido de super-exploração dos trabalhadores e trabalhadoras mexicanos depois do NAFTA;

3. Perda do direito do uso dos conhecimentos ancestrais a partir do estabelecimento das patentes para inventos e podendo até chegar a patente de seres vivos;

4. Exploração irrestrita da exploração dos recursos naturais como água, petróleo, gás, geração de energia e uso da terra;

5. Abertura indiscriminada para os produtos e serviços oferecidos pelas empresas transnacionais;

6. Negociações condicionadas a criação de bases militares ou convênios de subordinação das forças armadas nacionais;

7. Acesso irrestrito às compras governamentais e demais serviços oferecidos pelos diversos níveis estatais como educação, saúde, comunicações e seguridade social.

A mudança de tática do imperialismo não pode deixar perder de vista que o patamar de semi-independência alcançado no século XIX pelos países latino-americanos tem retrocedido e aprofundado desde o final dos anos 80.

A perda da moeda nacional, como é o caso do Equador, a dolarização indireta prevalente em vários países e a privatização dos recursos naturais são expressões mais avançadas da ofensiva recolonizadora dos Estados Unidos.

A liberalização comercial nos anos 90 também possibilitou ao imperialismo norte-americano triplicar suas exportações convertendo seu déficit comercial

anterior de 11 bilhões de dólares com a América Latina para um superávit de 9 bilhões no prazo de 10 anos.

O retrocesso das semi-colônias

A partir dos anos 50 do século XX, produto da vitória dos aliados na Segunda Guerra, se consolida a hegemonia imperialista norte-americana na América Latina. Esse processo se aprofunda nos anos 90, depois da queda do bloco soviético, reconfigurando o sistema mundial de Estados em duas direções: primeiro, a tentativa de unificação das fracionadas burguesias imperialistas europeias para fazer frente à reforçada hegemonia norte-americana; segundo, uma ofensiva recolonizadora aos países semi-coloniais no sentido de aprofundar a extração da mais-valia diante da movimentação mundializada e altamente competitiva dos mercados globalizados.

Daí a estratégia do capital imperialista de enquadrar todos os países na Organização Mundial do Comércio cuja liberalização das fronteiras nacionais com a quebra das barreiras alfandegárias, em particular dos países semi-coloniais, visando desobstaculizar qualquer impedimento no sentido de agilizar a acumulação do capital internacional com a livre circulação de bens, serviços e investimentos.

As chamadas fronteiras nacionais tornaram-se uma enorme barreira à livre circulação de mercadorias e capitais, a exceção são os setores burgueses subsidiados pelos próprios governos imperialistas que não são capazes de sobreviver a um suposto livre mercado mundial sem atacarem de forma ofensiva o proletariado dentro das suas próprias fronteiras, tarefa um pouco difícil de se realizar sem violentos e perigosos conflitos sociais que poderiam gerar uma instabilidade descontrolada. Basta ver as gigantescas manifestações e greves dos estudantes e trabalhadores ocorridas na França, no mês de abril deste ano, em repúdio a proposta da nova lei de contratação do primeiro emprego gerando uma desmoralização do governo com sua conseqüente derrota e retirada do projeto.

Os Tratados de Livre Comércio (TLCs) são instrumentos privilegiados para facilitar um novo patamar de livre acumulação de capital diante das competitivas exigências do mercado mundial globalizado e da tendência estrutural da queda da taxa de lucro de longo prazo.

A conversão das semicolônias a um *status* inferior de soberania, ou seja, ao nível de colônias novamente, não pretende ser operacionalizada com algum remorso pelos senhores do mundo, basta ver a ensandecida disposição do governo e dos amigos de negócio de George W. Bush em utilizar todos os expedientes assassinos na invasão ao Afeganistão e ao Iraque cujas negociações comerciais vão muito além das reuniões diplomáticas, mas os objetivos são os mesmos.

Os TLCs são muito mais que acordos comerciais bilaterais ou multilaterais como os que sempre existiram na história do capitalismo e tampouco o problema é que são somente entre países de potencial econômico e comerciais distintos. São instrumentos de conversão dos países semi-coloniais a novos patamares de submissão como bem expressou o Secretário de Comércio dos EUA, Robert Zoellick, “... os tratados comerciais podem ser mais úteis que o FMI para conseguir que os países em desenvolvimento façam reformas¹”; por isso os tratados comerciais se converteram junto com a busca do controle dos recursos naturais do planeta os principais objetivos do imperialismo para manutenção do sistema capitalista mundial.

¹ El TLC: un tratado entre desiguales.
<www.ildis.org.ec>

No pacote de negociações dos TLCs, vide experiência mais avançada do NAFTA e no projeto de acordo da ALCA, inclui não somente a entrada de capitais internacionais na totalidade dos ramos dos mercados nacionais sem submeter as empresas imperialistas às normas nacionais, ou seja, a transformação dos países receptores das empresas em territórios livres para entrada e saída de capitais, mercadorias e serviços sem nenhuma regulamentação, assim como fazia a Companhia das Índias Ocidentais e suas semelhantes no período do mercantilismo, mas também requer a conversão de todas as esferas antes públicas como educação, saúde, segurança, transporte, etc, bem como as riquezas naturais como a terra, o petróleo, o gás, a água e a biodiversidade em bens capazes de serem comercializados no mercado sem a menor restrição de exploração.

Em verdade, os países latino-americanos nunca foram totalmente livres ou soberanos como defendem alguns ideólogos da chamada “integração latino-americana” sob a bandeira de que “Outra América é Possível” por dentro do sistema capitalista. O idealismo de uma integração supostamente soberana como é o caso da proposta da Alternativa Bolivariana das Américas-ALBA, defendida pelo governo Chavez é deslocada cem anos historicamente e se assenta na visão equivocada de que é possível uma integração sem romper com os laços de dependência estrutural com o imperialismo. Como é possível ser vanguarda de uma integração alternativa à ALCA países cujas maiores das empresas mesmo as estatais já estão sob o controle total ou parcial das multinacionais imperialistas como é o caso por exemplo do setor petrolífero brasileiro e argentino?

Para discutir integração alternativa à ALCA seria importante lembrar que a própria formação do Estado nacional burguês nas Américas, no século XIX, foi marcada por violentos enfrentamentos entre as classes proprietárias nativas, os setores populares-indígenas e as metrópoles espanhola, inglesa, portuguesa, francesa ou holandesa.

Os Estados Unidos da América só se tornaram livres e soberanos do império britânico porque ocorreram dois decisivos processos revolucionários: a Guerra pela Independência Nacional, em 1776, e a vitória dos yanquis na Guerra da Secessão, entre 1861 e 1865.

A formação do Estado nacional independente com suas distintas variantes só se concretizou até os últimos estágios econômicos e políticos na experiência norte-americana. Ao contrário do que ocorreu na América do Norte, o movimento integracionista bolivariano na América Andina foi derrotado ou no caso do Brasil onde o Estado Nacional nasceu com a marca retrógrada do sub-império português submisso à Coroa Britânica.

Ocorre que mesmo no caso da América Andina que deu origem a pequenos países, da América Platina ou do Brasil, América Central ou México, conquistaram-se soberanias parciais, mas esses países nunca foram totalmente independentes por sempre terem sido receptores de produtos elaborados com alto valor agregado e exportadores de produtos primários, além do histórico e recorrente mecanismo da dívida externa e das remessas de lucro ao exterior possibilitado pelas filiais das empresas transnacionais.

A posterior delimitação territorial, a cunhagem nacional de moedas, a adoção de constituições nacionais, a formação de instâncias jurídicas e políticas nacionais, a criação de forças armadas próprias e a semi-liberdade econômica e



comercial elevaram a maioria dos países latino-americanos ao status de “países independentes” que na tradição marxista são chamados de semi-coloniais, justamente por não serem nem totalmente colônias como antes, nem alcançarem a independência plena como no caso dos Estados Unidos e dos países industrializados europeus.

Os conflitos inter-imperialistas pelos mercados mundiais, principalmente o da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento urbano tardio ainda que considerando suas desigualdades nacionais, acompanhados de uma industrialização dependente geraram uma burguesia nativa e uma jovem classe operária latino-americana. O chamado período nacional-desenvolvimentista dos anos 1950/60 é marcado por uma maior industrialização, notadamente Brasil e Argentina se destacaram no continente.

A importância do TLC com o Equador e a resistência indígena-popular

As negociações com o Equador estão ocorrendo concomitante ao Peru e à Colômbia, mas isso não impede que os Estados Unidos possam tirar vantagens de forma bilateral com cada país, o governo peruano de Toledo, foi o primeiro a assinar o acordo destruindo qualquer possibilidade de embocamento com os outros países da Comunidade Andina, provando que as possíveis vantagens nas mesas de negociações são efêmeras diante do projeto estratégico da liberalização comercial imperialista.

Um dos elementos que marcam as negociações é a existência da ATPDEA (Tratado de Preferências Arancelárias Andinas e Erradicação da Droga) estabelecido com Colômbia, Equador e Peru. O ATPDEA garante vantagens alfandegárias de produtos destes países no mercado norte-americano em troca de concessões políticas a exemplo da criação da Base de Manta no Equador cujo território é proibido para o acesso de autoridades equatorianas e da colaboração do governo colombiano no combate as FARC sob o manto do combate ao narcotráfico.

Cabe ressaltar que o Plano Colômbia de combate à guerrilha negociado entre o governo colombiano e os EUA tem gerado a destruição da agricultura dos pequenos camponeses com as fumigações venenosas das plantações e um processo cada vez maior de migração forçada da Colômbia em direção ao território equatoriano.

No caso do Equador as vantagens alfandegárias garantidas pelo ATPDEA representam cerca de 20 milhões de dólares anuais, ou seja, Equador vendeu sua soberania por 20 milhões de dólares. O ATPDEA também é usado na mesa de negociações do TLC como uma chantagem para caso não se avance todos os termos do acordo os setores exportadores que se beneficiam do mesmo sairiam prejudicados, que seriam fundamentalmente os exportadores de banana, camarão e flores, entre outros segmentos.

Outro aspecto que caracteriza as negociações do TLC é a dependência da economia equatoriana com relação à norte-americana cujos percentuais das exportações totais do país atingem 40% , além da própria dolarização que já completou 6 anos em 2006, transformando o Equador em parte da praça monetária norte-americana.

Além do APTDEA que serve de pressão adicional nas negociações com os países andinos o imperialismo busca conseguir um acordo com o Equador tentando garantir uma localização privilegiada geopolítica numa região tão conflituosa que possui reservas estratégicas de gás, petróleo, água e biodiversidade num cinturão que vai desde a Bolívia passando pelo Peru até a Venezuela, pois somente este último país é responsável pelo fornecimento de 20% do petróleo consumido pela economia yanqui.

Um exemplo mais destacado é que um dos principais motivos de conflitos sociais no Equador é a reivindicação do cancelamento do contrato de concessão de exploração petrolífera concedido a Oxydental Petroleum que vem sistematicamente desrespeitando cláusulas de proteção ambiental e de pagamento de impostos. Faz parte das mesas de negociação do TLC, uma das chantagens do imperialismo que é associar qualquer questionamento à exploração do petróleo equatoriano à quebra das supostas vantagens que possuem os exportadores nacionais.

Outro aspecto decisivo é a busca do controle do território colombiano, pois apesar de conseguir um governo totalmente serviu aos seus interesses até agora o imperialismo não conseguiu desarmar o conjunto da guerrilha nem dominar a bilionária rota de fornecimento de coca para o consumo nos Estados Unidos. Uma das garantias de que o Plano Colômbia possa sair vitorioso é o controle do território equatoriano até agora não consolidado entre o DEA e a Cúpula das Forças Armadas.

A necessidade de uma insurreição que exproprie o imperialismo e a burguesia

Cada adiamento das rodadas de negociações do TLC deve ser comemorado e tomado como experiência para as próximas batalhas contra a ALCA, por isso a assinatura do TLC no Equador está mais longe do que para Peru e Colômbia, pois Equador junto com Bolívia são os ápices do processo revolucionário Latino Americano em relação à memória recente das massas de vitórias para derrotar seus governos, mas o fantasma da recolonização estará sempre rondando caso o movimento de massas não der um passo a mais do que já deu.

Todas as táticas que ajude ao processo de mobilização popular contra o TLC devem ser usadas como é o caso da reivindicação da consulta popular que atinge o sentimento democrático de milhões de pessoas, mas só será possível derrotar o projeto neocolonialista com mias uma insurreição como parte de um processo revolucionário nos Andes e no conjunto da América Latina e como a história próxima do Equador tem demonstrado não basta tombar governos há que tombar governos e construir uma alternativa de organização para que as massas possam exercer o poder e avançar na expropriação das empresas transnacionais imperialistas origem e causa maior das relações de domínio que existe entre o governo norte-americano e todos os países do continente.

Outra América só é possível se for construída tendo como base a insurreição operária e popular na busca de um governo que rompa de fato com o imperialismo o que significa que seja um governo que rompa também com o capitalismo esta é a alternativa mais realista a que ajuda as massas a adquirirem uma consciência anticapitalista e antiimperialista ■

Peru: eleições, crise do regime e do plano neoliberal

No primeiro turno das eleições para eleger o novo governo, em 9 de abril, no Peru, foi imposta uma derrota contundente à direita e à sua pretensão de continuar e aprofundar o plano econômico neoliberal, derrota que se refletiu na votação minúscula obtida por sua candidata Lourdes Flores, apesar do apoio categórico da burguesia. Agora vamos a um segundo turno com uma verdadeira opção de pesadelo, onde deverá escolher-se entre Alan García, um personagem que fala bonito mas é amplamente questionado, e Ollanta Humala, um ex-militar que construiu seu patrimônio com um discurso “nacionalista” e anti-sistema, mas que nas últimas horas trata de “branquear-se” para ficar digerível para a burguesia. Com o pano de fundo do circo eleitoral, um enorme cavalo de Tróia pretende ser entregue por Toledo como último ato de seu funesto governo: o TLC (Tratado de Livre Comércio) com os EUA. As massas trabalhadoras voltarão às urnas onde, ao não ter opção, votarão pelo que lhes parece o “mal menor”. Mas, ao mesmo tempo, se apressam em travar nas ruas a luta definitiva para impedir que seja aprovado um tratado que consumará o domínio colonial sobre o país e fortalecerá a brutal política econômica de superexploração e miséria aplicada pelos empresários.

SIMON
LAZARA

Tradução:
Marcos
Margarido

Quando os ricos também choram

Após liderar as “pesquisas” por vários meses, com uma campanha repleta de publicidade e coberta por todos os meios de comunicação, demonstrações de riqueza e segurança absoluta de vitória sobre os concorrentes, a candidata da direita tradicional e do imperialismo, Lourdes Flores, obteve apenas 20% do total de votos, ficando fora da disputa eleitoral ¹. As massas trabalhadoras e populares, como de outras vezes, viraram o tabuleiro eleitoral da burguesia. A candidata da direita, que por vários meses liderou as pesquisas com uma ampla vantagem, ficou fora da disputa. Ollanta Humala, o autodenominado “nacionalista” contra quem a direita realizou a mais gigantesca campanha de que se tem notícia em nossa história, terminou à frente do primeiro turno com relativa vantagem sobre seus seguidores (25%). E como a ave de fênix, o cadáver político de Alan García ressuscitou, e com uma diferença de meio ponto a seu favor sobre Lourdes Flores, conseguiu passar ao segundo turno e converter-se de personagem odiado na última cartada da burguesia.

Quando falamos da derrota da candidata da grande burguesia e do imperialismo não é pouca coisa. Em 15 anos foram aplicadas reformas neoliberais que desnacionalizaram nossa economia, quase tudo foi privatizado, nossos grandes recursos naturais (gás, petróleo, minérios) foram entregues às multinacionais, o país ficou mais endividado e foram impostas condições brutais de superexploração

Simon Lazara é jornalista e membro da direção do PST (Partido Socialista dos Trabalhadores) do Peru.

¹ Aqui nos referimos somente à porcentagem de votos em relação ao total, já que a legislação eleitoral considera “inválidos” os votos brancos e nulos, que também expressam uma posição política.

à classe operária. O próprio Toledo, eleito em consequência da derrota da ditadura e sob a promessa de mudança, continuou a aplicação do mesmo modelo, mostrando que com ditadura ou “democracia”, com “chino” ou com “cholo”², os que mandam no país são o imperialismo e as multinacionais incrustadas em nosso território. O modelo exibiu uma grande tranquilidade nos últimos cinco anos³. Porém, aproveitaram-se dele apenas as multinacionais, a burguesia associada a ela e a alta tecnocracia; enquanto 52% da população vive em condições de pobreza e pobreza extrema, 75% sofre o desemprego ou subemprego crônicos, 60% vive na informalidade, 70% dos aposentados não recebe pensão; porcentagens que são mais alarmantes nas regiões andinas e agrestes do país, onde literalmente não “brota” nada.

O imperialismo e a grande burguesia pretendem reforçar este modelo com uma segunda onda de reformas. Agora se trata da concretização do TLC com os EUA. O governo Toledo já assinou o tratado contra e pelas costas do país, e espera que seja ratificado pelo Congresso no próximo mês de junho, após as eleições e como seu último ato de submissão ao imperialismo. O governo peruano mostrou uma postura totalmente submissa nas “negociações”, à diferença de seus pares andinos, e com este ato não só tirou-lhes o chão como também aplicou um golpe mortal à Comunidade Andina das Nações (CAN), antigo projeto do mercado comum regional que as burguesias desta parte do continente defendem timidamente até hoje.

O TLC levará nossa empobrecida agricultura à ruína e aumentará o preço dos medicamentos, já longe do alcance dos pobres. Mas acima de tudo fortalecerá a base jurídica que as multinacionais necessitam para continuar saqueando o país, permitindo acelerar o plano de privatizar o que resta de empresas públicas (Sedapal, Portos, Aeroportos), a reforma da educação e da saúde privatizando seus serviços, a racionalização do estado e o estabelecimento de um sistema repressivo e de segurança mais eficiente⁴. O objetivo é inserir-nos de qualquer maneira nos mercados internacionais como presa das multinacionais e dos estados imperialistas, às custas do aprofundamento das condições de miséria e pobreza que afligem a maioria dos peruanos.

Lourdes Flores, a mensageira deste plano, foi derrotada de maneira categórica. De passagem, as massas trabalhadoras também castigaram o partido de Toledo nas urnas⁵, e enterraram a Frente de Centro (aliança de partidos de centro-direita que com muitas expectativas postulou ao ex-presidente Valentín Paniagua) que também se apresentava como uma opção continuísta.

A campanha da direita e suas lições de “civismo”

Mas talvez o mais importante não seja apenas a derrota da direita, mas o desmoralamento de todo emaranhado político e eleitoral que construiu para levar sua candidatura ao poder. Lourdes Flores sabia que os votos da burguesia e das classes médias acomodadas de Lima e das principais cidades do país que são sua base social mais imediata, não eram suficientes para ganhar as eleições. Necessita o voto dos operários, camponeses e moradores dos grandes bairros de Lima e do interior. Com este objetivo maquiou sua chapa, substituindo seus personagens mais queimados por outros menos conhecidos, e o homem que o

² Chino refere-se a Fujimori, ex-presidente com poderes ditatoriais e de origem japonesa. Cholo refere-se a Toledo, de origem indígena (NT).

³ Nos últimos quatro anos o PIB cresceu 4.5% anual em média e as exportações mais que duplicaram.

⁴ Entre os principais problemas sociais está a falta de segurança devido ao aumento da delinquência.

⁵ No fechamento desta edição, o partido do governo disputa voto a voto a possibilidade de ultrapassar a barreira eleitoral de 4% para manter vigente seu registro eleitoral.

mercado financeiro (o poderoso Sr Dinheiro) colocou em sua chapa, Ronald Woodman, ficou praticamente trancado num quarto durante toda campanha. Ela própria subiu e desceu morros, comeu a comida dos pobres, vestiu suas roupas, dançou músicas folclóricas, visitou todas cidades que pode e utilizou sua condição de mulher com mensagens dirigidas às mulheres do povo que agüentam a miséria e pobreza de seus lares. Candidata dos ricos? Não, que é isso, é uma grande calúnia! Respondia a candidata. Aprendendo com a experiência falida do laureado escritor Mario Vargas Llosa que nos anos 90, quando foi candidato de uma frente única de toda a direita, disse que aplicaria um “choque” econômico e por isso perdeu, ela mentiu à direita e à esquerda prometendo o céu aos mais necessitados: 650 mil empregos por ano, mudança do modelo econômico para colocar a economia “a serviço dos pobres”.

Mas para a burguesia a política não foi feita para só mentir mas também para caluniar. Ao mesmo tempo, com todo o poder que detém e em particular seus meios de comunicação, impulsionou uma campanha de destruição da candidatura de Ollanta Humala à qual se haviam voltado amplos setores populares. Intrometeu-se em todos os aspectos de sua vida, inclusive sua passagem pelas Forças Armadas onde violou os direitos humanos (como tantos outros oficiais de maior graduação de quem nada se diz porque não são candidatos), aproveitou-se ao máximo das declarações xenófobas e homofóbicas de seus familiares, explorou a fragilidade de seus aliados políticos organizados à última hora com todo tipo de oportunistas. A guerra suja explorou ao máximo suas próprias culpas e pecados, mas inventou muito mais com o propósito de desenhá-lo como o demônio que levaria o país e a “democracia” à ruína.

Todos estavam sintonizados com esta campanha: os candidatos “democráticos”, o APRA, a Frente de Centro e até alguns pequenos candidatos da “esquerda” reformista. Foi dada a última cartada: Vargas Llosa e o próprio cardeal Cipriani começaram a atacar diretamente a Humala. Alejandro Toledo, que estava de mãos abanando, mostrou toda sua miséria humana quando no último minuto, em pleno período de proibição de campanha eleitoral, fez um chamado ruidoso no mesmo sentido, como se alguém ainda o escutasse. No mesmo carro subiu todo a gama de intelectuais pequeno-burgueses de fama duvidosa, para avisar que o voto em Humala era um “salto no vazio”, um voto inconsciente, irreflexivo, isto é, de ignorantes. Lições de moral e civismo, nada menos que dos que se enriquecem sob esta “democracia”, quando não diretamente de imorais e corruptos.

A campanha teve um certo impacto: agravou o ódio das classes de cima; e nas classes médias e inclusive de trabalhadores se disseminou a confusão. O acirramento dos ânimos nos setores de cima mostrou suas garras no próprio dia da eleição quando uma massa de elementos da classe média acomodada atacou violentamente o candidato Ollanta Humala, no momento em que este se preparava para votar numa zona eleitoral localizada em uma região quase exclusiva da Grande Lima. Evidentemente, a hipocrisia burguesa clamou logo por “tolerância” e “respeito”. Mas nos setores médios e da classe trabalhadora a campanha surtiu seu efeito: tirou votos de Humala, que de uma expectativa de cerca de 40 % dos votos, caiu para 25 % no resultado final, e beneficiou a Alan Garcia, que deu um salto com vara e conseguiu ir ao segundo turno.

Salvo nas regiões conservadoras de Lima e Callao (onde moram a maioria dos que se beneficiam do plano e da “mamata”), que votaram por Lourdes Flores, a grande maioria dos distritos pobres da capital e quase todo interior do país votaram de maneira categórica exigindo mudanças. O voto em Humala concentrou-se nas regiões mais pobres de Lima, em todo interior do país. Em particular no sul e na selva (Cusco, Ayacucho, Puno, Apurímac, Huancavelica, Arequipa, Tacna, Ucayali, Iquitos, Amazonas) foi decisivo.

A polarização social e política e o fenômeno Humala

A busca efetiva de mudança expressou-se principalmente pelo voto massivo a favor de Ollanta Humala e sua organização, o Partido Nacionalista. Humala é um oficial aposentado que tem o mérito de haver se lançado em armas contra Fujimori, e se beneficia da rebelião protagonizada por seu irmão Antauro Humala contra Toledo, quando ocupou a prefeitura de Andahuaylas com um grupo de aposentados do exército, no início do ano passado. Humala elaborou um discurso dirigido a atacar o sistema político (o congresso, os partidos burgueses e demais instituições) muito desacreditado ante as massas, e a atacar o modelo neoliberal reivindicando em seu lugar um “nacionalismo” volátil.

Humala pretendeu conseguir o que ninguém alcançou até hoje: constituir um movimento com uma adesão maciça em todo país em apenas oito meses. Na verdade não estamos diante de nenhum grande fenômeno. Estamos perante uma maioria operária, camponesa e popular que há anos enfrenta o plano neoliberal e aos que o aplicam nas ruas, mas sem contar com uma alternativa política independente até hoje. As grandes mobilizações em 2000 derrotaram a ditadura de Fujimori e apoiaram a eleição de Toledo confiando em suas promessas, mas assim que sua traição ficou demonstrada lutaram sem cessar para derrubá-lo, mas não conseguiram porque seus dirigentes colaboraram com a burguesia e com o imperialismo que haviam decidido apoiá-lo para garantir a estabilidade e continuidade do plano econômico. Neste processo desenvolveram seus organismos de luta, iniciaram sua reorganização sindical e avançaram em sua consciência questionando crescentemente o modelo econômico e o conjunto do regime “democrático” colocado a serviço da recolonização. O entanto, este salto não chegou a cristalizar uma alternativa política independente.

A razão para isto é que ainda não conseguiram renovar os velhos dirigentes que estão à frente de seus principais organismos. A antiga esquerda reformista (principalmente o PCP e o MNI), depois de seu fracasso nos anos 80 e seu retrocesso nos anos 90, continua controlando as principais organizações de massas de maneira burocrática, e mesmo quando as lutas as ultrapassaram ou se desenvolveram por fora de seu controle, não concretizaram uma nova centralização política ou sindical. Por isso o repúdio das massas a essas organizações não é menor que aos partidos tradicionais. As eleições foram uma oportunidade para que elas lhes aplicassem, de passagem, um castigo severo. Primeiro, essa “esquerda” tentou, de forma oportunista, ir atrás de Ollanta, mas este os desprezou, e então se dispersaram em quatro chapas, onde participaram reconhecidos pelegos e com um programa para maquiar o modelo econômico. O resultado não poderia ter sido mais eloqüente: todos juntos conseguiram menos que 1,5



% dos votos e o secretário geral da CGTP, a central sindical mais importante, que concorreu ao Congresso, teve apenas alguns milhares de votos.⁶

Ollanta Humala, desde seu posto, foi o escolhido para ocupar este gigantesco espaço das maiorias em busca de alternativas. E elas, frente à ameaça de continuísmo, se apoderaram de sua candidatura com uma esperança de mudança. O ataque sistemático contra ele feito em acordo de toda burguesia, e inclusive as denúncias de seu “nacionalismo” e apego ao presidente Chávez, terminaram por lançá-lo como o candidato dos pobres.

Humala: um candidato dos pobres a serviço da burguesia

Mas Humala não é Evo Morales. O líder boliviano é dirigente camponês com uma longa trajetória de luta, e seu partido, o MAS, é um movimento de esquerda baseado em organizações camponesas e populares. Humala em troca foi um alto oficial das FFAA que fundou um “partido” burguês que tem a particularidade de ter sido construído aos remendos, juntando personagens de todo tipo, mas onde ele é o único que faz e desfaz. Humala tampouco seguiu Lucio Gutiérrez no Equador, que formou uma frente com as organizações camponesas, indígenas e partidos de esquerda, o que o permitiu ser levado ao poder pelas mãos desses setores sociais. Em troca, Humala estabeleceu acordos com setores mafiosos da burguesia, que financiam sua campanha, e tem o apoio de um importante setor das Forças Armadas.

Para embelezar seu discurso deu guarida a algumas velhas figuras da esquerda⁷. Não são exatamente dirigentes camponeses e operários, ou lutadores populares os que estão em volta de Humala; estes apenas votam e dão valor à campanha. Além disso, Humala apresenta um programa medíocre e volúvel, que não expressa uma alternativa clara em relação ao neoliberalismo que critica. Não defende o “Não Pagamento da Fraudulenta Dívida Externa”, a nacionalização dos recursos naturais e das multinacionais que saqueiam nosso país, a restituição dos direitos trabalhistas, a defesa das empresas públicas e serviços de saúde e educação totalmente gratuitos. É obvio que sem estas medidas é impossível postular uma verdadeira alternativa operária e popular.

Fala de “nacionalização” mas sem conteúdo, isto é, não se trata de expropriar as multinacionais que saqueiam nossos recursos mas de que “se coloquem ao serviço do país” (?). Defende a renegociação dos contratos com tais empresas para que reduzam um pouco seus suculentos lucros, mas ao preço de que continuem a rapina. Defende a “refundação da República” mediante uma Assembléia Constituinte, mas a única República que pode “refundar” com uma Assembléia Constituinte é esta mesma república burguesa submetida ao imperialismo. Contesta o neoliberalismo, mas diz que manterá a mesma política macroeconômica que é a base na qual aquele se sustenta. Alguns querem identificar o projeto de Humala com o de Chávez, mas enquanto o venezuelano nada em petrodólares, Humala sabe que o cofre do Estado está vazio e por isso não tem muita margem de manobra.

Durante a campanha do segundo turno, Humala tenta “branquear-se” para reduzir a forte resistência que sua candidatura criou devido à espalhafatosa

⁶ Juan José Gorriti, secretário geral da CGTP e dirigente do Partido Comunista obteve aproximadamente 4 mil votos. Um caso excepcional é a votação de Hugo Blanco, o legendário dirigente das ocupações de terras em Cuzco e que foi figura destacada do trotskismo. Ele concorreu na chapa do reformista Partido Socialista, e mesmo sem fazer campanha teve a mais alta votação individual entre todos os candidatos de esquerda: mais de 50 mil votos. Ainda assim o sistema antidemocrático da “barreira eleitoral” não lhe permitiu ser eleito.

⁷ As sedes da campanha de Humala estão localizadas nas regiões mais exclusivas da Grande Lima (San Isidro, Miraflores). À sua volta figuram personagens como Isaac Merkel, representante de grupos empresariais vinculados à pesca, Leopoldo Lerner denunciado por manter negócios obscuros com os governos de Fujimori e de

campanha da direita. Sob esta pressão tende a caminhar mais à direita e tenta apresentar-se como um candidato que trará ordem, harmonia e estabilidade; isto é, novamente mais do mesmo. Leva oferendas a Haya de la Torre ⁸, reúne-se nos bastidores com os grupos de poder e até conversa com seus adversários mais ferrenhos (monsieur Cipriani), com o objetivo de cativar a todos. Neste afã é muito difícil que consiga melhorar seu índice eleitoral, embora seja provável que desfigure ainda mais sua imagem perante os setores que lhe deram apoio no primeiro turno. Em larga medida sua estratégia **não visa convencer os operários e camponeses**, mas convencer a grande burguesia, as multinacionais e as classes médias ricas da capital de que pode fazer um bom governo.

Nada melhor para caracterizá-lo de corpo inteiro que sua posição em relação ao TLC. É o único candidato que se pronunciou contra sua aprovação, o que é um grande ponto a seu favor, mas de fato deixa-o passar. O plano da burguesia é retirar o TLC do debate eleitoral, e depois do segundo turno colocá-lo em debate no Congresso para que sua maioria parlamentar já de saída possa aprová-lo em fim de mandato. Nos fatos, Humala comprometeu-se com esse plano, porque se ele quisesse poderia hoje mesmo ficar à frente da luta que foi iniciada contra o TLC, e converter o caráter da eleição em plebiscitário, assegurando seu triunfo. Mas não. Humala retirou o TLC de seu discurso eleitoral e em troca diz “votem em mim que eu revisarei o tratado”, permitindo de fato sua aprovação, pois sabe que depois, mesmo se for eleito, não poderá modificá-lo.

Assim, Humala avança na usurpação completa da esperança que o povo depositou nele.

Perigo fascista?

O modelo neoliberal aprofundou a antiga brecha entre ricos e pobres. O Estado e o regime político aparecem perante os olhos das massas como instrumentos de corrupção, de privilégios e enriquecimento de um lado; e abusos, superexploração, discriminação e exclusão de outro. O informe da Comissão da Verdade⁹ denunciou que durante a guerra contra a subversão dos anos 80 e 90 o estado havia demonstrado desprezo pela vida dos indígenas e camponeses (houve 70 mil vítimas, 360 mil mulheres e 50 mil homens esterilizados quase à força, entre outras monstruosidades, todas cometidas contra este setor social) e exigiu a reparação aos familiares e a construção de uma nação mais solidária. Mas ninguém fez caso e seu relatório foi arquivado. Agora a realidade é pior porque tudo pode ser visto na vitrine da “democracia”, aprofundando o ódio dos setores operários e populares contra o regime e suas instituições. Por isso não é casual que a rebelião armada protagonizada por Antauro Humala numa cidade distante da capital (Andahuaylas) há mais de um ano, claramente contra o Estado, obteve a simpatia da maioria popular.

A falta de uma direção alternativa própria leva as massas a buscar alternativas populistas na esperança de que coloquem ordem no estado e atendam suas necessidades. Como ex-militar e com um discurso populista, Humala encarna este sentimento. Mas, além disso, ele mesmo não esconde seu projeto de tipo “bonapartista”: tem o apoio de um forte setor das Forças Armadas e se apre-

Toledo, Gonzalo García funcionário de Toledo no Banco Central de Reserva, Torres Caro, ex-fiscal do fujimorismo, e ex-oficiais vinculados à cúpula montesinista.

⁸ Vitor Raúl Haya de la Torre: fundador do APRA (Alianza Popular Revolucionária Americana), movimento que defendeu pela primeira vez a unidade latino americana contra o imperialismo, com um programa populista. Haya de la Torre venceu as eleições peruanas em 1931 e 1962, mas uma fraude eleitoral na primeira e um golpe militar na segunda vez impediram-no de tomar posse (NT).

⁹ A CV e a Reconciliação, integrada por personalidades democráticas, emitiu seu relatório em setembro de 2003.

senta como um “redentor” que fará justiça. A busca deste tipo de alternativa não nos é estranha. No passado beneficiou Fujimori e agora, embora o contexto seja bem diferente, voltou a beneficiar, concedendo uma importante votação a seus candidatos. Um setor muito empobrecido o recorda mais por sua gigantesca corrupção e genocídio, por seu ataque sistemático aos partidos tradicionais e seus programas assistenciais.

Esta circunstância levou diversos setores, desde a direita até a “esquerda” reformista e centrista, a sustentar que Humala representa uma ameaça “fascista” e um perigo para a “democracia”. Evidentemente estas acusações não significam nada entre os setores populares. As denúncias de supostos fuzilamentos e “autoritarismo” não caem mal em amplos setores que crêem que são medidas necessárias para ter ordem e por um fim à gigantesca corrupção do Estado. Na realidade não estamos perante uma ameaça à “democracia”, que para os pobres não tem qualquer valor, mas perante seu fracasso absoluto como regime posto a serviço da recolonização do país. Os que apóiam Humala não o fazem reivindicando um projeto ditatorial mas buscando medidas radicais para sair da situação de corrupção dos velhos partidos. Mas uma coisa é o que as massas querem e outra o que vai acontecer. Humala no poder, aliado às Forças Armadas e à burguesia, sem dúvida alguma golpeará o movimento de massas, e se for necessário pisoteará a “democracia” e suas instituições. Mas o que isso importa à burguesia, que antes se escondeu debaixo das saias genocidas e corruptas de Fujimori enquanto este os deixou encher as mãos de dinheiro? Nada. Isso só importa à delicada democracia pequeno-burguesa e a seus fracassados partidos que não suportam ser governados por um ex-militar.

Renasce o cadáver do APRA e de Alan García

Parafraseando o antigo ditado, agora podemos dizer também que em nosso caso a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como comédia. Referimo-nos ao retorno do APRA e de Alan García, que depois de estarem acabados regressaram convertidos nas novas vedetes políticas da burguesia. A polarização da campanha estimulada pela direita conseguiu tirar votos de Humala e da favorita Lourdes Flores, e alimentou o centro político onde habilmente García localizou-se. Até poucas semanas antes das eleições García não superava os 10%, e havia uma grande porcentagem de aproximadamente 30% de votos nulos, em branco ou simplesmente sem opinião, mostrando que nenhuma das candidaturas convencia a um grande setor do eleitorado. Alan e o APRA, com cerca de 80 anos de experiência política, interpretaram bem este cenário, e fizeram uma campanha com o objetivo de ocupar um espaço exigindo mudanças na política econômica, dirigiram seus dardos contra Humala nos mesmos termos que a direita e se postularam como uma opção de **“mudança na democracia”**.

O partido, que afundou o país no final dos anos 80, que produziu o massacre dos presos (300 mortos), cujos grupos paramilitares assassinaram o dirigente mineiro Saúl Cantoral, que foi tão corrupto quanto o governo de Fujimori e que estes anos foi um apoio fundamental ao governo de Toledo, razão pela qual encontra fortes resistências em amplos setores populares, saiu assim de seu

estado de prostração e surgiu como um “mal menor” para um amplo setor de camponeses e classes médias empobrecidas, aterrorizadas pela ameaça dos dois extremos encarnados por Lourdes e Humala.

A burguesia nunca perdoou o atrevimento de García por estatizar os bancos em 1987, e nos últimos anos tampouco o perdoou por atuar no centro político quando necessitava seu apoio sem meio termo para a continuidade do plano neoliberal. O APRA é um partido burguês, mas, tendo em suas bases sociais setores de classe média, agricultores, médios e pequenos proprietários, tinha que se mover com um discurso ambivalente.

Para o segundo turno, todos os setores burgueses, os mesmos que chamaram o voto em Lourdes Flores, subiram no palanque de García. O “bandido” do filme se converteu hoje em estadista. Antiapristas convictos como o próprio Mario Vargas Llosa hoje chamam a apoiar García, e querem que se forme um pacto de todos os partidos da burguesia à sua volta, entre eles o derrotado agrupamento de Lourdes Flores, para assegurar seu triunfo e dar estabilidade e coerência a seu governo. Isto é, a direita perde as eleições mas agora querem entrar pelas portas dos fundos.

Na realidade não têm outro remédio que reagrupar-se em torno à candidatura de García, que é o único que pode garantir certa continuidade a seu sistema político e econômico. Com a lição aprendida por seu desastre dos anos 80, García espera cumprir bem seu novo papel, e ninguém duvida que ele, mais do que ninguém, firmará a mão na hora de apelar ao porrete e à repressão para conter as exigências populares. O que a burguesia realmente busca com seu apoio a García é evitar o “salto no vazio” que um eventual governo de Humala pode significar. Não porque seja sua intenção, mas porque sua debilidade política e organizativa extremas não garante a ordem e a estabilidade necessárias para a burguesia seguir realizando seus negócios, porque não garante a continuidade do plano neoliberal, e principalmente porque por trás dele há a crescente possibilidade de que as massas se mobilizem com suas próprias lutas e reivindicações.

Por estas razões foi posta novamente em movimento a frente anti-Humala e a campanha suja contra sua candidatura, esta vez para levar García e o APRA ao poder.

Segundo turno: um dilema mais distante da classe

Numa eleição entre um Humala que gira mais à direita para “branquear-se”, e um García que se apresenta como a última cartada da burguesia “democrática”, os setores operários e populares não têm opção. Se no primeiro turno houve 1,5 milhão de votos em branco (aos quais deveria ser somada uma porcentagem de votos nulos), que representou 12% da votação total, esta vez o universo de indecisos é muito maior.

O PST respeita a opção adotada pelos trabalhadores e a juventude neste segundo turno, com maiores ou menores ilusões na candidatura de Humala, ou com a idéia de que seja um “mal menor” frente à candidatura de García. Mas ninguém pode esquecer que Fujimori foi eleito em 90 e Toledo em 2001 com esta mesma idéia, com os resultados que conhecemos. Na hora de votar, a política do “mal menor” demonstrou não ser a melhor conselheira.

Em qualquer caso dizemos: **não se deve dar apoio político nem criar ilusões em nenhum deles.** Sem lutas nunca houve vitórias, nada do que os trabalhadores têm lhes foi apresentado. Ante qualquer um que seja eleito, teremos que seguir lutando, porque nenhum deles será qualitativo para as reivindicações e aspirações dos trabalhadores e dos pobres. Quanto menos votos o ganhador tiver será mais fraco e necessitará estabelecer alianças ou constituir outro “Acordo de Governabilidade” como aquele que salvou Toledo. Manter a independência política dos trabalhadores permite, em troca, preparar-se para as lutas que virão.

Nesta nova etapa deverá ser encarado o desafio de construir uma alternativa de classe para sair do círculo vicioso de continuar apostando em alternativas burguesas. Com esta perspectiva e assumindo este desafio como organização política independente dos trabalhadores, o PST não assume qualquer responsabilidade chamando o voto em um ou outro candidato. Não o fez no primeiro turno e tampouco o fará no segundo. Com nossa independência desejamos mostrar nossas bandeiras de compromisso com a classe operária e seu futuro, de maneira clara e sem manchas, e nossa proposta de luta para construir uma alternativa política para a transformação socialista de nosso país sob um governo de operários e camponeses. Nosso voto e nosso chamado nestas eleições é o voto nulo ou em branco.

O TLC não deve passar

Como já dissemos, enquanto vamos ao segundo turno o governo planeja empurrar-nos o enorme cavalo de Tróia da aprovação do TLC. Tenta aprová-lo à força, sem sequer aceitar uma consulta popular através de um referendo. Para os candidatos que continuam sua campanha como se nada estivesse acontecendo isto é o de menos; mas para as massas camponesas, populares e a juventude está claro que a guerra já foi declarada. A nova campanha eleitoral está em marcha, mas entre os de baixo começa a ferver o caldeirão social que pode colocar em cheque as eleições e a continuidade do próprio governo: a primeira “supercampanha”¹⁰ é uma mobilização com bloqueios em várias regiões, greves e mobilizações na capital, convocada para 24 de maio, sob a bandeira de NÃO AO TLC e Referendo. É a primeira jornada de uma luta que promete ser ampla e combativa em todo o país, antes que tal tratado colonial seja aprovado ■

¹⁰ Supercampanha: campanha no original (NT)

Argentina: por que as Mães da Praça de Maio apóiam o governo Kirchner?



VÍCTOR
QUIROGA Y
ALEJANDRO
ITURBE

No ato público do último dia 24 de março, trigésimo aniversário do golpe militar na Argentina, ocorreu um enfrentamento político entre as Mães e Avós da Praça de Maio, por um lado, e a maioria das organizações de direitos humanos, partidos de esquerda, ativistas e lutadores, por outro. O ponto em debate foi a posição de apoio ao governo de Nestor Kirchner por parte das Mães e Avós e sua negativa em respaldar um documento, crítico a esse governo, lido no ato. Por que estas históricas dirigentes da luta contra a ditadura militar e a repressão no país agora apóiam o governo Kirchner? É correta a sua posição ou deve ser rebatida? Neste artigo, tentamos responder, porque acreditamos que estão cometendo um grave erro.

O surgimento das Mães

As Mães e Avós da Praça de Maio são organizações surgidas durante a última ditadura militar. Diante dos seqüestros e desaparecimento de milhares de argentinos, as mães, os familiares, os companheiros e amigos dos desaparecidos começaram a procurá-los. Muitos deles encontravam-se nos corredores da Escola de Mecânica da Armada, nos tribunais federais para o trâmite de algum habeas corpus ou na Conferência Episcopal, sem nenhum resultado.

Tradução:
Raymundo
Alves

Victor Quiroga é redator de Lucha Socialista, jornal da FOS (Frente Operária e Socialista) da Argentina, e faz parte da direção desse partido. Alejandro Iturbe é professor, membro da direção da FOS e editor de Correo Internacional.

Várias mães decidiram encontrar-se, em uma quinta-feira, para entregar uma carta ao ditador Videla. Reuniam-se todas as quintas na Praça de Maio, até que lhes dessem alguma resposta sobre o paradeiro de seus filhos. Como a polícia tratava de dispersá-las com a ordem “circulem”, começaram a dar voltas em torno da Pirâmide de Maio e assim nasceu a famosa “ronda das quintas”. Ainda que suas ações, nesse momento, não fossem acompanhadas pelo conjunto da população, sua valentia na denúncia gerou, pouco a pouco, a simpatia de muitas pessoas e transformaram-se em um ponto de referência para toda a vanguarda na luta contra a ditadura. Como fundadoras das Mães da Praça de Maio, estavam Azucena Villaflor, Esther Careaga e Mari Ponce. Elas mesmas, em dezembro de 1977, foram seqüestradas e assassinadas. Desde então, e durante muitos anos, as Mães tem jogado um papel muito progressivo na Argentina.

Novas tarefas a partir de 1982

Uma grave crise econômica e, essencialmente, a derrota na guerra das Malvinas, provocaram o desmoronamento da ditadura militar e um grande ascenso nas lutas operárias e populares. Foi uma verdadeira revolução que mudou abruptamente o regime político do país, conseguiu eleições e liberdades democráticas e deixou as Forças Armadas em uma profunda crise, odiadas pela maioria do povo. Uma das consignas mais cantadas na época eram: *“Paredão a todos os milicos que venderam a Nação”*.

A luta pelo julgamento e castigo aos culpados do genocídio, uma das principais reivindicações das Mães, tornou-se uma luta de massas, mas agora está integrada a uma luta mais global, junto com a batalha contra as conseqüências da espantosa decadência da economia nacional provocada pelo capitalismo imperialista. Referindo-se a estas lutas, um material da época expressava: “Seus objetivos imediatos são aparentemente os mesmos que na etapa anterior, mas estes iam contra um regime político, a ditadura, e agora questionam todo o sistema capitalista semicolonial. As próprias mobilizações democráticas em torno do problema dos desaparecidos, ainda que possam parecer um resqúicio do processo, apontam objetivamente no mesmo sentido: vão contra o pilar do estado burguês. As Forças Armadas que cometeram o genocídio” (Nahuel Moreno, 1982, *Começa a Revolução*).

A burguesia tenta salvar um dos pilares do regime burguês

Para as massas, era uma necessidade continuar a luta contra esse pilar do regime democrático burguês, as forças armadas e de repressão. Para a burguesia e o imperialismo, pelo contrário, era uma necessidade imperiosa tratar de salvá-las do ódio popular e recompô-las em seu funcionamento. Por isso, desde 1983, todos os governos patronais, para além de suas nuances políticas, trataram de avançar nesta tarefa. Mas não era uma tarefa fácil: havia que encarar através de diversas táticas sucessivas para não se chocar frontalmente com a mobilização popular. Por isso, Ricardo Alfonsín, o primeiro presidente eleitor pós-ditadura, por um lado, impulsionou o julgamento que condenou os mem-

bros das juntas militares de governo da ditadura. Ao mesmo tempo, tentou fazer com que só fossem julgados e presos uns poucos repressores (as cúpulas), por meio das leis da Obediência Devida (os subordinados não podiam ser presos ainda que fossem culpados) e Ponto Final (terminados esses julgamentos, tudo seria anulado). Menem continuou com essa política, dando o indulto a um punhado de militares que haviam sido julgados e condenados.

Mas o povo argentino nunca aceitou estas “soluções”. A cada 24 de março, as praças de todo o país ficam lotadas com dezenas de milhares de manifestantes que mantêm, resolutamente, as reivindicações de castigar os militares genocidas. Contra o indulto de Menem, realizou-se uma das maiores mobilizações da história do país. Ao mesmo tempo, essa reivindicação uniu-se à luta contra a repressão “democrática” que começava a acumular lutadores presos e também mortos.

Um prestígio que se mantém

As Mães entraram neste período com todo o prestígio obtido como lutadoras contra a ditadura e, inclusive, aumentaram-no. Transformou-se em uma tradição, quando ingressavam em uma mobilização ou um ato, recebê-las com o grito de “Mães da Praça, o povo as abraça”. É certo que havia fortes debates no movimento sobre sua consigna de “Aparição com vida”, impossível de ser alcançada, inclusive com o maior grau de mobilização, porque já se sabia que os desaparecidos havia sido assassinados. (Seja dito de passagem, esta foi a origem das Avós, que aceitavam essa realidade e concentravam sua luta em encontrar seus netos seqüestrados ou nascidos em cativeiro.) Também é certo que perderam algum peso por sua atitude de negar-se à mobilização unitária com correntes ou dirigentes que acusavam de haver sido “cúmplices da ditadura” (como a UCR e setores peronistas). Por último, é certo que, em alguma medida, começaram a “institucionalizar-se” através de seu jornal e sua universidade, financiados em grande medida pelas ONGs e a social democracia européia. Mas todas estas questões são secundárias frente ao fato que, até a posse de Kirchner, elas não haviam capitulado aos governos de Alfonsín, Menem, De la Rúa e Duhalde, mantiveram sua luta e, por isso, continuavam sendo uma referência popular.

Dezembro de 2001 e o governo K

Em 19 e 20 de dezembro de 2001, uma gigantesca rebelião popular derruba o governo do radical Fernando de la Rúa inicia um processo revolucionário. A repressão havia deixado um saldo de 30 mortos. Poucos meses depois, o presidente provisório, o peronista Eduardo Duhalde ordena reprimir uma mobilização de “piqueteiros” e a polícia assassina dois manifestantes. A resposta popular obriga o governo a renunciar e a convocar eleições para os primeiros meses de 2003. Nelas, é eleito presidente o peronista Néstor Kirchner, ainda que obtendo apenas 22% dos votos.

O processo aberto no final de 2001, não só colocou as lutas operárias e populares em um nível superior mas, além disso, uniu ainda mais a luta contra a

repressão atual, o ódio às forças armadas e de segurança e a reivindicação de castigo aos genocidas.

Kirchner deve atuar, então, como um “piloto da tormenta” que, mantendo o objetivo final, deve realizar manobras audazes para que não naufrague o barco do regime burguês. Teve claro que devia mostrar-se diferente de Alfonsín, Menem, De la Rúa ou Duhalde. Por isso, seus discursos e gestos estão cheios de fraseologia de esquerda, mas sua ação concreta e sua estratégia são claramente burgueses e pró-imperialistas.

Excede o objetivo deste artigo demonstrar com profundidade esse caráter do governo Kirchner, mas se há algo que o demonstra claramente é a situação na província patagônica de Santa Cruz, da qual foi governador até assumir a presidência e da qual continua sendo o principal dirigente político. Ali, a verdadeira lei ditam as empresas petrolíferas imperialistas, a cujo serviço a Gendarmeria (polícia militarizada de fronteiras) reprime de forma selvagem as lutas dos desempregados e trabalhadores petroleiros, utilizando, em muitos casos métodos de seqüestros, torturas e operações relâmpago nas ruas, no melhor estilo da ditadura.

Este 24 de março de 2006

Neste 24 de março, ao cumprir-se 30 anos do golpe de Estado, Kirchner queria dar um novo passo na política de “recuperar” as Forças Armadas e avançar em sua “reconciliação” com o povo. Como parte disso, decretou feriado nacional para a data. Em seus discursos, reconheceu que a repressão militar não foram “excessos”, mas um plano criminoso perfeitamente consciente e organizado sob a doutrina de “segurança nacional”. Conseguiu que as autoridades da Marinha fizessem uma “autocrítica” e que a Igreja Católica respaldasse o “gesto conciliatório” de seu governo. Os meios de comunicação (desde os mais “progressistas” até os recalcitrantes de direita) também apoiaram e prepararam edições especiais dedicadas à data. O canal estatal emitiu durante toda a semana programa sobre a ditadura e os canais privados passaram vídeos e filmes, contando (pela primeira vez de forma tão ampla) que a maioria dos desaparecidos eram trabalhadores e estudantes e não guerrilheiros. Tão importante como todo isso foi que, lamentavelmente, Hebe de Bonafini, dirigente máxima das Mães e Estela Carlotto (Avós) apoiaram essa política publicamente, com todo o entusiasmo.

Tudo estava preparado para que este dia, sob um “governo popular”, aparecesse como o “ponto final” de uma luta histórica. Mas, como diz uma canção popular de León Gieco, *“todo está guardado na memória”*. Ao ódio contra os militares genocidas, somaram-se os recentes fatos repressivos em Santa Cruz e a notícia de que em Trelew, também na Patagônia, existiam arquivos recentes de grupos de espionagem militar sobre os políticos, juízes, dirigentes sindicais, etc.

A “grande jogada” de Kirchner voltou-se contra o próprio governo. A amplitude da mobilização, impulsionada desde o poder e da imprensa, só ajudou a que dezenas de milhares saíssem às ruas e lotassem as praças de Buenos Aires, Rosário, Córdoba e outras cidades para opor-se a qualquer “conciliação”, repudiar a repressão atual, especialmente a de Santa Cruz, e a criticar a política do

governo. Nem sequer o prestígio das Mães e Avós pode salvar Kirchner dessa derrota.

A capitulação das Mães

Fica pendente, no entanto, a pergunta que dá título a este artigo: por que as Mães e Avós, que mantiveram sua luta durante tantos anos, agora capitulam ao governo Kirchner? Para respondê-la é necessário considerar dois fatos.

Em primeiro lugar, a atitude das Mães é parte de um processo mais geral de capitulação de uma parte da vanguarda argentina a esse governo. Já falamos dos “gestos” e discursos esquerdistas de Kirchner. A eles se somam alguns fatos, como a reestatização de Águas Argentinas e do Correio, a diminuição dos índices de desemprego, graças à recuperação econômica do país nos últimos anos, a suposta unidade contra o imperialismo americano, junto com Chávez. Isto permitiu ampliar seu apoio entre as massas. Por isso, ainda que isso se contradiga com a realidade do governo em seu conjunto, esse setor da vanguarda apóia Kirchner, o considera um “governo popular” e, inclusive, forneceu funcionários para o seu gabinete. Como parte desta visão, Hebe de Bonafini, que antes havia manifestado publicamente que Kirchner “era a mesma merda” que Menem e Duhalde, declarou recentemente: “me enganei: Kirchner não é igual aos outros” (Clarín, 26.03.06).

Em segundo lugar, há que se ressaltar que “este giro a favor do governo, é o resultado político da reivindicação que faz Hebe de Bonafini das organizações guerrilheiras dos anos 70 e suas conseqüências práticas”, como expressa *Luta Socialista*, jornal da Frente Operária Socialista da Argentina. Recordemos que nessas organizações militava o próprio filho da Hebe e filhos da maioria das Mães.

Esse artigo continua: “Essa guerrilha surgiu nas décadas de 1960 e 1970, em toda a América Latina. Em nosso país, as organizações mais importantes, como Montoneros e o Exército Revolucionário do Povo foram direções pequeno-burguesas independentes do estalinismo influenciadas pela Revolução Cubana. Sua política sempre oscilou entre a burguesia e a classe operária. Por tanto, em algum momento podem jogar um papel progressivo e, em outro, um papel reacionário. Isto é, passar da luta mais furiosa às tréguas mais infames”.

Por exemplo, os Montoneros sempre se localizaram como a “ala esquerda” do maior partido burguês argentino (o peronismo) e apoiou os governos de Cámpora e de Perón, em 1973. O ERP apoiou “alianças com a burguesia nacional para salvar o país” que incluíam figuras como Raúl Alfonsín.

Derrubada a ditadura militar, grande parte dos quadros dessas organizações, abandona de modo definitivo a “luta armada”, integra-se aos partidos burgueses como o PI e a Frente Grande. Hoje, muitos deles aderiram ao kirchnerismo. Como a atual ministra do Interior Nilda Garré, ex-montonera, ou a ministra da Economia, Felisa Miceli, antiga simpatizante do ERP.

Este profundo processo de capitulação é parte do que chamamos de “vendaval oportunista”. Este processo arrastou a imensa maioria da vanguarda das décadas de 1960, 1970 e 1980, e levou-a a apoiar e a integrar, quando não diretamente a ser o centro, de governos burgueses pró-imperialista, tal como já foi analisado em várias edições da revista *Marxismo Vivo*. As Mães da Praça

Ano 2006

de Maio, uma parte de certo modo “especial” desta vanguarda, manteve-se firme por mais tempo, mas agora, lamentavelmente, também capitularam.

Infelizmente, o apoio das Mães e Avós ao governo Kirchner é uma vitória da burguesia e do imperialismo. É triste ver uma lutadora histórica como Hebe de Bonafini atuar como representante do governo kirchnerista e colocar todo o seu prestígio a serviço de “apagar o incêndio” desatado pela brutal repressão contra os operários de Santa Cruz ou tentando evitar que o ato do último dia 24 de março fosse um ato de oposição ao governo.

Mas todo o respeito ganho por elas em sua luta de anos não pode ocultar o fato de que hoje sua capitulação as coloca na trincheira oposta aos interesses dos trabalhadores e setores populares e que, por isso, devemos combater com toda firmeza a sua política ■

O fracasso da política do governo argentino

VICTOR
QUIROGA

Em 24 de março último, estima-se que mais de 200 mil pessoas saíram às ruas da Argentina. Só em Buenos Aires foram mais de 100 mil. Chamou a atenção o fato de que a grande maioria eram jovens que nem sequer tinham nascido em 1976, e que, habitualmente, não participam desse tipo de manifestação. A grande maioria foi “por conta própria”, independente de qualquer organização: jovens dos bairros, estudantes secundários e universitários. Também participaram os partidos de esquerda, entre eles o FOS (Frente Operária Socialista), alguns sindicatos, corpos de delegados e correntes opositoras à burocracia sindical, entre elas, as que integram o MIC (Movimento Intersindical Classista). Foram vencidas todas as manobras do governo para “institucionalizar” a data e transformar a mobilização em um ato oficial, no qual Hebe de Bonafini e Estela Carlotto, das Mães da Praça de Maio, seriam as oradoras principais. Inclusive correntes financiadas pelo governo (como setores dos Montoneros e Pátria Livre) tentaram dividir o ato, atirando garrafas e gritando para que não se lesse um documento crítico e opositor.

Mas não conseguiram porque em torno de 300 organizações já haviam firmado um acordo, com quase um mês de antecedência, com as características da marcha e haviam redigido em conjunto um documento que, além do repudiar o golpe de 1976, exigiam prisão comum para todos os genocidas, a restituição da identidade às crianças seqüestradas e a anulação dos indultos, denunciava a repressão atual (como em Las Heras contra os petroleiros) e a continuação das políticas de miséria, o pagamento da dívida externa e exigia a anistia e a liberdade dos mais de 40 presos políticos que há hoje nas prisões do país.

Apesar dos 30 anos transcorridos desde o golpe militar, as Forças Armadas continuam sendo repudiadas pela sangrenta repressão a serviço do imperialismo e seus planos, porque cada dia que passa fica mais evidente que o

golpe foi um ato contra os trabalhadores e os jovens que lutavam por um país melhor.

Diante da evidência do fracasso do governo em manipular o ato, alguns dirigentes das organizações de direitos humanos tiveram manobrar para desviar a atenção. O Ministro do Interior, Aníbal Fernández, não conseguiu esconder a irritação e disse que *“a esquerda queria apropriar-se da dor alheia para lançar palavras-de-ordem contra o governo”*. A imprensa fez eco e tratou de destacar que *“as Madres e Avós haviam repudiado o documento”*.

A mobilização pôs em evidência que a luta contra o genocídio de ontem e a repressão de hoje continua vigente. As bandeiras de sempre, infelizmente abandonadas por alguns importantes dirigentes, em nome de seu apoio a Kirchner, foram reconhecidas por milhares de trabalhadores e jovens que não aceitaram a política de capitulação proposta por Hebe de Bonafini. Isto significará a ruptura definitiva do movimento das Madres com aquela que foi sua dirigente histórica? É possível, mas só o tempo dará uma resposta definitiva a essa questão ■

O golpe de 1976 e suas origens

No dia 24 de março de 1976 ocorreu na Argentina um golpe militar que impôs uma sinistra ditadura militar. Milhares de pessoas foram perseguidas, seqüestradas e mortas. O golpe criou um regime político que transformou o aparelho estatal em uma máquina posta a serviço do genocídio. Nesse sentido, representou um salto qualitativo relativamente à existência de bandos fascistas e paramilitares que, já no governo peronista de 1973-1976, assassinavam ativistas e dirigentes combativos.

VICTOR
QUIROGA

Antecedentes

O golpe militar tornou-se inevitável para a burguesia e o imperialismo frente à incapacidade do governo de Isabel Perón em liquidar o ascenso das massas iniciado com o *Cordobaço*, em 1969. Vejamos alguns antecedentes.

Em junho de 1966, um golpe de estado liderado pelo general Juan Carlos Onganía derrotou o governo do radical Arturo Illia. Com o respaldo de importantes setores burgueses e da maioria da burocracia sindical peronista, Onganía assumiu o poder. Em pouco tempo, a crise econômica e as lutas dos trabalhadores deixaram o regime militar em uma situação insustentável. Ocorre então o *Cordobaço*, uma semi-insurreição operário-estudantil na cidade de Córdoba, e fatos similares ocorreram previamente em Rosário (as duas cidades mais importantes do interior do país). Em junho desse ano, o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores - *A Verdade*), organização dirigida por Nahuel Moreno analisava: “Com as semi-insurreições que se deram em Rosário e Córdoba

(...) começou o ascenso revolucionário mais espetacular conhecido nos últimos trinta anos no país (...) Com ele surge uma vanguarda estudantil e operária disposta a lutar contra o governo. Essa vanguarda é revolucionária ou com tendência a ter posições diretamente revolucionárias, com grande influência no movimento de massas. Vemos também a formação (...) de embriões de novas direções e organizações de massas provocado pela unidade operário-estudantil, como a Coordenação”.

Essa vanguarda se amplia e encabeça lutas, que passam por cima da burocracia sindical peronista e surgem os sindicatos “classistas”, como o Sitrac-Sitram na empresa Fiat, em Córdoba. Ocorrem rebeliões em Mendoza, General Roca, Tucumán, Corrientes e na Patagônia, e greves prolongadas no movimento operário industrial e no porto de Buenos Aires. A burguesia viu-se forçada a recorrer a um político burguês com maior prestígio entre as massas, o general Perón, exilado na Espanha, e chamar eleições gerais. O objetivo fundamental era desviar o ascenso operário e popular e impedir que a vanguarda classista se transformasse em uma nova direção do conjunto dos trabalhadores, deslocando a velha burocracia sindical peronista.

As eleições de 1973 significaram, por um lado, um grande triunfo das massas por terem obrigado a ditadura militar a convocá-las e outorgar liberdades democráticas. Mas os militares, Perón, todos os políticos patronais e a burocracia sindical assinaram um acordo que definia a participação do peronismo nas eleições para congelar o ascenso. O peronismo arrasou eleitoralmente e, após um curto período presidencial de Héctor Cámpora, vencido pela continuidade do ascenso, assume a presidência o próprio general Perón com sua esposa Isabel (sem nenhum peso nem tradição no peronismo) como vice.

Perón rapidamente gira à direita: aprova uma nova lei que fortalece a burocracia sindical, restabelece a legislação repressiva com o pretexto de enfrentar as organizações guerrilheiras e prende dezenas de ativistas operários. Paralelamente, um obscuro personagem muito próximo a Perón, José Lopez Rega, então ministro do Bem-Estar Social, planeja dar um golpe por dentro do próprio governo e arma a Tríplice A (Aliança Anticomunista Argentina) que assalta locais sindicais e da esquerda, seqüestra e assassina dirigentes operários e estudantis. No 1º de maio de 1974, Perón expulsa da Praça de Mayo os Montoneros e a Juventude Peronista, ala esquerda de seu próprio movimento. Gravemente doente, morre um mês depois e Isabel assume a presidência.

O projeto de López Rega se acelera: o governo intervém nos sindicatos dirigidos pela esquerda peronista e o exército começa a participar da repressão interna em Tucumán, com a desculpa de combater um foco guerrilheiro impulsionado pelo ERP (Exército Revolucionário do Povo). A polícia ocupa o sindicato dos Metalúrgicos de Vila Constitución, dirigido pela esquerda, e prende seus principais dirigentes. Em meados de 1975, Celestino Rodrigo, homem de confiança de López Rega, assume o Ministério da Economia e anuncia o congelamento dos salários, um brutal aumento geral das tarifas e dos preços dos produtos da cesta básica. A burocracia sindical começa a ver que também é atacada por esse plano e, em acordo com um setor patronal também prejudicado, assina acordos que desconhecem o teto salarial fixado pelo governo, que se nega a aprová-los. Começam numerosas lutas em diversas categorias, reivindi-

cando aumento salarial. A CGT chama a greve geral e uma mobilização na Praça de Mayo: dezenas de milhares pedem a renúncia de Rodrigo e Lopes Rega. Essa mobilização ficou conhecida como *Rodrigaço*, e significou a derrota do plano econômico e a queda de Celestino Rodrigo. López Rega foge do país.

Essa vitória dos trabalhadores marcou o início do fim do governo peronista de Isabel. O imperialismo e a burguesia começaram a preparar o golpe militar, usando como desculpa para a ação do exército, a repressão aos atos das organizações guerrilheiras que, desvinculadas das necessidades dos trabalhadores, eram vistos como provocações. O golpe foi adiado por um tempo, utilizando o governo de Isabel para fazer uma parte do “trabalho sujo” prévio.

A situação política do país piora cada vez mais e a inflação está fora de controle. No segundo semestre de 1975 e início de 1976, crescem as lutas operárias dirigidas agora pela nova vanguarda classista e a esquerda peronista. Alguns cálculos estimavam que mais de 20% da classe operária era liderada por novos dirigentes. Começam a surgir coordenadoras zonais e assim se apresenta a possibilidade de que a burocracia sindical peronista fosse superada e surgisse uma nova direção para a classe operária, fora do controle do aparato peronista e da burguesia.

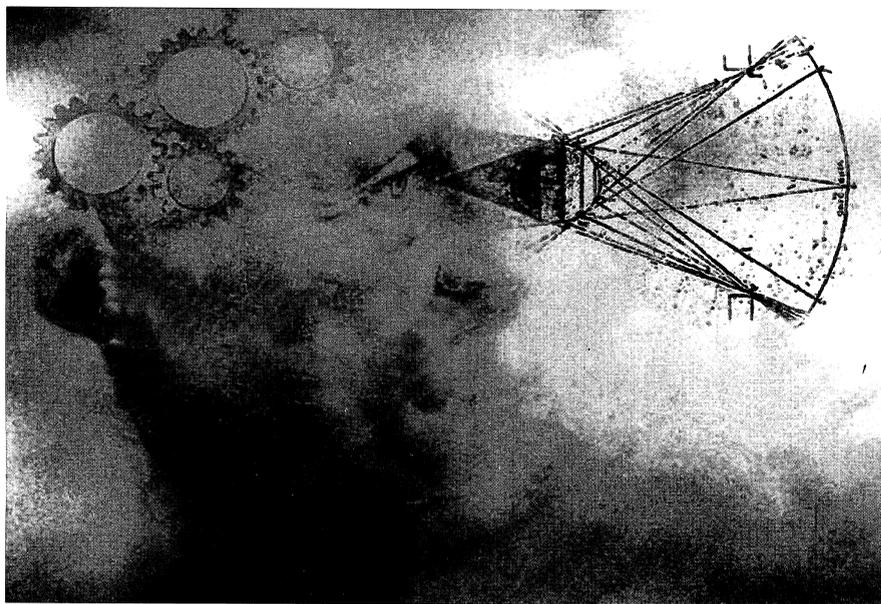
O golpe

O imperialismo e a burguesia argentina vêem que o golpe não pode ser adiado: as Forças Armadas derrubam Isabel Perón e instauram um regime militar. O profundo ódio dos trabalhadores ao governo de Isabel fez com que, nesse momento, não houvesse resistência.

O caráter sangüinário do golpe e do novo regime militar se explica por dois fatores. Em primeiro lugar, esse golpe foi dado a serviço do imperialismo e da grande burguesia argentina para realizar uma profunda transformação estrutural no país: eliminar todos os vestígios de autonomia herdados de décadas anteriores e dar um salto na colonização. Para fazê-lo, necessitavam destruir, de modo contundente, qualquer resistência operária e popular.

Em segundo lugar, essa necessidade chocava-se com a existência de uma numerosa e combativa vanguarda operária, popular e estudantil. Por isso, a repressão do regime militar foi dirigida contra esses militantes e lutadores, milhares dos quais foram seqüestrados, torturados e assassinados com o apoio explícito, ou o silêncio cúmplice, das empresas, dos partidos patronais e da Igreja Católica. Por isso também, a ferida aberta na sociedade argentina por essa sangrenta repressão só se fechará quando todos os genocidas tenham sido julgados e presos ■

Da moral revolucionária ao “vale tudo”



MARTÍN
HERNÁNDEZ

Tradução
Cecília Toledo

Em um discurso diante do Congresso da Juventude Comunista¹, Lenin dizia: *Mas existe uma moral comunista? Existe uma ética comunista? É evidente que sim. Muitas vezes acham que nós não temos nossa própria moral e a burguesia sempre acusa os comunistas dizendo que negamos toda moral. Em quê sentido negamos a moral e a ética? No sentido dado a elas pela burguesia, deduzindo-as dos mandamentos de Deus e sabemos muito bem que o clero, os latifundiários e a burguesia falavam em nome de Deus para defender seus interesses de exploradores. Nós negamos toda essa moralidade extraída de concepções que nada têm a ver com a natureza humana e as classes. Nossa moral está totalmente subordinada aos interesses da luta de classes do proletariado. Dizemos: é moral aquilo que serve para destruir a antiga sociedade exploradora e para organizar todos os trabalhadores em torno do proletariado.*

Com estas palavras simples, Lenin transmitia a versão marxista, de classe, sobre um tema sempre muito polêmico: a questão da moral e da ética.

Em 1938, León Trotsky escreveu um folheto chamado ***Sua moral e a nossa***, cujos trechos mais importantes estamos reproduzindo neste Dossiê. Nele, Trotsky parte da idéia central de Lenin, mas vai além no que respeita à relação dialética entre meios e fins. Esse trabalho de Trotsky gerou muita polêmica em

Martín Hernández é membro da direção da LIT-QI e editor de Marxismo Vivo.

¹ 1º Sessão do III Congresso das Juventudes Comunistas da Rússia, Moscou, 2 de outubro de 1920.

âmbito internacional, não só entre os setores de direita, mas também entre vários intelectuais marxistas que eram ou haviam sido simpatizantes do próprio Trotsky. Esses setores ficaram escandalizados com algumas idéias de Trotsky, especialmente quando ele reivindicava os métodos usados pelos bolcheviques durante a guerra civil contra os inimigos da revolução. Ou seja, quando Trotsky levava às últimas consequências o critério de Lenin: *“é moral aquilo que serve para destruir a antiga sociedade exploradora”*.

Trotsky respondeu àqueles que o questionavam com um longo artigo intitulado **“Os mercados de indulgências e seus aliados socialistas”**, dizendo que ninguém duvida que seus críticos *subjetivamente simpatizam com os oprimidos, mas objetivamente continuam prisioneiros da moral da classe dominante e tentam impor essa moral aos oprimidos ao invés de ajudá-los a elaborar a moral da insurreição*.

Em 1969, detido em uma prisão no Peru, o dirigente trotskista argentino Nahuel Moreno escreveu um folheto intitulado **Moral bolche ou moral espontaneísta?**, cujos trechos mais importantes também estão reproduzidos neste Dossiê. Moreno parte das elaborações de Trotsky e aborda o tema da moral num ângulo diferente, o das relações humanas que ocorrem dentro do partido revolucionário. Ele parte de uma premissa: *Os companheiros que entram no partido, em geral, são estudantes que vivem em uma sociedade falida, nauseabunda, e isso se reflete dentro das fileiras partidárias, já que não vivemos isolados mas dentro dessa sociedade*.

Nos últimos vinte anos, dentro da esquerda não só reformista mas também revolucionária, temos visto todo tipo de escândalo de cunho moral. Corrupção, roubos, agressões, calúnias. Esses fatos seriam, por si só, um bom motivo para que refletíssemos, ao menos dentro da esquerda revolucionária, sobre aquilo que perguntou Lenin em 1920: *existe uma moral comunista?*. No entanto, não temos visto entre as correntes de esquerda ou a intelectualidade marxista uma preocupação em estudar esse tema. Por isso, talvez nossos leitores fiquem surpresos com o fato de que esta nova edição da revista **Marxismo Vivo** tenha um Dossiê dedicado a essa questão. O que acontece é que nós achamos que não se pode atualizar o programa da revolução, pisoteado pela social-democracia, pelo stalinismo e todo tipo de revisionistas, se não fazemos isso no marco da recuperação da moral revolucionária.

Moral e verdades eternas.

Os reformistas de ontem e de hoje

O ponto de partida da posição de Lenin e Trotsky é que *mais que qualquer outra forma ideológica, a moral tem um caráter de classe*. Mas isso não faz com que ignorem a existência, *limitada e instável*, de uma moral acima das classes sociais. *Não existem regras elementais de moral, elaboradas pelo desenvolvimento da Humanidade enquanto totalidade, e necessárias para a vida da coletividade como um todo?*, pergunta Trotsky. *Claro que existem, mas a virtude de sua ação é extremamente limitada e instável. As normas “universalmente válidas” são tanto menos atuantes quanto mais agudo é o caráter que assume a luta de classes*.

O caráter de classe da moral, por um lado, e a existência de uma moral acima das classes, mesmo com um caráter limitado e instável, por outro, nos

dão o marco necessário para trazer para a situação atual esse debate histórico sobre a moral.

A capa da revista **Marxismo Vivo** nº 11 traz o título *Farabundo Martí, Tupamaros, Frente Sandinista, OLP, PT. Das trincheiras aos palácios*. Nosso objetivo com esse título era mostrar a decadência política de toda uma geração de lutadores que abandonaram o combate contra o imperialismo e contra os governos burgueses para transformar-se em administradores da burguesia e dos negócios do imperialismo. Essa decadência política veio acompanhada de uma enorme decadência moral. A maioria desses ex-lutadores, nos palácios dos governos, se dedicaram a ficar ricos. Isso pode parecer óbvio e inevitável, mas a história demonstra que nem sempre as correntes reformistas, e inclusive burguesas, agiram dessa forma e o fato de que agora estejam agindo assim é mostra da época em que vivemos.

As correntes reformistas do final do século XIX e início do século XX eram tão traidoras dos interesses da classe operária quanto as de hoje, no entanto, a atuação política da maioria de seus dirigentes não estava a serviço de seu próprio enriquecimento, e isso tem uma explicação. Na época do capitalismo ascendente, como ressaltava Trotsky, *o bem-estar das nações civilizadas e parcialmente também o das massas operárias, aumentava. A democracia parecia indestrutível. As organizações operárias cresciam. As relações entre as classes, pelo menos exteriormente, se suavizavam. Por isso, estabeleciam-se nas relações sociais, junto com as normas da democracia e os hábitos de paz social, certas regras elementares de moral. Crescia a impressão de uma sociedade cada vez mais livre, justa e humana.*²

Era justamente nesse contexto que crescia um reformismo que não era sinônimo de corrupção; havia inclusive um grande número de políticos burgueses que tampoco eram corruptos.

Mas esse “idílio” entre as classes no durou muito tempo. Teve seu fim decretado pela I Guerra Mundial. *“Os antagonismos de classe se exacerbaram e se manifestaram à luz do dia. Os mecanismos de segurança da democracia começaram explodir um atrás do outro. As regras básicas da moral se mostraram ainda mais frágeis que as instituições da democracia e as ilusões do reformismo. A mentira, a calúnia, o suborno, a corrupção, a violência, o assassinato assumiram proporções inauditas. Aos espíritos simples e abatidos parecia que esses inconvenientes eram um produto momentâneo da guerra. Na verdade, eram e continuam sendo manifestações de decadência do imperialismo”*.

Com a chegada da I Guerra Mundial, os “reformistas honestos” cometeram a maior imoralidade da história: a maioria dos líderes social-democratas se aliaram a suas respectivas burguesias e mandaram os operários de seus respectivos partidos matar seus irmãos de classe e de partido dos outros países. Difícilmente existiu na história do movimento operário uma traição política maior que essa, e uma imoralidade superior a essa.

No entanto, quando chegaram os tempos de paz, e a social-democracia se dispôs a reconstruir os estados capitalistas, muitos deles fizeram isso com certa “dignidade”, digamos assim. Uma boa parte dos líderes social-democratas, depois da grande traição, em diversas partes do mundo, chegaram ao parlamento ou aos governos de determinadas cidades e continuaram exercendo seus mandatos de uma forma diferente da maioria dos líderes dos partidos burgueses.

² León Trotsky, *Sua moral e a nossa*.

Muitos inclusive se mantiveram incorruptíveis, a tal ponto que saíram da vida pública mais pobres do que entraram. Desses reformistas “honestos”, salvo raras exceções, só fica a lembrança.

Nas últimas décadas, os partidos social-democratas chegaram ao governo em vários países e não se diferenciam em nada dos partidos burgueses no que se refere à forma de fazer política. Ou seja, não chegam ao poder apenas para administrar o capitalismo, mas para tirar as maiores vantagens pessoais disso.

Com a restauração do capitalismo no Leste Europeu, muitas organizações que lutavam, inclusive com armas na mão, contra os governos burgueses e o imperialismo, deixaram isso de lado e hoje estão no poder de seus respectivos países. Por sua tradição de luta, muitos esperavam que eles seriam “mais éticos”. No entanto, essas expectativas foram frustradas. Os antigos lutadores sociais e guerrilheiros, no governo, foram tão exagerados na ânsia de enriquecimento pessoal que uma boa parte dos corruptos políticos da burguesia, em comparação, chegam a parecer “éticos”. A crise atual do governo Lula e do PT no Brasil, onde todos os dias se descobre um novo escândalo de corrupção envolvendo fraudes, roubos, mentiras, perseguições e assassinatos, é uma mostra viva do que estamos dizendo.

A explicação para os diferentes comportamentos entre os reformistas do passado e os de hoje não está na ideologia ou na política, porque ambos tinham e têm o mesmo objetivo: discursos socialistas para os dias festa e administração do capitalismo para o resto do ano. A explicação está no caráter do capitalismo que a cada um deles coube administrar. Os reformistas de antes da I Guerra Mundial ajudavam a administrar um capitalismo em ascenso. Os reformistas posteriores à I Guerra tratavam de administrar um capitalismo que, depois de chegar ao máximo de suas potencialidades, iniciava sua decadência. Os reformistas atuais, pelo contrário, administram um capitalismo em avançado estado de decomposição. Nisso reside a diferença de comportamento de uns e de outros.

A crise da moral burguesa tradicional

A burguesia, na época de ascenso, como classe dominante, impôs sua ideologia e sua própria moral ao conjunto da sociedade: *A base dessa moral eram as necessidades da acumulação primitiva capitalista. Sua célula fundamental era a família patriarcal burguesa, com muitos filhos e a dominação absoluta exercida pelo pai. Os valores essenciais eram os valores familiares, e o futuro como desejo de enriquecimento condicionava todos os valores morais. O hábito de economizar, a frugalidade, a obediência servil dos filhos e da mulher em relação ao chefe da família, a acumulação de um capital antes de casar-se.*³

Enquanto o capitalismo desenvolvia as forças produtivas do conjunto do planeta, essa moral se impôs e expandiu para todas as outras classes sociais, inclusive a classe antagônica da burguesia, o proletariado. Mas com a chegada da I Guerra Mundial, ficou claro que o capitalismo havia atingido o limite de suas possibilidades. Ele já não podia mais desenvolver as forças produtivas. Os avanços científicos e técnicos, que continuaram ocorrendo, serviram essencialmente para o desenvolvimento das forças destrutivas. A II Guerra Mundial e as

³ Nahuel Moreno, *Moral bolche ou espontaneísta?*



que ocorreram até hoje mostraram isso. A crise e decadência do capitalismo, como não podia deixar de ser, foi acompanhada pela crise da moral burguesa tradicional. Mas não surgiu uma moral alternativa, baseada no desenvolvimento harmônico das forças produtivas e na solidariedade humana. Não surgiu, como alternativa, uma moral socialista, pela simples razão que a revolução socialista não triunfou em âmbito internacional, e justamente por isso, inclusive retrocedeu nos países onde havia triunfado.

O “vale tudo”: algo mais que um esporte

A crise da moral burguesa, sem uma moral alternativa que a substitua, deu como resultado uma decomposição moral. Moreno, em seu folheto, respondendo a essa contradição, fala em “falta de moral” ou “amoralidade”. No entanto, no terreno moral, como em tantos outros terrenos, não há lugar para o vazio. A crise da moral burguesa tradicional deu origem a um novo tipo de moral, a uma série de normas que são necessárias para que o capitalismo, em sua atual fase de decadência, possa continuar existindo.

Essa nova moral se manifesta em todas as esferas da vida política, econômica e social do planeta e, como não podia deixar de ser, ela também se manifesta em uma das atividades sociais que mais se desenvolveram no mundo todo, o esporte. Esporte é competição por excelência. Não há nada mais competitivo que o esporte, no entanto, alguns antropólogos chegaram à conclusão de que nem sempre foi assim. Salomón Asch, estudando o comportamento dos índios Hopi, do Estado de Arizona (EUA) observava que *os meninos mais novos, inclusive os adolescentes, nunca se interessam, durante um jogo, em contar os pontos ganhos ou perdidos. Jogam basquete durante uma hora sem saber qual time ganhou ou perdeu. Continuam jogando simplesmente porque gostam de jogar.*⁴ Por que esse tipo de comportamento é tão estranho para os valores atuais? Porque é uma comunidade que ainda não saiu do comunismo primitivo na qual: *Todos os indivíduos devem ser tratados da mesma forma e ninguém deve ser superior ou inferior. A pessoa que é alvo de elogios ou que se vangloria dela mesma fica imediatamente sujeita ao ressentimento e à crítica dos demais. A maior parte dos índios Hopi se negam a ser capatazes.*⁵

Esta cena descrita por Asch é impensável em qualquer sociedade dividida em classes. Nessas sociedades, o caráter competitivo do esporte é a expressão do caráter competitivo dessas sociedades. Na atual fase de putrefação do capitalismo, esse sistema, em seu afã por manter suas taxas de lucro, penetra de forma brutal em todas as atividades humanas, a ponto de converter um belo esporte, como o futebol, no “maior e mais rentável espetáculo da terra”.⁶

Com tantos interesses em jogo por trás desse esporte, o que prima no futebol atual não é simplesmente a competição entre os clubes e seleções. O que predomina é o “vale tudo” para conseguir um resultado favorável. Valem os contratos milionários, vale o suborno de clubes e árbitros, vale a destruição física do colega de profissão, vale o doping, vale a selvageria das torcidas organizadas e, com isso, o que era um belo jogo está deixando de ser desfrutado até mesmo pelos próprios jogadores. Sobre isso, Felipe Scolari, que foi o diretor técnico da última seleção brasileira campeã, disse na televisão que na atual fase

⁴ Citado por Ernest Mandel no *Tratado de Economia Marxista*, vol. I, p.31, Ediciones ERA, México.

⁵ Idem

⁶ Revista *Carta Capital*, 3 de maio de 2006, p.15.

do futebol, quando os clubes se transformaram em poderosas empresas, um diretor técnico não se destaca de outro em função das grandes jogadas que possa criar. *Todos os técnicos conhecem as mesmas jogadas. O diferencial não está aí mas no esforço que o técnico tem que fazer para conseguir que os jogadores voltem a gostar de jogar futebol.*

O vale tudo contaminou praticamente todos os esportes profissionais, a tal ponto que surgiu um novo esporte, chamado justamente Vale tudo. É um “esporte” onde os adversários ficam presos em uma espécie de jaula e se enfrentam apelando para qualquer métodos de luta, e o árbitro não faz quase nada para preservar a integridade física dos atletas porque, como o nome diz, nesse jogo vale praticamente tudo.

A existência desse “esporte” e o fato de arrastar multidões no mundo todo (já é um dos mais populares nos EUA) é um reflexo, no âmbito dos costumes, do surgimento de uma nova moral em detrimento da tradicional moral burguesa.

Por que milhões de pessoas no mundo todo se sentem atraídas por esse esporte? Porque ele se transforma em um guia para a ação na luta cotidiana pela sobrevivência. Porque o capitalismo, em sua decadência, faz com que o vale tudo esteja presente no dia-a-dia da vida das pessoas. O vale tudo das empresas para manter seus lucros. O vale tudo do imperialismo para apropriar-se dos recursos naturais e esse “vale tudo” dos opressores leva, inevitavelmente, ao vale tudo dos oprimidos. Vale tudo para conseguir um emprego, e vale tudo para mantê-lo. Vale tudo para conseguir uma casa. Vale tudo para conseguir um lugar na escola ou na faculdade. O vale tudo dos oprimidos expressa a luta pela subsistência em um mundo que está sendo destruído, cotidianamente, pelo imperialismo decadente.

Então não há um vazio moral. A velha moral burguesa do capitalismo em ascensão está sendo substituída pela moral, também burguesa, mas decadente e em putrefação, que é a moral do “vale tudo”.

Moral revolucionária ou “vale tudo”?

Mas existe uma moral socialista que se contraponha à moral do “vale tudo”? Não. Não existe nem poderá existir enquanto não se construir o socialismo no mundo inteiro. Mas existe a moral dos militantes revolucionários pelo socialismo, que está pautada pelo que dizia Lenin e Trotsky, para quem tudo o que leve à destruição do capitalismo imperialista e à construção do socialismo é moral, e tudo o que vai contra isso é imoral.

Essa “moral comunista” citada por Lenin existe hoje no seio das organizações revolucionárias, mas é preciso dar muita importância ao que dizia Moreno e que citamos acima: *Os companheiros que se incorporam ao partido vêm de uma sociedade falida, nauseabunda, e isso se reflete nas fileiras partidárias, porque não vivemos isolados, mas dentro desta sociedade.*

A moral do vale tudo, em relação aos oprimidos, tem muitas vezes elementos progressivos, quando o “vale tudo” é usado contra a patronal, contra os governos burgueses e contra o imperialismo, mas essa moral, na medida que expressa a luta pela sobrevivência, torna-se sumamente negativa quando leva ao



confronto entre os explorados e oprimidos. Quando o vale tudo significa enriquecimento às custas de seus irmãos de classe, quando o vale tudo significa agredir alguém mais fraco para conseguir seus objetivos, normalmente uma mulher, quando o vale tudo significa caluniar um companheiro.

A moral das organizações revolucionárias vive permanentemente ameaçada pela moral burguesa exterior ao partido e isso obriga os revolucionários a estar em estado de alerta permanente. Isso sempre foi assim e até que não chegue o comunismo em todo o mundo continuará sendo assim, mas é preciso fazer um alerta. Isso, que era verdadeiro na época de Lenin, de Trotsky e mais recentemente de Moreno, é muito mais verdadeiro na etapa atual quando, a partir da restauração do capitalismo nos ex-estados operários, o “vale tudo” cresce com uma força e uma velocidade vertiginosas. Há inúmeros exemplos de militantes revolucionários de longa trajetória que aderiram a essa nova moral e, pior que isso, não são poucas as organizações revolucionárias que estão vulneráveis, com a “guarda baixa”, e quando são surpreendidas por fatos desse tipo tendem a justificá-los apelando para as qualidades políticas do imoral da vez.

Nosso objetivo com este Dossiê é justamente ajudar a “levantar a guarda” das organizações revolucionárias, retomando um debate que nunca deveríamos ter abandonado ■

A moral deles e a nossa

Nos períodos mais reacionários, os senhores democratas, social-democratas, anarquistas e outros representantes da esquerda não se cansam de falar em moral, da mesma maneira que as pessoas transpiram mais quando estão com medo (...).

LEON
TROTSKY

Amoralismo marxista e verdades eternas

A acusação mais comum – e a que mais impressiona – contra o “amoralismo” bolchevista baseia-se na suposta máxima jesuítica: o fim justifica os meios. Daí é fácil chegar à seguinte conclusão: já que os trotskistas, como todos os bolcheviques (ou marxistas), não admitem os princípios da moral, não há uma diferença substancial entre o trotskismo e o stalinismo, como queria se demonstrar (...).

Se quiséssemos levar a sério esses senhores que nos censuram, deveríamos, antes de mais nada, perguntar a eles quais são seus princípios morais. Pergunta que ficaria provavelmente sem resposta (...).

“Os fins justificam os meios”

A ordem dos jesuítas, fundada na primeira metade do século XVI para combater o protestantismo, nunca ensinou que qualquer meio, mesmo o mais delituoso de acordo com a moral católica, seja admissível contanto que leve ao “fim”, isto é, ao triunfo do catolicismo. Essa doutrina contraditória e psicologicamente inconcebível foi maldosamente atribuída aos jesuítas pelos seus adversários protestantes - e às vezes católicos - que, por sua vez, pouco se preocupavam com escrúpulos na escolha dos meios para atingir seus próprios “fins”. Os teólogos jesuítas - preocupados como os de outras escolas com o problema do livre arbítrio - ensinavam na realidade que o meio, considerado em si mesmo, pode ser insignificante, mas que a sua justificação ou condenação moral depende do que se procura alcançar. Assim, um tiro de arma de fogo é, em si, um fato sem importância: disparado sobre um cão raivoso que tenta morder uma criança é um ato louvável; disparado para matar ou praticar violência é um crime. Os teólogos da Companhia de Jesus não queriam dizer nada mais do que estes lugares comuns. Quanto à sua moral prática, os jesuítas não foram piores do que os padres e monges das outras ordens; aliás, foram mesmo superiores. De qualquer maneira, deram prova de maior tenacidade, de maior audácia e maior perspicácia (...).

Sobre os “preceitos morais universalmente válidos”

(...) Então, não existem preceitos morais elementares elaborados pelo desenvolvimento da humanidade e indispensáveis à vida de qualquer coletividade? Existem, sem dúvida, mas sua eficácia é muito incerta e limitada. As normas “obrigatórias para todos” são tanto menos eficazes quanto mais áspera se torna a luta de classes. A guerra civil, forma culminante da luta de classes, suprime violentamente todos os laços morais entre as classes adversas.

Posto em condições “normais”, o homem “normal” segue o mandamento: “não matará”. Mas, se mata em condições de legítima defesa, o tribunal o absolve. Se, pelo contrário, cai vítima de uma agressão, seu assassino será condenado à morte. A necessidade de tribunais, bem como da legítima defesa, deriva do antagonismo dos interesses. No que se refere ao Estado, em tempos de paz ele se limita a legalizar a execução de simples indivíduos para, em tempos de guerra, transformar o “não matará” em mandamento diametralmente oposto. Os governos mais “humanos”, que em tempo de paz “detestam” a guerra, em tempo de guerra fazem do extermínio do maior número de homens o primeiro dever de seus soldados.

As normas da moral “geralmente reconhecida” conservam no fundo um caráter algébrico, isto é, indeterminado. Elas exprimem apenas o fato de que o homem, em seu comportamento individual, está ligado a certas normas gerais, já que pertence à sociedade (...).

O fato dessas normas universalmente válidas serem vazias se deve a que, em todas as circunstâncias importantes, os homens têm um senso muito mais imediato e profundo de seu pertencer a uma classe do que de seu pertencer à “sociedade”. As normas morais “obrigatórias para todos” adquirem, dentro da realidade, um conteúdo de classe, isto é, um conteúdo antagônico. A norma moral é tanto mais categórica quanto menos é “obrigatória para todos”. A solidariedade entre os operários, especialmente nas greves ou atrás das barricadas, é infinitamente mais “categórica” que a solidariedade humana em geral.

A burguesia - cuja consciência de classe é muito superior, pela sua coesão e intransigência, à do proletariado - tem interesse vital em impor sua moral às classes oprimidas. Por isso mesmo, as normas concretas do catecismo burguês são mascaradas com a ajuda de abstrações morais postas sob a égide da religião, da filosofia ou daquela coisa híbrida a que se chama “bom senso”. A invocação das normas abstratas não é um erro desinteressado da filosofia, mas um elemento necessário ao mecanismo da luta de classes. Fazer ressaltar essa trama, cuja tradição tem milênios, é o primeiro dever do revolucionário proletário.

A crise da moral democrática

Para garantir o triunfo de seus interesses nas questões de maior importância, as classes dominantes são obrigadas a ceder alguma coisa nas questões secundárias - mas de forma que no final das contas essas concessões lhe sejam vantajosas. No período do desenvolvimento do capitalismo e sobretudo nos últimos decênios anteriores à guerra, essas concessões, pelo menos em relação

às camadas superiores do proletariado, foram bem reais. A indústria estava em plena expansão. O bem-estar das nações civilizadas - em parte também das suas massas operárias - aumentava. A democracia parecia indestrutível. As organizações operárias cresciam em número. E, ao mesmo tempo, cresciam também as tendências reformistas. As relações entre as classes não eram tão ásperas, pelo menos exteriormente. Estabeleciam-se assim nas relações sociais, ao lado das normas da democracia e dos hábitos da paz social, normas morais elementares. Tinha-se a impressão de se viver numa sociedade que tendia a tornar-se cada vez mais livre, mais justa e mais humana. Ao “bom senso” a curva ascendente do progresso parecia sem fim.

Mas a realidade era bem diferente. A guerra explodiu, seguida pelo seu cortejo de violentas convulsões, crises, catástrofes, epidemias e retornos à barbárie. A vida econômica entrou num beco sem saída. Os antagonismos de classe agravaram-se e ficaram evidentes. Um após outro, explodiram os mecanismos de segurança da democracia. As regras elementares da moral revelaram-se ainda mais frágeis do que as instituições democráticas e as ilusões do reformismo. A mentira, a calúnia, a corrupção, a venalidade, a violência, a coerção, o assassinio, assumiram proporções nunca vistas. Os espíritos simples, confundidos, acharam que se tratava de conseqüências momentâneas da guerra. Na realidade, esta manifestação era, e continua sendo, a manifestação do declínio do imperialismo. A decadência do capitalismo traz consigo a da sociedade moderna, com suas leis e sua moral (...).

Moral e revolução

Não faltam entre os liberais e radicais homens que, por terem assimilado os métodos materialistas de interpretação dos acontecimentos, se consideram marxistas. Mas isto não impede que continuem sendo jornalistas, professores ou homens públicos burgueses. Não é preciso dizer que é impossível conceber-se o bolchevista sem o método materialista, na moral como em qualquer outro campo. Mas esse método não lhe serve apenas para interpretar os fatos, como para construir o partido revolucionário do proletariado, tarefa que só pode ser cumprida num clima de absoluta independência em relação à burguesia e à sua moral. Ora, a opinião burguesa domina completamente o movimento operário oficial, de William Green nos Estados Unidos a Garcia Oliver na Espanha, passando por Leon Blum e Maurice Thorez na França. O caráter reacionário da época atual encontra nesse fato sua expressão mais profunda.

O marxista revolucionário não pode enfrentar sua tarefa histórica sem ter rompido moralmente com a opinião pública da burguesia e de seus agentes no seio do proletariado. Esta ruptura exige coragem moral de calibre bem diferente daquela dos que andam berrando nas reuniões públicas: “abaixo Hitler, abaixo Franco!”. E é precisamente esta ruptura decisiva, profundamente meditada, irrevogável, dos bolcheviques com a moral conservadora, seja da grande como da pequena burguesia, que incute um medo mortal nos propagandistas da democracia, nos profetas de salão, nos heróis de escrivinhas. É nesse medo que se originam suas lamentações sobre o “amoralismo” dos bolcheviques (...).

Os centristas “reconhecem” a revolução proletária como os kantianos reconhecem o imperativo categórico, isto é, como um princípio sagrado mas



inaplicável na vida cotidiana. Na política prática, eles se unem aos piores inimigos da revolução, reformistas e stalinistas, para lutar contra nós. Seu pensamento é impregnado de duplicidade e hipocrisia. Se, de modo geral, não chegam a crimes grandiosos, é porque estão sempre no último plano da política. São, em certo sentido, os ladrões de galinhas da história. Exatamente por isso crêem-se enviados para regenerar o movimento operário com uma nova moral (...).

A revolução e os reféns

Stalin manda prender e fuzilar os filhos de seus adversários, que por sua vez foram fuzilados sob falsas acusações. As famílias servem-lhe de reféns para obrigar a voltar do estrangeiro aqueles diplomatas soviéticos tão audazes a ponto de colocar em dúvida a infalibilidade de Yagoda ou Yezov. Os moralistas de Neuer Weg lembram, a propósito disso, que “também Trotsky” valeu-se em 1919 de uma lei sobre os reféns. Vale a pena citar textualmente: “A prisão por parte de Stalin das famílias inocentes é uma barbaridade revoltante. Mas essa é uma ação bárbara também quando ordenada por Trotsky (1919)”. Eis a moral idealista em toda a sua beleza! Seus critérios são tão mentirosos quanto as próprias normas da democracia burguesa. Pressupõe, nos dois casos, uma igualdade onde não há sombra de igualdade.

Não vamos insistir sobre o fato de que o decreto de 1919, muito provavelmente, não fez fuzilar nenhum dos parentes dos oficiais, cujas traições nos custavam inúmeras vidas e ameaçavam sufocar a revolução. No fundo, não é disso que se trata. Se a revolução não tivesse manifestado desde o começo uma inútil generosidade, milhares de vidas teriam sido poupadas de imediato. Seja como for, assumo inteira responsabilidade pelo decreto de 1919. Foi uma medida necessária na luta contra os opressores. Esse decreto, como toda a guerra civil, que bem se poderia chamar com razão uma “barbaridade revoltante”, não tem outra justificação histórica a não ser o objetivo da luta.

Deixemos a Emil Ludwig e seus similares a tarefa de elaborar-nos quadros de Abraão Lincoln com asinhas cor-de-rosa. A importância de Lincoln consiste no fato de que, para alcançar o grande fim histórico exigido pelo desenvolvimento do jovem povo americano, não recuou diante das medidas mais rigorosas, quando foram necessárias. A questão não é sequer saber quais dos beligerantes infligiram ou padeceram as perdas mais graves. A história tem medidas diversas para as crueldades dos nortistas e sulistas na Guerra da Secessão. Que miseráveis eunucos não nos venham dizer que o escravagista que com mentira e violência agrilhoa um escravo está, diante da moral, no mesmo plano que o escravo que com a mentira e a violência quebra seus grilhões!

Quando a Comuna de Paris foi afogada no sangue e a canalha reacionária de todo o mundo arrastou pelo pó sua bandeira, apareceram muitos filisteus democratas prontos a condenar, junto com a reação, os communards que tinham fuzilado sessenta e quatro reféns, entre os quais o arcebispo de Paris. Marx não hesitou um só instante em assumir a defesa dessa sanguinolenta ação da Comuna. Na circular do Conselho Geral da Internacional, Marx relembra - e a lava borbulha sob suas palavras - que a burguesia usou o sistema de reféns na luta contra os povos coloniais e na luta contra seu próprio povo. E em

seguida às execuções sistemáticas dos communards prisioneiros pelos reacionários: “Para defender a vida de seus combatentes prisioneiros, não restava à Comuna senão recorrer ao método dos reféns, comum entre os prussianos. A vida dos reféns foi perdida pelo fato de que os versalheses continuavam fuzilando os prisioneiros. Teria sido possível poupar os reféns depois da horrível carnificina com que os pretorianos de MacMahon celebraram seu ingresso em Paris? O último recurso contra a barbárie do governo burguês - a tomada de reféns - era irrisório?”

Esta foi a linguagem de Marx a propósito da execução dos reféns, apesar de ter pelas costas, no Conselho da Internacional, um certo número de Fenner Brocway, Norman Thomas e outros semelhantes indivíduos à la Otto Bauer. A indignação do proletariado mundial diante das atrocidades cometidas pelos versalheses era ainda tão grande que os escrevinhadores reacionários preferiram ficar calados, esperando tempos melhores - tempos que, infelizmente, tardaram em chegar. Os moralistas pequeno-burgueses, unidos aos funcionários das *trade-unions* e aos agitadores anarquistas, só torpedearam a Primeira Internacional quando a reação triunfou definitivamente.

Enquanto a Revolução de Outubro resistia às forças coligadas do imperialismo numa frente de oito mil quilômetros, os operários de todo o mundo seguiam essa luta com uma simpatia tão ardente que teria sido arriscado denunciar diante deles a tomada de reféns como uma “barbárie revoltante”. Foram necessários a total degeneração do Estado soviético e o triunfo da reação em vários países para que os moralistas saíssem de suas tocas... e acoressem em socorro de Stalin. Com efeito, se as medidas repressivas adotadas para defender os privilégios da nova aristocracia têm o mesmo valor moral das medidas revolucionárias adotadas na luta libertadora, Stalin está plenamente justificado, a menos que... a revolução proletária seja condenada em bloco.

Os senhores moralistas, apesar de procurarem exemplos de imoralidade na guerra civil russa, são obrigados a fechar os olhos sobre o fato de a guerra civil na Espanha também ter restabelecido a lei dos reféns, pelo menos na época em que houve uma verdadeira revolução das massas. Se os detratores ainda não se permitiram condenar essa “barbaridade revoltante” dos operários espanhóis, é porque o solo da península ibérica ainda está muito quente sob seus pés. É muito mais cômodo para eles apelar para 1919. Já é história. Os velhos tiveram tempo de esquecer, os jovens ainda não tiveram tempo de aprender. Pela mesma razão, os fariseus de todos os matizes lembram Kronstadt e Machno. As seções morais podem aqui ter livre curso!

O “amoralismo” de Lenin

Os “socialistas revolucionários” russos sempre foram homens morais; no fundo, não eram mais do que pura ética. O que não os impediu de enganar os camponeses durante a revolução. No jornal parisiense de Kerensky, este socialista ético que foi precursor de Stalin nas falsificações contra os bolcheviques, o velho “socialista revolucionário” Zenzinov, escreve: “Lenin ensinou, como se sabe, que para atingir seu objetivo os bolcheviques podem, e às vezes devem, usar qualquer estratégia, como o silêncio e a dissimulação da verdade...” (*Novaia*

Rossia, 17-2-38). E daí retira a conclusão ritual: o stalinismo é filho legítimo do leninismo.

Infelizmente, esse detrator moral não é sequer capaz de reproduzir honestamente uma citação. Lenin escreveu: “É necessário saber adaptar-se a tudo, a todos os sacrifícios e até, se necessário for, usar vários estratagemas, enganos, procedimentos ilegais, usar o silêncio, a dissimulação da verdade para penetrar nos sindicatos, permanecer neles, desenvolver neles a qualquer custo a ação comunista.” A necessidade dos estratagemas e dos enganos, segundo a afirmação de Lenin, deriva do fato de que a burocracia reformista, entregando os operários ao capital, perseguia os revolucionários e inclusive chamava a polícia burguesa contra eles. “O engano e a dissimulação da verdade” não são, nesse caso, mais do que os instrumentos de uma legítima defesa contra a perfídia de uma burocracia reformista.

Em outros tempos, o partido de Zenzinov combateu na ilegalidade o velho regime e depois o bolchevismo. Em ambos os casos valeu-se de enganos, estratagemas, falsos passaportes e outras formas de “dissimulação da verdade”. Todos esses meios eram por eles considerados não apenas morais, mas até heróicos, porque correspondiam aos fins da democracia pequeno-burguesa. Mas a situação muda quando são os revolucionários proletários que são obrigados a recorrer aos meios ilegais contra essa democracia. A pedra de toque da moral desses senhores tem, como se vê, um caráter de classe!

O “amoralista” Lenin recomenda abertamente pela imprensa usar os enganos de guerra para com os dirigentes que traem o movimento operário. O moralista Zenzinov corta conscientemente este texto para enganar seus leitores. Este acusador tão moralista é, como de hábito, um astutozinho sem envergadura. Lenin tinha razão quando insistia em que é terrivelmente difícil encontrar um adversário de boa fé!

O operário que não esconde do capitalista a “verdade” sobre as intenções dos grevistas é um puro e simples traidor, que não merece senão o desprezo e o boicote. O soldado que comunica a “verdade” ao inimigo é punido como espião. O próprio Kerensky tentou acusar falsamente os bolcheviques de terem dito a “verdade” aos chefes do estado-maior de Ludendorff. A “verdade sagrada” não é, pois, um fim em si? Ela é dominada por critérios imperativos que, a análise o demonstra, revestem-se de um caráter de classe.

Uma luta de morte não pode ser concebida sem astúcias de guerra; em outros termos, sem a mentira e o engano. Os proletários alemães não podem por acaso enganar a polícia de Hitler? Os bolcheviques soviéticos, por acaso, faltariam à moral enganando a GPU? O honesto burguês aplaude a polícia quando esta consegue, pelo engano, capturar um criminoso. E o engano não seria permitido quando se trata de derrubar os criminosos do imperialismo?

“Tudo o que nasce é digno de perecer”, diz o dialético Hegel. O fim do partido bolchevique - um episódio da revolução mundial - não reduz a importância desse partido na história mundial. Na época de sua ascensão revolucionária, quando representava realmente a vanguarda proletária, era o partido mais honesto da história. Quando pôde, naturalmente enganou as classes adversárias, mas disse a verdade aos trabalhadores, toda a verdade, nada mais que a verdade. Só por isso ganhou sua confiança, como nenhum outro partido no mundo.

Os assalariados das classes dominantes tratam o fundador desse partido como um imoral. Aos olhos dos operários conscientes, essa acusação é uma honra. Significa que Lenin recusava desdenhosamente submeter-se às normas morais estabelecidas pelos escravocratas para os escravos e que os próprios escravocratas nunca observam para uso próprio; significa que Lenin convidava o proletariado a estender a luta de classes ao plano da moral. Aquele que se inclina perante as regras estabelecidas pelo inimigo jamais vencerá!

O “amoralismo” de Lenin, sua recusa em admitir uma moral superior às classes, não o impediu de permanecer toda a vida fiel a um mesmo ideal; de consagrar-se inteiramente à causa dos oprimidos, de mostrar-se extremamente escrupuloso na esfera das idéias e intrépido na ação, de não assumir nunca atitudes de superioridade em relação ao “simples operário”, da mulher sem defesa, da criança. Não parece, nesse caso, que o “amoralismo” é a mais elevada forma da moral humana?

Um episódio edificante

Vale a pena mencionar aqui um episódio, em si de pequena importância, mas que ilustra muito bem a diferença entre a nossa moral e a deles. Em 1935, numa carta a alguns amigos belgas, defendi a tese de que um jovem partido revolucionário que tentasse criar seus “próprios sindicatos” marchava em direção ao suicídio. É preciso ir de encontro aos operários onde quer que eles estejam. Mas isso significa pagar as cotas para a manutenção de um aparelho oportunista? Evidentemente, respondia eu, é preciso pagar pelo direito de minar os reformistas. Mas os reformistas nos permitirão fazer contra eles um trabalho de desagregação? Claro que o trabalho de desagregação exige algumas precauções conspirativas. Os reformistas representam a política da burguesia no seio da classe operária. É preciso saber agir sem sua permissão e apesar de suas proibições... Durante uma batida policial na casa do companheiro D., se não me engano por causa de um fornecimento de armas à Espanha operária, a polícia belga apoderou-se dessa minha carta. Alguns dias depois ela era publicada. A imprensa de Vandervelde, de De Man e de Spaak despejou seus torpedos contra meu “maquiavelismo” e meu “jesuitismo”. Mas quem eram meus censores? Durante muitos anos presidente da Segunda Internacional, Vandervelde, há muito tempo, é o homem de confiança do capital belga. De Man, depois de ter por muitos anos enobrecido o socialismo em maciços volumes, gratificando-o com uma moral idealista e apoiando-se na escapatória da religião, aproveitou a primeira ocasião para enganar os operários e tornar-se um vulgar ministro da burguesia. O caso de Spaak é ainda mais chamativo. Dezoito meses atrás, esse senhor, que pertencia à oposição socialista de esquerda, me pediu um conselho sobre os métodos de luta a usar contra a burocracia de Vandervelde. Eu lhe expliquei as mesmas idéias que mais tarde constaram de minha carta. Um ano depois ele renunciava aos espinhos para ficar com a rosa. Traíndo seus amigos da oposição, tornava-se um dos mais cínicos ministros do capital belga. Nos sindicatos e em seu partido, esses senhores sufocam qualquer crítica, desmoralizam e corrompem sistematicamente os trabalhadores mais avançados, expelindo os indóceis não menos sistematicamente. Esses cavalheiros não se diferen-

ciam da GPU a não ser pelo fato de que, no momento, agem sem derramar sangue; em sua qualidade de bons patriotas, reservam o sangue operário para a próxima guerra imperialista. E que fique claro: é preciso ser um enviado do inferno, um “pretendente”, um bolchevique, para dar aos operários revolucionários o conselho de respeitar, na luta contra esses senhores, as regras da conspiração!

Do ponto de vista da legalidade belga, minha carta não tinha nada de delituoso. A polícia de um país democrático a teria restituído ao destinatário pedindo desculpas. A imprensa de um partido socialista devia ter protestado contra uma batida organizada no interesse do general Franco. Os senhores socialistas, pelo contrário, não se melindraram em obter uma vantagem por meio de um serviço de sua polícia, sem a qual teriam perdido a ocasião favorável de demonstrar ainda uma vez a superioridade de sua moral sobre o amoralismo bolchevique.

Tudo é simbólico nesse episódio. Os socialistas belgas deram asas à sua indignação contra mim, no exato momento em que seus companheiros noruegueses guardavam-me sob sete chaves, juntamente com minha mulher, para que não nos pudéssemos defender das acusações da GPU. O governo norueguês sabia perfeitamente que as acusações de Moscou eram inventadas; o órgão oficioso da social-democracia norueguesa escreveu isso claramente e com todas as letras desde o primeiro dia. Mas Moscou tocou no bolso dos armadores e comerciantes de peixe noruegueses, e os senhores social-democratas puseram-se logo de joelhos. O chefe do partido, Martim Tramael, é uma autoridade em matéria de moral; é um justo; não bebe, não fuma, é vegetariano e no inverno toma banho de água gelada. O que não o impediu de, após ter-nos feito aprisionar por ordem da GPU, convidar o agente norueguês da GPU, Jacob Friese, um burguês sem honra nem consciência, a caluniar-me de maneira particular. Mas basta isso...

A moral desses senhores consiste em regras gerais e procedimentos oratórios destinados a mascarar seus interesses, seus apetites, seus temores. Em sua maioria, estão prontos a cometer todas as baixezas - a abjuração, a perfídia, a traição - por ambição e lucro. Na sagrada esfera dos interesses pessoais, para eles, o fim justifica qualquer meio. É por isso mesmo que necessitam de um código moral particular, prático e ao mesmo tempo elástico, como um bom par de suspensórios. Eles detestam quem quer que seja que revele perante as massas seus segredos profissionais. Em tempos de “paz”, seu ódio exprime-se por meio de calúnias, vulgares ou “filosóficas”. Quando os conflitos sociais assumem forma mais aguda, como aconteceu na Espanha, esses moralistas se põem de acordo com a GPU para exterminar os revolucionários. Depois, para justificar-se, repetem que “trotskismo e stalinismo são a mesma coisa”.

Interdependência dialética entre meios e fins

O meio não pode ser justificado senão pelo fim. Mas também o fim precisa de justificativa. Do ponto de vista do marxismo, que exprime os interesses históricos do proletariado, o fim está justificado se levar ao reforço do poder do homem sobre a natureza e à supressão do poder do homem sobre o homem.

Isto significa então que, para atingir este fim, tudo é permitido? - pergunta sarcasticamente o filisteu, demonstrando que não entendeu nada. É permitido, responderemos, tudo aquilo que leve realmente à libertação dos homens. Já que este fim não pode ser atingido senão por via revolucionária, a moral emancipadora do proletariado tem necessariamente um caráter revolucionário. Como aos dogmas da religião, esta moral se opõe a todos os fetiches do idealismo, gendarmes filosóficos da classe dominante. Ela deduz as normas de conduta das leis do desenvolvimento social, isto é, antes de tudo, da luta de classes, que é a lei das leis.

O moralista ainda insiste: isto significa então que na luta de classes contra o capitalismo são permissíveis todos os meios? A mentira, a falsificação, a traição, o assassinio? Respondemos: são admissíveis e obrigatórios apenas os meios que aumentam a coesão do proletariado, inflamam sua consciência com um ódio inextinguível para com toda forma de opressão, ensinam-lhe a desprezar a moral oficial e seus arautos democráticos, dão-lhe plena consciência de sua missão histórica e aumentam sua coragem e abnegação. Donde se conclui, afinal, que nem todos os meios são válidos.

Quando dizemos que o fim justifica os meios, disso deriva para nós que o grande fim revolucionário repudia, entre esses meios, os procedimentos e os meios indignos que lançam uma parte da classe operária contra outra; ou que tentam fazer “a felicidade das massas” sem a sua organização, substituindo-as pela adoração dos “chefes”. Acima de tudo, a moral revolucionária condena categoricamente o servilismo para com a burguesia e o desprezo para com os trabalhadores, características arraigadas na mentalidade dos pedantes e dos moralistas pequeno-burgueses.

Esses critérios, é claro, não definem o que é consentido ou não em cada situação determinada. Não existem respostas automáticas desse tipo. As questões da moral revolucionária confundem-se com as questões da estratégia e tática revolucionárias. Somente a experiência viva do movimento, iluminada pela teoria, pode dar a resposta certa a esses problemas.

O materialismo dialético não separa os fins dos meios. O fim é deduzido de maneira natural do dever histórico. Os meios estão organicamente subordinados ao fim. O fim imediato transforma-se no meio do fim ulterior.

Ferdinand Lassalle, em seu drama *Franz von Sickingen*, faz um de seus personagens dizer:

*Não indique apenas o fim,
mas mostre também o caminho
porque o fim e o caminho
tão unidos estão
que um muda com o outro
e com ele se move
e cada novo caminho
revela um novo fim*

Os versos de Lassalle são bastante imperfeitos e, o que é pior, o próprio Lassalle, em sua conduta política prática, abandonou a norma que exprimia nesses termos: sabe-se que chegou inclusive a manter negociações secretas com



Bismarck. Mas a interdependência entre fins e meios está expressa nesses versos. É preciso semear um grão de trigo se se quer obter uma espiga de trigo.

O terrorismo individual é ou não admitido do ponto de vista da “moral pura”? Nessa forma abstrata, a pergunta é para nós totalmente desprovida de sentido. Os burgueses conservadores suíços ainda tributam elogios oficiais ao terrorista Guilherme Tell. As nossas simpatias estão sem reservas com os terroristas irlandeses, russos, polacos, hindus, que combatem uma opressão política e nacional. Kirov, sátrapa brutal, não suscita em nós a mínima compaixão. E se viéssemos a saber que Nicolaiev o abateu conscientemente para vingar os operários cujos direitos Kirov espezinhava, nossas simpatias estariam sem reserva com o terrorista. Mas o elemento decisivo aos nossos olhos não é o móvel subjetivo, é a utilidade objetiva. Um tal meio pode nos conduzir ao fim? No que se refere ao terrorismo individual, a teoria e a experiência demonstram o contrário. Nós dizemos ao terrorista: “Não é possível substituir as massas; teu heroísmo só pode encontrar aplicação útil no seio do movimento de massas.” Nas condições de uma guerra civil, o assassinato de certos opressores deixa de ser terrorismo individual. Se um revolucionário fizer saltar o general Franco e seu estado maior, duvido que este ato causasse indignação moral, nem mesmo entre os eunucos da social-democracia. Em tempos de guerra civil, um ato como esse seria politicamente útil. Assim, na questão mais grave - a do homicídio - as normas morais absolutas são totalmente inoperantes. O juízo moral está condicionado, como o juízo político, pelas necessidades internas da luta.

A emancipação dos operários não pode ser senão obra dos próprios operários. Não há, pois, crime pior do que enganar as massas, do que fazer passar as derrotas por vitórias e os inimigos por amigos, do que corromper os chefes, do que inventar lendas, do que fabricar processos judiciais de impostura - enfim, o que fazem os stalinistas. Esses meios podem servir apenas a um fim: prolongar o domínio de uma camarilha condenada pela história. Mas não podem servir à emancipação das massas. Eis porque a IV Internacional sustenta contra o stalinismo uma luta de morte.

As massas, normalmente, não estão isentas de falhas. Não estamos inclinados a idealizá-las. As vemos em múltiplas circunstâncias, em várias fases, em meio às vastas convulsões. Notamos suas fraquezas e suas qualidades. Qualidades: a decisão, a abnegação, o heroísmo, que encontram sempre sua mais alta expressão nos períodos de ascenso revolucionário. Nesses momentos, os bolcheviques estão à frente das massas. Outro capítulo da história se abre quando se revelam as fraquezas dos oprimidos: heterogeneidade, insuficiência cultural, horizontes limitados. Cansadas, deprimidas, desiludidas, as massas perdem a confiança em si mesmas e cedem lugar a uma nova aristocracia. Nesse momento, os bolcheviques (os “trotskistas”) encontram-se isolados das massas.

Na prática, já percorremos dois ciclos análogos: 1897-1905, anos de ascenso; 1907-1913, anos de refluxo; 1917-1923, anos marcados por uma ascensão sem precedentes na história, depois um novo período de reação, que ainda não acabou. Graças a esses eventos, os “trotskistas” aprenderam a compreender o ritmo da história - em outros termos, a dialética da luta de classes. Aprenderam, parece que com sucesso, a subordinar a esse ritmo objetivo seus desígnios subjetivos e seus programas. Aprenderam a não desesperar, porque as leis da histó-

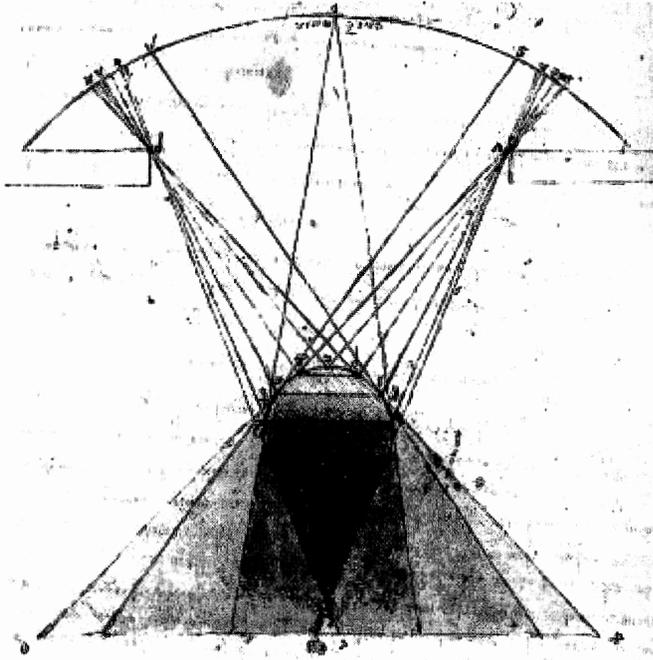
ria não dependem de nossas inclinações individuais ou de nossos critérios morais. Aprenderam a subordinar suas inclinações individuais a essas leis. Aprenderam a não temer nem mesmo os inimigos mais poderosos, se a potência desses inimigos estiver em contradição com as exigências do desenvolvimento histórico. Sabem nadar contra a corrente com a profunda convicção de que um novo fluxo histórico de renovada potência os levará à outra margem. Nem todos chegarão: alguns se afogarão ao longo do caminho. Mas participar desse movimento com os olhos bem abertos e a máxima tensão da vontade já é por si só a suprema satisfação moral para qualquer ser!

Coyocan, 16 de fevereiro 1938

P.S. Escrevi estas páginas sem saber que nesses dias meu filho lutava contra a morte. Dedico à sua memória este breve trabalho que, creio, teria sua aprovação: porque Leon Sedov era um autêntico revolucionário e desprezava os fariseus ■

Moral bolche ou moral espontaneísta? (*)

NAHUEL
MORENO



Minha situação atual faz com que meu contato com o partido ocorra, neste período, por meio da correspondência. Não posso me queixar, porque tem sido bastante intenso. Sem querer, levado pelo intercâmbio de cartas, fui me envolvendo no problema moral, desviando-me um pouco de meu projeto de escrever um trabalho sobre a situação peruana. Vários dos companheiros e companheiras que me escreviam esboçavam ou defendiam posições sobre a moral que eu considerava alheias às nossas tradições e concepções.

“Há que ser honesto consigo mesmo”, me escrevem, repetindo uma velha frase minha aprendida dos mestres; “tenho ânsias de viver e quero satisfazê-las”; “a primavera, o cheiro das flores, a conversa com as companheiras ou amigas fazem com que se possa suportar qualquer coisa e tudo o que ocorrer estará bem”; “não tenho que ter esquemas ou dogmas no problema sexual ou moral”; “nossa moral é fazer o que gostamos em qualquer momento” (...).

Sem dar muitas voltas direi que considero que existe todo um setor no partido que, por um grave processo degenerativo, social, político e de *lumpenização*, tem adotado posições sobre o problema moral que atentam contra a marcha e o fortalecimento de nossa organização. O tema toca, por outro lado,

(*) Este texto foi escrito por N. Moreno em 1969.

de forma muito mais profunda na realidade contemporânea. Vivemos a época mais revolucionária da história, o salto da sociedade de classes, da pré-história humana para a sua história. Isso significa que estamos passando de formas de vida, costumes, relações econômicas, relações entre os sexos, das distintas esferas da atividade social arcaicas às novas. Porém, estas últimas estão muito longe de se terem cristalizado, justamente porque estamos numa época de transição. Nesses períodos históricos nenhuma norma se fixa, se cristaliza; umas são derubadas, outras surgem. A moral não é uma exceção, pelo contrário, é um dos aspectos da vida que sofre os maiores abalos. Os velhos valores entram em crise antes que triunfem os novos e que os mesmos tenham se estruturado. Todas as épocas de mudanças revolucionárias nos têm mostrado uma situação similar de confusão moral, de amoralismo oficial, de choques entre distintas morais (...).

Os companheiros que captamos são principalmente estudantes, que vêm de uma sociedade falida, repugnante (...). Esses companheiros chegam ao partido vindos de uma sociedade totalmente corrompida, sem valores de nenhuma espécie, onde a família, a amizade e as relações entre os sexos estão totalmente em crise. Isso não deixa de refletir-se nas fileiras partidárias, já que não vivemos enlatados a vácuo, mas dentro dessa sociedade.

Frente a essa situação, é necessário esclarecer então que classe de moral é a nossa, e, inclusive, se temos alguma.

Como nossos mestres encaram o problema moral

O “Velho”¹, em seu conhecido folheto *A Moral Deles e a Nossa* (ou *Moral e Revolução*) traçou as linhas gerais da moral revolucionária. Combatendo a concepção da pequena-burguesia, principalmente a intelectual, que afirmava e afirma que existe uma moral por cima das classes que obriga a todos os homens a respeitar certos princípios e deveres morais, reivindicou a relatividade e o caráter de classe de nossa moral, como da moral em geral.

Nada de princípios absolutos, gerais, para a moral; a base da nossa moral é a revolução proletária. Tudo que a favoreça em nossa conduta é moral, entra dentro de nossos valores; tudo o que a debilite ou vá diretamente contra a revolução, é imoral (...). Mentir ao movimento de massas não serve para nada, mesmo que quem o faça tenha as melhores intenções, já que rebaixa o nível de compreensão dos fenômenos políticos e sociais dos trabalhadores. É, portanto, não só um erro político, mas uma grave falta moral. Porém, um companheiro que tem uma missão dentro de um ambiente inimigo tem de mentir sistematicamente, porque sua mentira vai a favor do desenvolvimento do partido e da revolução (...).

O que é moral?

O homem vive em sociedade, fazendo parte de agrupamentos humanos, classes, grupos, famílias, nações, bairros. Essas estruturas sociais, para se manter e desenvolver, necessitam impor aos indivíduos uma série de normas e obrigações que garantam a conquista de objetivos, como a solidez dessas estru-

¹ Refere-se a Leon Trotsky (Nota da Redação).

turas (...). O importante é compreender o papel social fundamental que cumprem as normas sociais: o meio de garantir que o indivíduo, pressionado pelos valores e deveres de sua organização social, responda às necessidades desta.

Um exemplo: um sindicato é uma organização social, com normas e deveres morais para com seus integrantes. Estas, entre outras, são as seguintes: acatar sempre o que os operários resolvam por maioria, ser solidário com todo o pessoal em greve, não “furar greves” nunca. Estas normas garantem a solidez, desenvolvimento e conquista dos objetivos da organização sindical. Se não existissem ou se não fossem cumpridas, essa organização desapareceria em pouco tempo. Essas normas morais se impõem por convencimento dos indivíduos e por pressão moral e até mesmo física da organização social sobre eles. O decisivo é a pressão moral, a opinião coletiva da organização.

Em torno deste último aspecto surgem os pontos de acordo e as divergências entre o direito e a moral. Em um sentido, o direito é a moral mais um garrote, o do Estado ou qualquer outra superestrutura. Mas o direito é muito mais que isso, já que regulamenta muito mais relações que a moral. Enquanto esta apenas dá normas para a atuação individual dentro da organização, o jurídico dá leis ou resoluções que tratam de regulamentar todas as relações existentes na sociedade, entre as classes, os grupos, os indivíduos, de todos eles entre si, mas em benefício de uma classe e aplicado por um estado a serviço da mesma classe. Por isso o direito utiliza os meios diretamente compulsivos, a prisão, as penas, próprios da força do estado, enquanto a moral utiliza a persuasão ou o repúdio moral, a opinião do grupo.

Algo semelhante ocorre com os costumes. Todo agrupamento tem seus hábitos de vida; cumprimentam-se de tal forma (nós, por exemplo, dizemos “como vai, companheiro”, outras organizações de esquerda dizem “como vão, camaradas”), fazem bailes ou almoços, ou ambas as atividades ao mesmo tempo. Cada agrupamento social tem seus hábitos cotidianos de viver; são os costumes. Têm a ver com a prática diária de existência desse agrupamento. Esses hábitos ou costumes cotidianos são fundamentais para a subsistência do agrupamento, mas não dizem respeito à essência das relações; os costumes ou alguns deles podem mudar sem afetar em nada o agrupamento. Alguns indivíduos, inclusive, podem ser diferentes, não cumprimentam dizendo “como vai, companheiro”, mas sim, “como vão, amigos e amigas”; é contra o costume, mas não afeta em nada a estrutura do agrupamento, neste caso, nosso partido. Os costumes são elementos espontâneos do agrupamento, vistos em sua média estatística. A moral tem suas raízes nos costumes, mas é bem diferente; é um aspecto determinado, que diz respeito à sobrevivência da estrutura social de que se trata e, portanto, é conformada por normas estritas, severas, essenciais, para serem aplicadas por todos os indivíduos.

Esclarecem-se assim as três escalas deste aspecto da vida social. Os costumes são o aspecto o espontâneo, geral e cotidiano da vida e práxis de todo agrupamento social. A moral são as regras, normas, deveres que garantem a sobrevivência, o desenvolvimento e objetivos do agrupamento social, por meio dos indivíduos que o formam. O direito é uma superestrutura que tende a regulamentar todas as relações, não só as excepcionais e essenciais, como as morais, mas todas, desde as horas de reunião de um partido até as relações

entre as classes no direito público do estado burguês. Toda classe ou organização social tem seus costumes, sua moral e seu direito. Nosso partido, o partido bolchevique argentino, o PRT, não é uma exceção. Todos nós sabemos que temos nossos costumes, alguns parecem ter se esquecido que também temos uma moral e temos nosso direito (o estatuto).

A crise da moral burguesa

A burguesia, em sua época de ascenso e plenitude, impôs uma sólida moral. A base dessa moral era dada pelas necessidades da acumulação primitiva capitalista. A célula fundamental dela era a família patriarcal burguesa, com muitos filhos e o domínio absoluto do pai; os valores mais importantes eram os familiares. O futuro, devido à ânsia de enriquecimento, condicionava todos os valores morais. A poupança, a economia, a obediência servil dos filhos e da mulher ao chefe da família, a acumulação de um capital antes de se casar, o que levava a que se casassem já maduros, o casamento acertado entre famílias para que as filhas se casassem o mais rápido possível, quase meninas, para que não fossem uma carga para o processo de acumulação, caracterizava essa moral (...).

Entre essa moral oficial e as necessidades biológicas havia uma dicotomia, uma grave contradição, insolúvel dentro dos marcos estritos daquela. Por isso, essa moral entrava em contradição com os costumes, era hipócrita, já que solucionava ou tentava solucionar suas contradições por meios ocultos e hipócritas. Para os homens, os prostíbulos; para os jovens, especialmente os da burguesia, as vedetes ou “malas gruas” como diziam os franceses no final do século XIX, com ironia, porque elas levantavam seus pretendentes desde o palco, ou, diretamente, a amante cara. Para as pobres mulheres, condenadas a uma moral oficial masculina, a “traição” de seu velho esposo ou, se as circunstâncias o impedissem, o amor romântico, “impossível”, cheio de versos “cursi” que escondiam aparências mais realistas (...).

As grandes descobertas de Freud não podem ser explicadas se não são vistas como consequência da observação dessas graves contradições da moral predominante de sua época, em Viena. Freud utilizou a ciência para descobrir a hipocrisia dessa moral e o lado oculto dela, o biológico. Este século foi o da decadência da burguesia; com ela caiu em pedaços sua moral, entrou em uma crise tão brutal como o regime que a fundou. A família patriarcal burguesa da etapa de ascenso desaparece, se rompe, para dar lugar a relações entre os sexos e os membros da família anárquica, crítica, onde o elemento fundamental é a transformação de cada indivíduo em aproveitador do mundo e do outro sexo. Esta moral reflete a passagem da acumulação capitalista desesperada à tentativa da burguesia de gozar o presente. É a putrefação do indivíduo burguês levada ao extremo, o das relações pessoais e sexuais. Os setores mais cultos, rebeldes ou desclassificados da própria burguesia apelam impudicamente a um giro ao biológico, ao imediato, o abandono de toda moral, de toda perspectiva para o futuro. A psicanálise entra em moda nos anos 20, principalmente nos Estados Unidos. Todo o espontâneo e as necessidades biológicas encontram justificativa e explicação na psicanálise. Tudo é permitido, o passado e o biológico, tudo é explicado e justificado. Uma classe sem futuro logicamente teria de ruir, como



todas as classes que na história perderam toda perspectiva, afundadas em um total amoralismo.

Mas a putrefação moral da burguesia avançou ainda mais. Com o neocapitalismo, com o controle dos mercados pelos grandes monopólios que o caracterizam, pela manipulação dos consumidores por meio da propaganda, a perda da moral já é total; nem sequer é um amoralismo, já que se transforma em consumo, em hábitos, reflexos condicionados e solucionados pelos grandes monopólios. Já a moral, ou falta de moral, nada tem a ver com pessoas de carne e osso, mas com objetos ou pessoas-objetos. Até as necessidades biológicas mais primárias são manipuladas pelos que controlam o mercado, que rebaixam assim a moral a um ramo a mais do mercado monopolista. A vida se torna aborrecida, a moral desaparece, já não são deveres que os homens impõem a si mesmos, para defender uma estrutura social, mas reflexos condicionados, costumes; satisfação, por esses reflexos, de necessidades biológicas ou sociais. Entramos em uma época de falta de moral ou de uma ética congelada.

A esta moral da burguesia em decadência se combina, com seus aspectos característicos, a outra moral, que é sua sombra rebelde, em certo sentido seu rosto verdadeiro: a moral dos setores marginalizados das grandes cidades.

A moral lumpen

“...(Nas grandes cidades) se congregam multidões que estão relativamente à margem do mercado capitalista; sua ligação com ele, com seus fetiches, é muito menor que a dos outros consumidores. Seu regime de vida é instável. São grandes concentrações de desclassificados, de lumpens. Muitos deles se transformam em operários, outros não; mas o elemento determinante está dado por essa caracterização (...).

Não é preciso investigar muito. Existe um livro magnífico sobre uma família assim, que traz algumas conclusões significativas. Refiro-me a *Os Filhos de Sánchez*, de Oscar Lewis. Depois de demonstrar que as conclusões podem ser aplicadas a todas as grandes cidades, o autor diz o seguinte: “outros aspectos incluem uma forte orientação para o tempo presente, com relativamente pouca capacidade de retardar seus desejos e de planejar para o futuro, um sentimento de resignação e de fatalismo baseado nas realidades de difícil situação de sua vida” (...).

Lewis deu um nome próprio da sociologia norte-americana a este fenômeno: cultura da pobreza. Aparentemente isso não tem nada que ver com as categorias marxistas. É uma definição por lugar de moradia. Mas Lewis é um extraordinário observador, além de estudioso. Isso o leva a fazer marxismo, e do bom; a “cultura da pobreza - nos diz - só teria aplicação nas pessoas que estão no fundo da escala sócio-econômica, os trabalhadores mais pobres, os camponeses mais pobres, os agricultores e essa grande massa heterogênea de pequenos artesãos e comerciantes, que são classificados em geral como “lumpen proletariado”. E, para que não reste dúvida de que se trata da moral e cultura dos lumpens, nos esclarece que “gostaria de distinguir claramente entre o empobrecimento e a cultura da pobreza. Nem todos os pobres vivem nem desenvolvem necessariamente uma cultura da pobreza. Quando os pobres adquirem

consciência de classe tornam-se membros de organizações sindicais, ou quando adotam uma visão internacionalista do mundo já não fazem parte da cultura da pobreza, ainda que continuem sendo desesperadamente pobres”. Lewis não sabe que em nosso partido e em nossa Internacional existem afiliados que podemos chamar de “canalhas” porque, já não sendo militantes jovens, vivem na cultura da pobreza, na acepção de Lewis, porque não têm nenhuma capacidade de controlar seus desejos. Mas essa exceção não anula a correta definição do autor, que não tem porque conhecer os processos excepcionais e degenerativos.

A rebelião burguesa e pequeno-burguesa contra sua própria moral: existencialismo e espontaneísmo

O livro de Lewis não tira todas as conclusões gerais de suas observações mais interessantes; inclusive entra em contradição aparente com algumas delas. Lewis intui que a cultura da pobreza, da desclassificação, a lumpenização, com todos seus valores morais, não é própria somente do lumpen tradicional, mas todas as classes podem se lumpenizar. Por exemplo, ele enfatiza que “a cultura ou subcultura da pobreza nasce de uma diversidade de contextos históricos, mais comum que se desenvolva quando um sistema social estratificado e econômico passa por um processo de desintegração ou de substituição por outro, como no caso da passagem do feudalismo ao capitalismo, ou no transcurso da revolução industrial”. Ele não vincula, neste caso, a cultura da pobreza ao baixo nível econômico-social, mas a uma etapa de transição, que provoca a desclassificação, ainda que use esse termo.

Isto se confirma pela contradição formal em que cai ao assinalar como opostas a cultura da pobreza, em nossos termos “lumpen”, e a da classe média, mas de relance dá a melhor definição que conheço do existencialismo como corrente filosófico-social: “talvez esta realidade do momento (presente) seja a que os escritores existencialistas de classe média tratam de recuperar tão desesperadamente, mas que a cultura da pobreza experimenta como um fenômeno natural e cotidiano”.

É que Lewis não sabe que a classe média, durante a Primeira Guerra Mundial, em alguns de seus extratos, de forma cada vez maior desde a Segunda Guerra Mundial, encontra-se sem futuro; a sociedade imperialista ou neocapitalista a condena ao presente de uma vida automatizada pelos reflexos do mercado, ao irracionalismo da vida sob o capitalismo, ou seja, a condena a não ter futuro e, portanto, a não ter moral. Surge então uma rebeldia dentro dos marcos burgueses contra os valores da burguesia em nome de suas próprias categorias. Tanto o surrealismo como o existencialismo refletem essa situação sem saída de estratos muito importantes da pequena-burguesia. Mas para intelectuais pequeno-burgueses, no fim das contas, sua rebeldia é levar os princípios burgueses e pequeno-burgueses até as últimas conseqüências. A liberdade individual como opção é uma das principais categorias morais do existencialismo, o principio de fazer o que se quiser. A satisfação das necessidades mais primárias, o imediato, o biológico, é a outra reivindicação, ou seja, a vida, a existência. O individualismo é a terceira categoria. É uma filosofia e moral da pequena-burguesia lumpenizante, desclassificada, sem perspectiva, que se refugia ou busca

desesperadamente no biológico e no indivíduo uma tábua de salvação. Sua moral é o amoralismo, já que ao colocar como suprema norma o satisfazer e optar individualmente, elimina-se o elemento fundamental de toda moral, a relação de necessidade entre o grupo e o indivíduo que faz parte dele. Este último pós-guerra marca o apogeu do existencialismo, quando a Europa capitalista ainda não havia conseguido se recuperar e o stalinismo frustrava a perspectiva revolucionária. Entre os dois focos da decadência total da sociedade capitalista europeia e o oportunismo dos grandes partidos de massas surgiu uma terceira via, a do individualismo mais extremo, o existencialismo, a conceitualização filosófica e moral da rebeldia dessa pequena-burguesia, junto com sua desclassificação.

Porém, este é um fenômeno generalizado nas épocas de crises. Setores e mais setores das classes dominantes ou privilegiadas, como a classe média, vão se rebelando em diversos níveis e partindo de categorias ou bandeiras das próprias classes dominantes em sua época de ascenso.

Mas sejamos claros, essa rebeldia chega a formular o aparato conceitual dos lumpens, redescobre a moral lumpen, sem a riqueza espontânea destes, com o pecado original de ser intelectualizada. Enquanto os lumpens são individualistas ao extremo, gozadores da vida e de todos os seus impulsos, vivendo do presente, optando “livremente”, negando-se a aceitar o mundo da necessidade, ainda que este sempre termine se impondo, os mandando para a prisão ou incendiando a favela, diretamente, sem programa, sem linha expressa, são assim porque o são e basta; os existencialistas fazem um programa e uma filosofia desse amoralismo e individualismo. É sua miséria e seu calcanhar de Aquiles transformar em uma religião o que para os lumpens é a própria vida. Por outro lado, é muito profundo o processo porque reflete a lumpenização de setores da pequena-burguesia causada pela própria crise da sociedade burguesa.

O espontaneísmo

A pequena-burguesia desclassificada do último pós-guerra foi assimilada pelo “milagre europeu”, ou seja, pelo neocapitalismo. Encontrou um futuro no *american way of life*, os automóveis, refrigerantes, apartamentos e férias. O existencialismo desapareceu, ficou como o surrealismo da guerra anterior, relegado ao devaneio das curiosidades filosóficas ou morais.

Mas, dentro do neocapitalismo, a pequena-burguesia, os estudantes, como reflexo de toda sociedade, iriam sofrer tanto ou mais que no pós-guerra, ainda que de forma diferente. A alienação, a proletarianização, a venda não somente de sua força de trabalho mas também de sua personalidade, a falta de perspectivas científicas e humanas para os estudantes dentro do neocapitalismo, provocaram uma nova rebelião com características comuns e grandes diferenças em relação a seus pais e avós, os surrealistas e existencialistas, o espontaneísmo das grandes rebeliões estudantis de 68.

Esta não foi de pequenos estratos, de intelectuais e outros setores de pouca significação numérica, mas de grandes massas estudantis, acompanhadas, às vezes, de setores da juventude operária, como em maio de 68 na França. É um movimento muito mais progressivo que os anteriores, porque não é somente uma rebelião individual levada ao extremo de atacar todos os tabus e valores

presentes e passados da sociedade burguesa em nome de uma moral de desclassificados, mas um movimento que tende a ser de massas (...).

Esta passagem do existencialismo ao espontaneísmo só pode ser compreendida pela existência do neocapitalismo. Este, com seus grandes monopólios que controlam não só o mercado mas toda a vida contemporânea, com suas ganâncias políticas e sindicais, os grandes partidos e sindicatos que controlam o movimento de massas a serviço dos estados e dos grandes monopólios, ainda que se chamem comunistas, cuja função é castrar todo movimento ou ação das massas, provocou uma reação compreensível na juventude, o repúdio a todo intermediário ou organizador do movimento de massas. Elas queriam fazer espontaneamente o que queriam, a ação pela ação mesma. É uma pena que ainda não se tenha compreendido que é preciso questionar as organizações e os intermediários do movimento de massas; que se necessita de sindicatos, partidos, soviets, guerrilhas revolucionárias que disputem esse papel de intermediários às organizações enfeudadas nos monopólios. O espontaneísmo é o repúdio a essas organizações traidoras, sem que haja encontrado ainda um outro caminho. Como tal, é muito progressivo; questiona as organizações oportunistas e reivindica as ações do movimento de massas.

No terreno moral, o espontaneísmo não é tão progressivo, ao contrário, é uma recaída no existencialismo, por uma razão simples: ao contrário da política que coordena e dá objetivo às ações do movimento de massas, a moral regula as relações do indivíduo com seu grupo, sempre são normas para serem aplicadas por indivíduos. Por isso o espontaneísmo, a ação pela ação, no terreno moral, nos leva ao amoralismo, à moral do individualismo, das opções de “fazer o que temos vontade”, de não ter normas. Este “não ter normas”, em política, neste momento de sufocante predomínio dos grandes aparatos burocráticos, é positivo; não o é tanto no terreno moral, ou pelo menos não é superior aos aspectos progressivos, de reivindicação da imediatez contra os tabus e normas da burguesia, que já tinham as morais anteriores surrealistas e existencialistas. É uma reação a elas. Portanto, não supera os marcos de rebeldia dentro das próprias estruturas burguesas.

A moral guerrilheira

Contra todas essas morais e políticas da decomposição, da transformação, do vazio, da falta de política e de moral, levantou-se neste pós-guerra a moral guerrilheira, uma ética e consciência dos deveres que nos deve fazer meditar muitíssimo, porque é tão objetiva, ou seja, existente, como todas as que relatamos, que se pode contar e até tocar.

Apesar de que os espontaneístas reivindicam e defendem os movimentos guerrilheiros, estão a anos luz, no extremo oposto do programa e da moral guerrilheira, ainda que profundas razões de classe façam com que tenham pontos comuns: seu caráter não proletário.

A guerrilha não é uma luta esporádica, mas ao contrário, é uma guerra longa que exige uma disciplina e organização férreas. É a negação do espontaneísmo, justamente a máxima expressão do organizado, do antiespontâneo. É uma guerra com milhares de combatentes, e como tal tem uma moral adequada



a essas necessidades. Sua moral é tão severa como sua organização e tão sacrificada como sua luta. Todo o imediato, o sexual, a alimentação, como todas as necessidades culturais imediatas ou mediatas, são sacrificadas às necessidades da luta armada, o fator decisivo que restringe ou medeia tudo, inclusive a moral.

O canalha que andasse fazendo espontaneísmo moral, que dissesse ou fizesse as monstruosidades que me escreveram, na guerrilha certamente seria fuzilado. Todos os desejos e necessidades são subordinados e inclusive adiados pelas necessidades da luta guerrilheira. Podem se passar anos sem ter relações sexuais, açoitados na montanha pelas forças inimigas e quando encontram as camponesas são proibidos de ter relações com elas. Podem estar mortos de fome, mas terão de agüentar essas necessidades fisiológicas de primeira ordem sem saquear ou roubar qualquer coisa que seja do camponês. Se seu companheiro cair ferido na emboscada inimiga, o outro deverá ficar ao seu lado para arrastá-lo, enquanto estiver vivo, para fora da emboscada, arriscando assim a própria vida. A vida do companheiro vale muito mais que a dele, porque ele está são e pode se salvar, mas o companheiro ferido, e precisa de ajuda; a moral guerrilheira exige que nenhum guerrilheiro caia vivo em mãos do inimigo para evitar as torturas.

Esta moral guerrilheira levou até os últimos extremos a liquidação ou castração do imediato e do cultural, em benefício do futuro, da luta, da guerrilha. Graças a este sentido do dever, como um de seus principais elementos, pôde triunfar. Negou todas as necessidades humanas para impor a máxima necessidade, a da revolução e a guerra civil contra os exploradores.

Há elementos ou às vezes uma linha sectária nessa moral guerrilheira; há reminiscências do puritanismo. Não é à toa, porque a moral guerrilheira sintetiza muitos elementos, superando-os, das morais anteriores progressivas, revolucionárias, desde o cristianismo antigo até o puritanismo, a negação do imediato e as outras necessidades humanas, em função da necessidade principal.

Desta moral podemos dizer o mesmo que dissemos de seu máximo expoente, Che Guevara. Pode ter erros, tem erros, não é a solução equilibrada, total, mediada do problema mas, essencialmente, é a máxima expressão objetiva, neste pós-guerra, de moral revolucionária. A única coexistente com a nossa, que ainda não tem maior peso objetivo.

Por fim, depois das canalhices habituais em um setor do partido, da falta de moral de todas as correntes burguesas, pequeno-burguesas e lumpens que estudamos, chegamos a um porto seguro, a uma “moral revolucionária”, como a havia definido Trotsky: todas as ações estão subordinadas ao triunfo da revolução. Nossa moral é a negação de todas as outras, ainda que possa ter pontos comuns com algumas delas em determinados momentos, mas é a prima irmã da moral guerrilheira. Já pisamos no chão, entramos no caminho da revolução, de sua política, mística, teoria e moral. Já saímos das catacumbas e isso é importante. Que bem nos fez o ar fresco!

Como encaramos o problema moral

Terminamos a primeira parte de nosso trabalho rendendo nossa homenagem à moral guerrilheira. Quando criticamos as outras morais, assinalamos de

passagem que em alguns pontos e em determinados momentos podemos coincidir com a moral espontaneísta, sem deixar de criticá-la. Trata-se de ver por que razões e com que métodos encaramos nossa análise do problema moral, que expliquem estas contradições formais.

A chave de toda a nossa análise e das soluções que propomos está no fato de que para nós a moral é relativa e adequada a determinadas relações objetivas entre os homens. Dessas relações cremos que há uma que é privilegiada, a relação como militantes do partido. Mas, que seja privilegiada não quer dizer que seja a única, que é a única relação enquanto homem, membro de uma classe, operário ou estudante de tal fábrica ou tal faculdade, noivo ou esposo de tal mulher, sócio de tal clube e membro de tal família, afiliado a tal sindicato, ativista de uma greve, estabelecemos uma série de relações e formamos parte de uma série de estruturas sociais. Concretamente o militante não é somente militante, *homo politicus*, mas homem de tal sociedade e localizado em tais setores.

Isto cria uma situação contraditória, já que existem tantas morais quanto estruturas sociais, como vimos anteriormente. É a principal contradição que sofremos neste aspecto de nossa vida e nossa conduta: a pressão de morais distintas sobre cada um de nós.

À solução pluralista do problema - "adotemos a moral de cada um desses setores" - nós respondemos com uma solução unitária dessas pressões contraditórias. Todas elas devem ser mediadas pela moral e por nossa condição de militantes do partido. Somos, então, afiliados ao sindicato-militante; esposo-militante; estudante-militante; operário-militante etc. Todas essas diferentes localizações com suas pressões morais e das outras, nós as combinamos e tratamos de conseguir uma síntese moral com nossa condição de militantes.

Nossa intervenção na vida social tem três níveis, talvez quatro. Um, nas estruturas objetivas, externas ao partido e ao nosso círculo: a classe, o setor, a vizinhança, o sindicato, a tendência sindical ou artística a que pertencemos. Outro, o privilegiado, é nossa participação na estrutura partidária. O último é constituído pelas relações íntimas com nossos amigos, companheiros, família etc., incluindo as relações entre nós mesmos como indivíduos biológicos e culturalmente condicionados. Em cada um desses níveis e setores deve-se estabelecer uma solução dialética do problema, como o que encontramos para o homem-militante. É, por outro lado, a mesma questão vista desde um outro ângulo.

Entre todos esses níveis, que vão do mais objetivo ao mais íntimo e subjetivo, existe uma relação dialética, tudo está mediado pelo nível partidário, base, princípio e fim de toda nossa conduta, incluindo a moral, em todos os níveis. Na classe trabalhadora, tanto como no sindicato ou na vizinhança, atuaremos como militantes do partido e procurando fazer com que nossa atuação, inclusive nossa atitude moral, ajudem o desenvolvimento do partido e da revolução. O mesmo se dá no terreno mais subjetivo, pessoal, em nossas relações íntimas. O grande mediador de nossa moral, em seus distintos níveis, é o partido. Isto não quer dizer que não haja tendência a choques e que cada um de seus níveis tenha problemas, necessidades, princípios específicos, que possam provocar e provocam tensões e, às vezes, contradições agudas. Justamente quando dizemos mediador, queremos dizer que há uma relação dialética, ou seja, contraditória entre

os distintos níveis que devem ser sintetizados pela moral e a conduta como militantes do partido.

Nossa moral frente à classe operária, às outras classes exploradas e às lutas do movimento de massas

De acordo com seu nível de consciência e organização, as classes exploradas, entre elas a classe operária, têm diferentes morais. Isso para nós é um fato objetivo. Inclusive diferentes setores dessas classes podem ter diferentes níveis morais. É muito diferente a moral de uma categoria que vive conseguindo grandes vitórias em suas lutas, de outra categoria que suportou derrota após derrota. O mesmo ocorre em relação aos camponeses de uma região e de outra.

As diferenças morais, assim como ideológicas, organizativas e políticas entre o guerrilheirismo e o espontaneísmo obedecem a essas razões objetivas: os diferentes níveis de suas lutas e de sua consciência. Enquanto o espontaneísmo reflete a primeira grande onda de ascenso do movimento de massas na Europa Ocidental, depois de quase duas décadas de paralisia e retrocesso, o guerrilheirismo reflete uma situação pré-revolucionária, uma consciência e organização que se lança à guerra civil, a máxima expressão da luta de classes. O primeiro, ao contrário, expressa somente as primeiras etapas da luta.

Daí suas profundas diferenças e a nossa proximidade com o guerrilheirismo no terreno da moral, como frente a outros problemas, sem chegar a ser o mesmo. Essa proximidade deve-se a nosso acordo na continuidade e organização da ação revolucionária, dos métodos de guerra civil. Depois desse acordo, nossas diferenças em todos os terrenos se acentuam.

A moral de nossa classe operária, por exemplo, é muito diferente tanto do guerrilheirismo, como do espontaneísmo. Seu nível de consciência e organização foi e continua sendo essencialmente sindical. Desenvolveu uma moral adequada à sua conduta de várias décadas: alto grau de disciplina sindical, apoio e sacrifício por suas organizações sindicais e todas as outras características da moral sindicalista. Tem muito pouco de guerrilheira e espontaneísta, embora alguns setores juvenis, ligados à vanguarda do movimento estudantil de hoje, comecem a ter outra conduta e logicamente outra moral que se aproxima objetivamente de certas características espontaneístas e guerrilheiras e que podem ser caldo de cultura para o desvio guerrilheiro urbano.

Como militantes e como partidos nacionais de um partido mundial, não podemos deixar de militar nesses movimentos, ao nível que se dêem, observando sua moral. Mas nossa atuação política e moral tem um objetivo: mostrar que a nossa é superior, ajudar a elevá-los não só politicamente, mas também moralmente. Para isso, impõe-se que sejamos os melhores na própria moral deles. Trotsky disse isso em uma fórmula famosa: devemos ser o melhor soldado, operário, ativista sindical. Na simplicidade dela, sintetizou tudo o que vimos dizendo: somos os melhores na moral das classes exploradas em todos os seus níveis, desde os mais baixos até os mais altos. Nas fábricas, os preguiçosos são mal vistos, vai contra a moral dos setores operários mais responsáveis, melhores; Trotsky tirou uma conclusão moral lógica: temos que ser os melhores operários, os que mais trabalham, para ser os que melhor representam a moral

deles. Se em um determinado momento da luta de classes, um setor importante do movimento considerar que não há que produzir nada para o patrão, nós trocamos pela raiz nossa moral e deixaremos de ser o melhor operário para nos transformarmos, do ponto de vista produtivo, no pior. A forma de nossa moral estará mudada, mas seu conteúdo e objetivos não, já que seguimos sendo os melhores representantes da moral da classe operária ou dos explorados em seu nível.

Mas, se nossa moral parasse aí, estaríamos fazendo seguidismo moral. Nosso objetivo moral é estabelecer uma ponte desde essa conduta moral comum até nossa moral. Cada militante do partido não só tem essa moral, mas a combina com a partidária e, portanto, em cada momento trata de superar, principalmente essa moral sindical ou de base operária, para atingir uma moral superior, de classe e internacionalista (...).

Nossa moral frente ao partido

Assim, da moral que temos em nossa vida exterior, objetiva, chegamos à moral partidária. Esta é a decisiva, já que, como vimos anteriormente, a moral e a política do partido são as intermediárias de todas as nossas ações. Toda a nossa moral, tanto objetiva como subjetiva, está condicionada por nossa condição de militantes do partido.

A obrigação moral número um é fortificar o partido, dedicar a ele a nossa vida, considerar a vida partidária e o desenvolvimento da organização o dever moral mais sagrado, valha a expressão neste caso. Todos os sacrifícios são poucos: vivemos por e no partido, para o partido.

Isso tem seus reflexos em nossas relações morais com os companheiros do partido. Com um companheiro do partido se estabelece uma relação moral única, nova, não conhecida por nenhuma das morais tradicionais, que chegaram ao máximo nas seitas religiosas revolucionárias ou nas relações familiares da burguesia na época de ascenso: o princípio de que não há nada superior entre os homens como indivíduos que um companheiro do partido. Esse é o princípio superior de nossa moral no terreno das relações pessoais dentro do partido. Portanto, devemos a ele franqueza, a sinceridade mais absoluta, salvo por razões de segurança do próprio partido. Mas muito mais que isto, o camarada do partido merece todos os cuidados e considerações. Não há nada nem pode haver sacrifício em favor do camarada que não façamos. Somos, devemos ser, muito mais que sua família, irmãos, filhos ou pais, na etapa de ascenso da moral familiar. Pelo companheiro do partido se arrisca a vida, se faz qualquer sacrifício. O princípio moral é que a vida, a consciência e o próprio corpo físico do camarada do partido valem muito mais que qualquer um. É uma relação abstrata concreta de tipo pessoal, única, justamente o que a faz superior a tudo o que se conhece até hoje. Os companheiros do partido, em sua ampla maioria, não se conhecem, mas nem por isso as obrigações morais são menos peremptórias. São companheiros e basta; tudo o que foi dito anteriormente sobre os nossos princípios valem. Um camarada boliviano perseguido pela repressão chega a nosso partido e cada um de nós jogará a vida, se for necessário, para protegê-lo, mesmo que nunca tenha ouvido falar dele. No nível interpessoal, esse dever



moral é a outra cara do principal dever moral que temos dentro do partido, fortalecê-lo e desenvolvê-lo. Isto não se consegue só com uma boa linha política mas, de forma concreta, levantando e fortificando, salvaguardando e enriquecendo a moral física, a personalidade, o nível dos companheiros do partido. Nossa obrigação moral é fazer todos os sacrifícios para consegui-lo. Vem daí nosso acordo de princípio com a moral guerrilheira, esse alto nível da luta de classes, com respeito ao camarada de luta. Nesse terreno, concordamos com eles, com a diferença que eles aplicam esse princípio de forma específica, em relação fundamentalmente à sua vida e seu corpo, dado o caráter unilateral de sua luta, enquanto que nós o desenvolvemos em relação a todos os aspectos da personalidade dos companheiros (...).

Indivíduo e partido

Nada disso quer dizer que em nome de nossa moral devemos negar as necessidades biológicas ou culturais. Os jovens e os velhos companheiros do partido têm todo o direito moral e individual de encarar as soluções desses problemas como quiserem, experimentando, equivocando-se, fazendo múltiplas experiências etc. Porém, todas elas devem estar mediadas pela condição de militante e pelas tendências metodológicas e morais que assinalamos: ter uma linha e cuidar sempre da outra parte mais do que de si mesmo, considerar sempre as tendências ao amor e à parceria, seja no terreno sexual, na amizade ou nas necessidades do partido. Com o modo de vestir-se ocorre o mesmo. Nós estamos a favor da elegância e de que nossas companheiras façam todas as experiências no modo de vestir-se; inclusive que usem algo distante delas, como maquiagem. Mas tudo isso deve levar em conta a situação e ter claro que essa tendência à experimentação, visando em última instância a beleza, não pode atentar contra as necessidades partidárias, como gastar todo o dinheiro em maquiagem ou em roupas. São tendências contraditórias, todas lícitas, mas que devem ser sintetizadas de forma concreta em cada caso, partindo das tendências mais nobres e necessárias, uma delas premente: o caráter de militante do partido.

Nossa moral não é a moral dos lumpens, da imediatez, mas das infinitas mediações, com uma principal, a de militante.

Concretamente, entre o desenvolvimento e a experimentação individual, em todos os terrenos, e o partido, se estabelece também uma relação. O partido defende à morte essa grande conquista da humanidade que é a personalidade e a individualidade, que cada um vá formando e desenvolvendo sua personalidade. Porém, essa tendência progressiva não pode nem deve atuar no vazio, como tendência determinante. Não é possível, por exemplo, que alguém esteja atuando numa greve e nesse momento diga: “a maior necessidade para meu desenvolvimento cultural é aprender idiomas, principalmente o inglês (necessidade política premente para quase todos os quadros partidários, na minha opinião)”. Se abandonasse a direção da greve por esta razão seria um crime político e moral. É que aqui também se dá uma mediação no desenvolvimento individual, não é abstrato e sim mediado pelo desenvolvimento e necessidade do partido e da luta de classes.

O partido, por sua vez, dentro de suas necessidades, deve ajudar a que cada companheiro alcance o maior desenvolvimento individual possível, que reflita

sobre as necessidades do próprio partido, por um lado, e as possibilidades do companheiro por outro. Como disse a companheira de Cannon, o partido sempre nos dá muito mais do que nós a ele. Dentro dessa relação existe um amplo campo para o desenvolvimento individual frutífero, para equivocarse, experimentar, sem prejudicar o andamento do partido e o progresso dos companheiros próximos a nós, porque são nossos companheiros, amigos, amantes e filhos.

Uma moral para a liberdade e o gozo ou para a necessidade da revolução

Alguns companheiros dentro do movimento revolucionário defendem ou praticam uma moral determinada, a da liberdade e do gozo. “Enquanto for um bom militante, tudo o que faço que me permita gozar a vida, especialmente as mulheres ou os homens, está bem, ou, no mínimo, tenho direito a optar, provar, ser livre, totalmente livre nesse terreno”. É a moral existencialista tão bem definida por seus ideólogos.

Nossa moral não é, nem pode ser, uma moral socialista, ainda que tenha alguns elementos dela (a solidariedade e o amor pelo companheiro, superior ao que nós devemos ter para conosco mesmos). Dito de outra forma, não é uma moral para gozar racionalmente e mediada por toda a sociedade (o partido, neste caso), todas as possibilidades artísticas, instintivas, corporais ou intelectuais que nos brinda abstratamente a sociedade e a natureza, nesse aspecto também nossa própria natureza. Nossa moral é uma moral para a luta implacável para derrotar a um inimigo não menos implacável, os exploradores e o imperialismo.

O espontaneísmo moral é a vontade dos setores juvenis de gozar como indivíduos a sociedade neocapitalista, a sociedade de consumo, sem ajustar-se aos fetiches e reflexos condicionados dessa mesma sociedade.

Nós acreditamos justamente no contrário, que nossa moral não é a da opção, como os existencialistas, nem para o gozo como os espontaneístas, mas sim o da necessidade da revolução. Isto não é uma categoria filosófica, mas bem real. Nossa moral deve nos preparar para suportar as torturas, privações biológicas e culturais, terríveis pressões a que nos submete e continuará submetendo o implacável inimigo de classe que estamos enfrentando (...).

Nada disso significa, tampouco, que praticamos a necessidade por princípio. Vivemos na sociedade de consumo em muitos países, sem situação pré ou revolucionária. Pode haver, então, entre o gozo ou o consumo relativo e nossa militância, a necessidade de uma mediação, um equilíbrio. Seria ilógico, por exemplo, que nossos companheiros não tirassem férias porque há guerrilhas no Vietnã ou na Venezuela. Isso seria diluir uma situação concreta, a de nossos companheiros na atual etapa da luta de classes de nosso país, em uma lei geral abstrata, que temos uma moral de necessidade (...).

Moral de chiqueiro ou uma forte moral partidária?

Todas essas considerações parecem muito gerais e conhecidas. Mas não é assim. Existem setores no partido hoje em dia, incluindo a direção, que opõem

a essa moral partidária e revolucionária a sua moral de chiqueiro. Muito mais importante que cuidar da moral dos companheiros do partido, começando pelos que devem merecer maiores considerações, os presos e feridos, está o gozo espontâneo de sua própria individualidade, de seu desenvolvimento, suas experiências, de fazer tudo que tenham vontade, de não serem esquemáticos, ir em frente com tudo. O grave do caso é que não é uma posição teórica, mas todo um programa moral, pelo qual se faz grande campanha e toda a prática possível (...).

Nosso partido tem uma moral oposta. Nossos companheiros, frente às torturas policiais, têm sido os primeiros, não só em nosso país, mas em toda a América Latina. São muitas as histórias a esse respeito. Existem graves sintomas, no momento muito débeis, de que essa moral, justamente quando mais a necessitamos, começou a mudar. Já há exemplos, ainda poucos, de que somos paradigmas de conduta moral frente à polícia. É a outra face dessa moral de chiqueiro. O que temos desenvolvido neste trabalho é a faceta interna, para dentro do partido; a outra, devido a pouca perseguição, só agora começa a se manifestar, que é a moral para enfrentar a repressão.

A questão de fundo é saber se alguns companheiros têm se dado conta de que ao entrar ao partido entram em uma confraria de perseguidos, párias da sociedade, que estão contra todos os seus valores e falta de valores, por outros valores que consideramos muito mais sólidos, dinâmicos, ricos, estáveis e em desenvolvimento. Trata-se de perguntar se sabem que os espera a morte, a mutilação, a perseguição, a tortura e que estão rodeados por companheiros que esperam, por sua concepção revolucionária, tranquilamente por todas essas perspectivas. Trata-se de saber se sabem que há pouco tempo para o gozo e que este tem de ser conseguido como em uma cidade sitiada por um inimigo implacável, o que nos exige ser sumamente cuidadosos, porque todos devem sacrificar-se para manter a moral alta de nossa confraria, sitiada, esfomeada, perseguida. Trata-se, enfim, de saber se se dão conta de que queremos relações interpessoais entre aqueles que coincidem nesta guerra e nesta situação, porque senão se tornam sumamente perigosas, porque podem atentar contra o desenvolvimento dessa luta implacável. Trata-se de saber se são conscientes de que não temos nada a ver com a moral dos porcos, das ovelhas e do gado; que nossa moral é uma moral límpida, revolucionária, que exige tudo do militante, e que às vezes, em casos extremos, até a frustração de suas necessidades biológicas e sempre a máxima consideração para com o companheiro, o irmão de luta. Trata-se, enfim, de saber se se dão conta de que temos uma moral revolucionária ■

A guerra da água

JONAS
POTYGUAR



Sem beber água, temos apenas três dias de vida. Em 72 horas perde-se três litros de água do corpo. Entretanto, sem alimento, pode-se resistir até 40 dias. Mais essencial para a sobrevivência que a comida, a água está ameaçada em todo o planeta. Ser indispensável à sobrevivência é o que faz dela o produto mais cobiçado pelo grande capital.

As grandes transnacionais preparam-se para transformar o “ouro azul” em mercadoria, apropriando-se das reservas de água potável do planeta. O aquífero Guarani, maior reserva de água doce subterrânea do mundo, localizado no subsolo do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, é o principal objetivo dessas empresas. A ALCA, instrumento de recolonização do continente latino-americano, permitirá que o imperialismo obtenha o controle e monopolize o comércio desta que é uma das mais importantes riquezas naturais.

A água no mundo

De toda a água do planeta, 97,5% é salgada e apenas 2,5%, doce. Desta porcentagem, dois terços encontram-se nos pólos. Do restante, a maior parte está no subsolo, e uma parte dela é inacessível. A água disponível para o consumo humano está nos rios e lagos, representando 0,26% do estoque mundial.

A população mundial hoje é de seis bilhões de pessoas. Segundo a ONU, o consumo de água cresceu mais que o dobro do crescimento populacional no

*Jonas Potyguar é
membro da direção do
PSTU (Brasil).*

século passado, de maneira que hoje consumimos a metade do estoque disponível. Em 35 anos, estima-se que o consumo duplicará e estaremos utilizando toda a água que o planeta produz.

Um informe do Conselho Mundial da Água, de março de 2003, prevê que mais de quatro bilhões de pessoas não terão água potável e mais de seis bilhões viverão sem serviços de saneamento básico em 2015. Conforme o documento elaborado, atualmente 1,4 bilhões de pessoas não têm água potável e 2,4 bilhões vivem sem rede sanitária. De toda a água utilizada, 10% destina-se ao consumo humano, 20% para a indústria e 70% para a agricultura. A cada ano, mais de cinco milhões de pessoas morrem de doenças causadas por água contaminada, um número dez vezes maior que o de mortos em guerras em todo o mundo. A cada 8 segundos morre uma criança por alguma doença relacionada com a água, como disenteria e cólera.¹

Cerca de 80% da água potável é utilizada por somente 20% da população mundial: a população dos países imperialistas. O consumo anual per capita no mundo é de 645m³. Na África é de apenas 202m³, enquanto que nos Estados Unidos é de 1870m³ per capita por ano. Tanto aí como em alguns países europeus, o maior consumo é o da indústria.

A última riqueza que falta saquear

Com a globalização, grandes empresas transnacionais estão ampliando sua presença em serviços de saneamento e ganhando o direito de explorar fontes de água. “As guerras do século XXI serão pela água”, disse Ismael Serageldin, ex-diretor da Sociedade Mundial da Água, aliança de corporações internacionais dedicadas a esse negócio e a impulsionar a privatização do serviço público da água em distintos países. Em 1998, o Banco Mundial previa que, em breve, o comércio mundial de água faturaria 800 bilhões de dólares ao ano. Antes de 2001, essa projeção aumentou para um bilhão de dólares. Desde 1995, o mercado de água engarrafada cresce a uma taxa de 20% ao ano. Em 2000, só esse negócio faturou 22 bilhões de dólares, com a venda de cerca de 89 bilhões de litros de água. E esse não é o principal mercado ligado à água. A maior fonte é o mercado de saneamento e distribuição, negócio com gigantesco potencial de crescimento, já que somente 5% da população mundial recebe água fornecida por empresas privadas.

As duas gigantes do setor de saneamento são as transnacionais Vivende e Suez, com sede na França, que respondem por 70% do faturamento do setor. O fato é que a água se transformou em uma mercadoria como o petróleo ou a soja. Outra grande transnacional que está cobiçando o negócio é a gigante Bechtel, dos Estados Unidos, com sua subsidiária *International Water Ltd.*, que busca conquistar uma porção do mercado global da água. Até princípios de 2001, a Bechtel-IWL controlava oito companhias de água na Ásia, Europa Central, Austrália, Reino Unido, Estônia e Equador. Segundo o Instituto Polaris, o Banco Mundial joga também um papel chave. Fomenta as privatizações, primeiro emprestando dinheiro para as “reformas no sistema de água”, depois investindo, como na privatização da água na Tailândia, e em seguida arbitrando caso haja alguma controvérsia entre o Estado e as empresas privatizadas. Entre 1990

¹ Folha de S. Paulo, fevereiro de 1999.

e 2002 houve 276 empréstimos do Banco Mundial para “fornecimento de água” (ver site do Banco Mundial). Estes empréstimos são utilizados como chantagem, onde se exige a privatização do setor de água antes de efetuar o desembolso.

No negócio da água, dizia a revista *Fortune* no ano 2000, “os dólares em jogo são fenomenais... é um negócio de 400 bilhões de dólares ao ano. Isto é, 40% do total dos negócios com petróleo, e um terço maior que o negócio global de medicamentos”. Para Johan Bastin, do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, “A água e suas infra-estruturas são a última fronteira que sobrou aos investidores privados por invadir”. A Bechtel foi a protagonista da tentativa de privatização da água na Bolívia, frustrada graças a uma insurreição da população de Cochabamba, naquela que ficou conhecida como *A Guerra da Água*. A Bechtel é a principal ganhadora dos projetos de “reconstrução” do Iraque, o que demonstra sua proximidade com os círculos do poder em Washington.

O informe apresentado às vésperas do III Fórum Mundial da Água, em Kyoto (Japão), de 16 a 23 de março de 2003, incluiu, entre outras propostas, a de fazer com que o consumo de água seja pago segundo o poder aquisitivo do consumidor e se descentralizem (isto é, se privatizem) os serviços de água. A solução apresentada pelos governos capitalistas e as transnacionais é a privatização do comércio de água potável. Hoje, o preço médio da água engarrafada no mundo é de U\$ 1,80/m³, uma mercadoria com um mercado seguro e em rápida expansão.

Nos últimos dez anos, as grandes corporações passaram a controlar a água na maior parte do mundo e calcula-se que em quinze anos umas poucas empresas privadas terão o monopólio de quase 75% desse recurso natural.

Água e ALCA

Com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) pretende-se considerar as fontes energéticas do continente (petróleo, gás, eletricidade, água etc) como “propriedade hemisférica”, isto é, norte-americanizar a energia. Os Estados Unidos necessitam de água e petróleo para mover sua monumental indústria e agricultura. A ALCA é uma tentativa de garantir “legalmente” esta proposta, que já está decidida internacionalmente: privatizar o acesso à água.

O avanço da privatização da água na América Latina já é bem evidente. Muitas empresas petroleiras, quando não encontram petróleo no subsolo, e sim lençóis freáticos, como ocorre na Colômbia, estão registrando também a água como propriedade privada.² Na Bolívia, a população revoltou-se e impediu a privatização da água potável em Cochabamba pela gigante norte-americana Bechtel. No México está o exemplo do Rio Bravo, na fronteira com os EUA. Amparando-se no NAFTA, as empresas norte-americanas apoderam-se do rio e usam suas águas para irrigação do outro lado da fronteira. Ao mesmo tempo, os agricultores mexicanos mais pobres não têm mais acesso à água para a agricultura. Todos os agricultores que vivem ao longo da fronteira perderam sua safra de 2001 e de 2002.³ No Chile há denúncias de que as empresas mineradoras do norte do país começam a privatizar a água que encontram no subsolo e a

² Exemplo citado por Pablo Sólón na Conferência sobre a ALCA, Quito, outubro de 2002.

³ Idem.



vendem à população local.⁴ Na Argentina, *Obras Sanitárias da Nação*, uma empresa rentável, foi dada em concessão por 30 anos, gratuitamente, ao consórcio Suez, por pressão do Banco Mundial, que antes havia “emprestado” 300 milhões de dólares para a “reforma e modernização” do setor.

Com a ALCA pretende-se garantir, com leis de comércio e investimentos, os direitos de exploração em todas as áreas às empresas transnacionais. Assim, quando um investimento for “prejudicado” (isto inclui desde uma luta da população que impeça o projeto até uma lei do governo que regulamente a exploração), as transnacionais podem levar o Estado aos tribunais e exigir indenização por “perdas futuras”. Sobram exemplos destas ações judiciais perversas, baseadas particularmente no capítulo 11 do Tratado de Livre Comércio entre os Estados Unidos, México e o Canadá, cujo conteúdo deve se repetir com a ALCA:

* A *Metalclad Corp.* (EUA), empresa que processa dejetos tóxicos, acionou judicialmente o México porque o Estado de São Luis de Potosi não outorgou permissão para a construção de uma instalação para a eliminação de dejetos tóxicos. O Estado pagou U\$ 16,7 milhões em compensação.

* A *Ethyl Corp.* (EUA), empresa produtora de MMT, um aditivo para a gasolina considerado cancerígeno, acionou o Canadá porque o Estado ordenou a retirada paulatina deste aditivo. A Ethyl ganhou e obrigou o Canadá a revogar a legislação que proibia a venda, além fronteiras, do MMT.

* A *Methanex* (Canadá), a maior produtora de metanol do mundo, acionou o governo americano porque o Estado da Califórnia ordenou em 1999 a retirada paulatina desse combustível do mercado, por estar contaminando fontes de água. Demanda de U\$ 970 milhões. O caso está pendente.

As primeiras batalhas pela água na América Latina

“Bechtel contra a Bolívia” é outro nítido exemplo. Baseando-se no Tratado Bolívia-Holanda, em 25 de fevereiro de 2002, o CIADI (Centro Internacional de Acordos de Diferenças relativas a Investimentos) registrou formalmente a queixa da Bechtel. A empresa ajuíza o Estado alegando expropriação sob um conceito difuso de investimento. Ainda que não tenha investido quase nada, reivindica U\$ 25 milhões pela perda de sua concessão. O investimento nunca chegou aos dois milhões, mas a empresa reclama seu “direito de ganhar dinheiro”, que foi frustrado pela *Guerra da Água*. Este Tribunal (CIADI), dependente do Banco Mundial, com sede nos EUA, é um tribunal privado, formado não por juizes togados, mas por indicação das empresas privadas.⁵

O Peru também teve seu capítulo da *Guerra da Água*. Em abril de 2003, milhares de camponeses bloquearam estradas em todo o país. A greve agrária foi decretada pela Junta Nacional dos Distritos de Riego do Peru, que protesta contra um anteprojeto de Lei de Águas que propõe a privatização.

O aquífero Guarani e a ALCA

A América do Sul está banhada por grandes rios, além de ter em seu subsolo a maior reserva de água doce do mundo, o aquífero Guarani, uma enorme

4 Idem.

5 Dados de Tom Kruse em “Bechtel contra a Bolívia”.

reserva subterrânea que avança sob o território de quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. O aquífero abarca uma superfície aproximada de 1,1 bilhão de km², sendo 770 mil km² no Brasil, 220 mil km² na Argentina, 80 mil km² no Paraguai e 60 mil km² no Uruguai. As reservas permanentes de água estimadas encontram-se na ordem de 45.000 km³.

As grandes empresas transnacionais estão à espreita desta enorme reserva de “ouro azul”. Nem bem se promulgue a ALCA, o aquífero será “comprado” por grandes empresas transnacionais, que converterão este bem da humanidade em mercadoria, e muito cara para a população pobre e os camponeses.

Com vistas a apoderar-se desta fortuna, os EUA colocaram o Banco Mundial à frente de um projeto que busca estudar a magnitude do aquífero. Até 1997 os estudos eram realizados pelas universidades dos países que compõem o Mercosul, mas a partir desse ano, o Banco Mundial, através da *Global Environment Facility*, destinou 26 milhões de dólares e tomou para si a condução das investigações. Mas não há com o que se preocupar: “este donativo é para projetos de estudos e planificação de aproveitamento racional da água e sua administração equilibrada”. Como se sabe, os tubarões não estudam à toa, mas para atacar...

Por trás desta proposta da ALCA há fortes interesses econômicos dispostos a apoderar-se dos recursos naturais e energéticos da região. A dominação da Tríplice Fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina é estratégica para os Estados Unidos. Aí se combina uma grande riqueza em biodiversidade (o aquífero Guarani, forte geração de energia elétrica) com uma posição estratégica do ponto de vista militar, no coração da América do Sul. Isto explica a vinda sistemática do Comandante do Comando Sul dos Estados Unidos e suas reiteradas afirmações de que há terroristas no limite tripartite. Essa é a desculpa, como fizeram com o Iraque, para preparar o controle desse ponto estratégico do continente. A região também constitui ponto do tráfico de armas e drogas, um dos comércios mais “rentáveis” do mundo. O Comando Sul dos Estados Unidos, que já tem controle deste “comércio” em toda a América Latina, quer controlar também esta região. Isto explica que hoje já existam agentes da CIA e da DEA instalados na Tríplice Fronteira.

A água não deve ter dono; é um bem social, e não uma mercadoria. É preciso impedir a privatização e garantir a nacionalização de sua utilização em cada país, condição para que a água potável e o saneamento básico cheguem a toda a população. O financiamento de um plano de obras públicas que garanta o necessário à população deve utilizar os recursos do não-pagamento da dívida externa e colocar as empresas de água sob o controle da população e suas organizações ■



Trotsky e a imprensa operária

“A luta contra a grosseria faz parte da luta pela pureza, a clareza e a beleza da linguagem”.

(Leon Trotsky, *Por uma linguagem culta*, 1923)



CECILIA
TOLEDO

A imprensa sempre teve um papel de suma importância para os marxistas e para o dia-a-dia da militância e da construção do partido revolucionário. A concepção de Lenin do jornal como um organizador coletivo, em todos os seus sentidos, foi sendo por nós, marxistas revolucionários, atualizada cotidiana e permanentemente. Em toda a história do Partido Bolchevique, essa preocupação esteve presente. No entanto, uma das melhores evidências do papel essencial de uma boa imprensa revolucionária encontramos em Leon Trotsky. Para ele, a imprensa revolucionária era tão fundamental que acabou se confundindo com a sua própria vida militante. A cada passo de Trotsky em sua intensa trajetória existiu um jornal, às vezes dois, até mesmo três. Fosse na prisão, fosse no exílio, fosse na guerra ou dentro do trem blindado correndo em alta velocidade pelas estepes russas para combater a contra-revolução, Trotsky nunca perdeu a chance de escrever para um jornal. E mesmo nas épocas de maior confronto político com Lenin, este soube reconhecer em Trotsky aquele que conseguia fazer os melhores jornais revolucionários, que batiam em tiragem até mesmo os jornais mencheviques, considerados muito superiores aos bolcheviques. Em um discurso em 30 de maio de 1917, sobre a necessidade de criar um jornal popular, Lenin dizia que essa tarefa estaria resolvida em breve com a entrada de Trotsky no Partido Bolchevique. “A criação de um órgão popular para esclarecer a política do partido para as massas é uma tarefa que exige grande experiên-

cia. Por isso o CC quer conseguir a colaboração do camarada Trotsky, que teve êxito na criação de seu órgão popular *Rússkaya Gazeta*” (*Obras Completas*).

Ao contrário de Lenin, Trotsky deixou poucas reflexões sobre a questão do jornal. Uma delas é *O jornal e seu leitor* (em *Questões do Modo de Vida*), onde insiste no cuidado que devemos ter na apresentação de nossos jornais. Mas se vamos investigando os seus passos, podemos encontrar boas pistas sobre seu trabalho nos jornais, suficientes para acreditar que não havia nenhum grande segredo nele, apenas uma boa dose de sensibilidade e uma confiança absoluta na classe trabalhadora e na força das idéias revolucionárias.

Os primeiros jornais

O primeiro jornal feito por Trotsky chamava-se *Nashe Delo* (Nossa Causa). Era um jornal clandestino e circulava pelas fábricas da cidade de Nikolaiev, na Rússia, onde funcionava a União de Operários do Sul da Rússia. Essa organização foi fundada por Trotsky em 1897. Tinha cerca de 250 membros, entre operários e estudantes. A principal tarefa do *Nashe Delo* era divulgar e explicar aos trabalhadores as idéias contidas no *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels. Trotsky assinava seus artigos com o pseudônimo Lvov.

Em sua autobiografia, Trotsky dá uma idéia de como era difícil o trabalho de propaganda revolucionária naquela época, em Nikolaiev, diante da falta de dirigentes e livros. Os chefes do grupo disputavam entre si o único exemplar manuscrito que tinham do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, copiado em Odessa, com não se sabe quantos tipos de letra e inúmeras erratas e rabiscos.

“Diante disso, começamos nós mesmos a escrever. Aqui começa, de verdade, minha carreira de escritor, coincidindo com meus primeiros passos de propagandista revolucionário”, diz.

É bom enfatizar a importância que Trotsky atribuía à qualidade e à apresentação gráfica dos panfletos e jornais que fazia, e o extremo cuidado com que escrevia os textos. Ele conta: “Eu me sentava para escrever os panfletos ou os artigos, que depois eu mesmo me encarregava de copiar em letra de forma para o gráfico. Ainda não sabíamos que existiam as máquinas de escrever. Me preocupava em traçar as letras com a maior meticulosidade, pois tinha receio de que nenhum operário, ainda que só soubesse soletrar, deixasse de entender os panfletos e manifestos saídos de nossa ‘imprensa’. Cada página me custava duas horas, pelo menos. Às vezes passava semanas inteiras com as costas dobradas e só me levantava da mesa para assistir a alguma reunião ou dar um curso para os operários. Ficava feliz quando chegavam os informes das fábricas e oficinas contando a ansiedade com que os operários devoravam aquelas folhinhas misteriosas com letras em cor violeta, passando-as de mão em mão e discutindo acaloradamente seu conteúdo. Para eles, o autor desses panfletos devia ser um personagem importante e misterioso, que sabia penetrar em todas as indústrias, que averiguava tudo o que ocorria entre os operários e se adiantava aos acontecimentos por meio de uma folhinha nova ao cabo de vinte e quatro horas”. (*Minha Vida*, p. 91)

O *Nashe Delo* ia muito bem e tinha grande acolhida entre os operários de Nikolaiev. Mas no ano seguinte, em janeiro de 1898, Trotsky foi preso e depor-

tado para a Sibéria. Logo que chegou, a primeira coisa que fez foi encontrar um jornal para escrever. E passou a colaborar no jornal progressista da cidade de Irkutsk, onde vivia, chamado *Vostochnoie Obozrenie* (Revista Oriental). Escrevia crônicas sobre a vida na aldeia e ensaios de crítica literária. Publicou artigos sobre teatro e literatura, escrevendo a respeito das obras de Ibsen, Nietzsche, Hauptmann, Zola, Maupassant, Gogol, Gorki e outros escritores. Assinava com o pseudônimo de Antid Oto. Foi nessa época que ele conheceu algumas das mais importantes obras de Lenin: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia e Que Fazer?*

Em 1902, Trotsky fugiu da Sibéria e foi para Londres, onde se filiou ao grupo de social-democratas russos, dirigido por Lenin. Aí, colaborou na redação da *Iskra* (Chispa), jornal encabeçado por Lenin, Martov e Vera Zasulich. Escreveu sobre as manifestações eslavófilas contra a Turquia, promovidas pelo czar, e sobre o Partido Socialista Revolucionário. Os artigos que escreveu nesse período se caracterizavam por seu estilo atraente e pulsante, já demonstrando preocupação com a beleza da linguagem.

O exemplo da Nova Gazeta Renana

Em 1905, Trotsky desenvolveu uma intensa atividade propagandística. Escreveu em três jornais ao mesmo tempo: a pequena *Russkaia Gazeta* (Gazeta Russa), que publicava junto com Parvus. Em poucos dias depois de lançado o primeiro número, o jornal passou de 30 mil para 100 mil exemplares vendidos, tendo atingido a tiragem de meio milhão de exemplares nos primeiros dias de dezembro de 1905 — era feito em condições bem precárias em relação aos recursos gráficos. Em 13 de novembro de 1905 apareceu o *Natchalo* (Início), órgão político que fundou com os mencheviques. A tiragem subia de hora em hora. Segundo conta em *Minha Vida*, “o *Novaia Skkisin* (Nova Vida), jornal feito pelos bolcheviques, era bastante inosso, pois faltava a ele a pluma de Lenin. Quanto ao nosso, atingia um êxito fabuloso. Era seguramente o que mais se parecia, de todos os publicados nos últimos cinquenta anos, à *Nova Gazeta Renana*, dirigida por Marx em 1848, que considerava seu modelo clássico”.

O trabalho jornalístico de Marx e Engels foi uma fonte de inspiração para Trotsky. Eles haviam conseguido fazer da *Nova Gazeta Renana*, que surgiu em Colônia (Alemanha) em 1º de julho de 1848, um dos mais importantes jornais operários da Europa. No início, era um órgão da democracia burguesa, mas Marx e Engels entraram no jornal para combater a democracia burguesa e defender as idéias comunistas. Isso fica evidente já no primeiro artigo que Marx publica no jornal, atacando duramente a democracia. É um artigo apaixonado, denunciando os partidos burgueses que haviam apoiado o governo que massacrara as jornadas de julho na França. Eis um trecho do artigo:

“Os operários parisienses foram esmagados por um inimigo superior em força, mas não foram aniquilados. Foram derrotados, mas seus inimigos estão vencidos. O triunfo efêmero da força bruta desvaneceu todas as ilusões da revolução de fevereiro, demonstrou a desagregação do antigo partido republicano, a divisão da nação francesa em duas partes: a dos possuidores e a dos proletários. Daqui por diante, a república tricolor terá uma única cor, a cor dos

vencidos, a cor do sangue. Transformou-se na república vermelha”. (28 de junho de 1848)

O texto de Marx era vigoroso e não se limitava a descrever ou a informar sobre a repressão às lutas proletárias. Era um texto profundamente dialético, que tirava conclusões mostrando como fora relativa a derrota operária; e isso apontava para novas lutas. Ele toma partido dos operários e pergunta: “Mas dirão, não teremos uma lágrima, um suspiro, uma palavra para as vítimas do furor popular, para a guarda nacional, a guarda móvel, a guarda republicana, as tropas de linha?” E responde: “O Estado se ocupará das viúvas, dos órfãos (...). Mas os plebeus torturados pela fome, escarnecidos pela imprensa, abandonados pelos médicos, tratados como ladrões (...) é dever da imprensa democrática tecer, ao redor de sua frente sombria, uma coroa de louros”.

Segundo D. Riazanov, a *Nova Gazeta Renana* era um modelo de jornal revolucionário. “Nenhum outro jornal russo ou europeu chegou à altura da *Nova Gazeta Renana*. Embora escrita há quase 75 anos, os seus artigos não perderam nada de sua atualidade, de seu ardor revolucionário, de sua agudeza na análise dos acontecimentos. Ao lê-los, sobretudo os de Marx, acreditamos assistir à história da revolução alemã, da revolução francesa, contadas por elas mesmas, tão vivo é o estilo e tão profundo é o sentido”. (*Marx-Engels e a História do Movimento Operário*)

Saber imprimir o ardor revolucionário nas páginas do jornal, como faziam Marx e Engels, foi também uma habilidade de Trotsky. Como seus antecessores, não fazia do jornal e da militância diária (reuniões, palestras, discursos etc.) duas atividades distintas, separadas e autônomas. Pelo contrário, uma era continuidade e parte da outra. Como descreve Isaac Deutscher, no calor da revolução de 1905, “das assembleias, Trotsky corria a seus escritórios nas oficinas de redação, pois dirigia e codirigia três jornais. O *Izvestia* do Soviet aparecia em intervalos irregulares e era produzido com ingênua valentia. Cada número era composto na gráfica de outro jornal, de extrema direita, requisitada para isso por um grupo de choque do Soviet. Além disso, Trotsky conseguiu, com a ajuda de Parvus, que vivia em Petersburgo, obter o controle do jornal liberal *Russkaya Gazeta*, que transformou em um órgão popular do socialismo militante. Pouco depois fundou com Parvus e Martov um jornal de grande circulação: *Nachalo* (Início), visto como porta-voz do menchevismo. Na verdade, *Nachalo* era sobretudo o jornal de Trotsky, pois ele impunha as condições aos mencheviques: o jornal defenderia a ‘revolução permanente’ (...). Na lista de colaboradores do jornal figuravam os grandes nomes do socialismo europeu: Victor Adler, August Bebel, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo, Franz Mehring e Clara Zetkin; e Trotsky pôde gozar a doce vingança de abrir as colunas de *Nachalo* para Plekhanov que, apenas um ano antes, havia considerado ‘moralmente repugnante’ colaborar junto com Trotsky no *Iskra*”.

Trotsky descreve em suas memórias uma passagem muito interessante sobre a preferência dos trabalhadores pelo jornal que ele fazia. “Kamenev, que fazia parte da redação do órgão bolchevique, me contava algum tempo depois como, em suas viagens por trem, gostava de ver nas estações a venda de jornais. Quando chegava o trem de Petrogrado, formavam-se filas intermináveis esperando a imprensa. Ali só eram vendidos os jornais revolucionários. *Nachalo!*

Natchalo! Natchalo!, gritavam as pessoas. Dê-me o *Natchalo!* De vez em quando, se ouvia uma voz pedindo o *Novaia Skekisn*, e de novo *Natchalo! Natchalo!* Não tive outro jeito que reconhecer, infelizmente, que a turma do *Natchalo* era melhor que a nossa”, confessou Kamenev. (p.140)

Preso na repressão à insurreição de 1905, Trotsky é novamente deportado para a Sibéria, em 1907, e novamente consegue fugir de lá. Passa a viver em Viena, na Áustria, onde trabalha como jornalista, como correspondente do jornal liberal *Kievskaja Mysl* (O Pensamento de Kiev). Colaborou também com outros jornais socialistas, como *Borba* (A Luta), *Die Neue Zeit* (Os Novos Tempos), *Vorwärts* (Adiante) e *Kampf* (Luta).

Em Viena, a partir de outubro de 1908, Trotsky começou a publicar em russo o jornal *Pravda* (A Verdade). O jornal aparecia duas vezes ao mês e estava destinado aos operários, entre os quais teve muito sucesso. Ele entrava na Rússia de contrabando, parte pela fronteira da Galízia e parte pelo Mar Negro. A publicação durou três anos e meio, e apesar de ser apenas bimestral, exigia um trabalho enorme e cansativo, porque a correspondência secreta com a Rússia levava muito tempo. Além disso, Trotsky mantinha um contato estreito com a organização clandestina dos *Marinheiros do Mar Negro*, e os ajudava a fazer seu jornal. O principal colaborador de Trotsky na redação do *Pravda* foi o revolucionário Adolf Joffe, que depois se tornaria célebre como diplomata soviético.

Quatro anos depois, os bolcheviques começaram a publicar em São Petersburgo um jornal com o mesmo nome. Trotsky responsabilizou o bolchevismo pelo plágio, e deixou de publicar o *Pravda* em Viena. Mas depois passou a colaborar no *Pravda* publicado sob a direção de Lenin.

A partir de 1912, com a iminência da Primeira Guerra Mundial, Trotsky começa a trabalhar como jornalista no *Kievskaja Mysl* (O Pensamento de Kiev), que lhe ofereceu um cargo de correspondente de guerra nos Bálcãs. Em *Minha Vida*, ele diz que “o *Kievskaja Mysl* era o jornal com verniz marxista que mais se lia no sul. Um jornal como aquele só podia ser feito em Kiev, com sua indústria pobre, seus antagonismos de classe pouco desenvolvidos e sua forte tradição de radicalismo intelectual. (...) Eu enviava ao jornal artigos sobre os temas mais diversos, e às vezes os mais arriscados, do ponto de vista da censura. Muitos deles requeriam um considerável trabalho prévio. Em um jornal imparcial e legal como aquele não podia dizer, naturalmente, tudo o que bem entendesse. Mas nunca escrevi tampouco o que não queria dizer. As Edições do Estado reuniram em vários volumes todos aqueles trabalhos que fiz. Não tenho por que retirar nada do que disse neles. Não é demais advertir que para colaborar na imprensa burguesa fui autorizado formalmente pelo Comitê Central, em que Lenin tinha maioria”.

Sobre os artigos de Trotsky no *Kievskaja Mysl*, Isaac Deutscher escreve: “Cada artigo era um ensaio considerável, notável pela solidez de sua informação de fundo, pela riqueza de impressões e de cor local, pela excelência das descrições e das análises e, por último, mas não menos importante, pela linguagem imaginativa e viva. Reunidos em suas Obras, esses ensaios são ainda uma crônica inestimável sobre os Bálcãs antes de 1914” (*O Profeta Armado*).

Trotsky trabalhou no *Kievskaja Mysl* até 1915. O jornal era favorável à guerra, mas era o meio que lhe proporcionava sustento material. Parte de seu

trabalho jornalístico consistiu em reportagens e análises sobre temas militares. Para isso, leu revistas e livros sobre o assunto. Esses materiais e sua experiência como correspondente de guerra foram para ele uma valiosa aprendizagem teórica e prática para sua tarefa como Comissário de Guerra do Estado soviético, três anos mais tarde.

Enquanto a guerra assolava a Europa, Trotsky escreveu em Zurich o folheto *A Guerra e a Internacional*, um dos primeiros documentos marxistas de caráter antibelicista. Nesse texto, dirigido em primeiro lugar contra os social-democratas alemães, ele explica que o dever dos socialistas era defender uma paz democrática, sem anexações ou indenizações, pela autodeterminação das nações oprimidas. A publicação do folheto em alemão, em novembro de 1914, fez com que Trotsky fosse condenado por um tribunal militar na Alemanha. Ele então foge para Paris, e ali cooperou, com Martov, no jornal russo *Golos* (*A Voz*), contrário à guerra.

Em fevereiro de 1915, *Golos* foi proibido pela polícia e Trotsky lança em Paris, junto com Martov, o *Nashe Slovo* (Nossa Palavra), jornal de cunho marcadamente internacionalista, oposto à guerra e ao social-patriotismo. Entre seus colaboradores figuravam Lunacharsky, Riazanov, Angelina Balabanova, Alessandra Kolontai, Karl Radek e Cristian Rakovsky. O jornal teve grande influência e alcançou um ritmo diário de circulação. Em abril de 1916, Martov sai do jornal e Trotsky assume a direção. Mas a agitação contra a guerra feita nas páginas do jornal provocou a sua interdição e ele foi expulso do território francês em setembro de 1916.

Fina ironia

Uma das marcas da linguagem jornalística de Trotsky é a ironia com que ele tratava os governos, os burgueses e os traidores da revolução socialista. Um bom exemplo encontramos em seus artigos no *Nashe Slovo*, de 1917. Em 5 de setembro desse ano ocorreu em Zimmerwald, na Suíça, a Conferência de Zimmerwald, a primeira depois do início da guerra, com os socialistas internacionalistas. A conferência deu grande impulso ao movimento contra a guerra nos diversos países. A censura era implacável e proibia qualquer menção sobre o fato. Mas Trotsky sempre encontrava um meio de burlar os censores. Lemos em um de seus artigos: “De todas as formas a conferência ocorreu e este é um fato transcendental, senhor censor.” Com toda a sua carga de ironia, Trotsky escreveu um artigo que causou impacto: “A conferência de Zimmerwald salvou a honra da Europa. Um professor obtuso escreveu no *Journal des Debats* que a conferência não teve importância e favoreceu a Alemanha; outro professor igualmente obtuso, do outro lado do Rin, escreveu que não teve importância e favoreceu a Entente. Se a conferência foi tão impotente e insignificante, por que seus superiores proibiram toda menção a ela? E por que, apesar de toda proibição, vocês mesmos começaram a analisá-la? E não vão parar de analisá-la, cavalheiros... Nenhuma força vai apagá-la da vida política da Europa. (*Nashe Slovo*, 218, 19/10/1915).

Em janeiro de 1917, Trotsky vai para os Estados Unidos. Vive em Nova York, e colabora com a redação do *Novy Mir* (O Novo Mundo), que tinha



como redatores Nikolai Bukarin, Alessandra Kolontai e V. Volodarsky. Escreve uma série de artigos analisando a revolução russa. Comparando esses artigos de *Novy Mir* com as cartas que Lenin escreveu na mesma época (as Cartas de Longe), que enviava de Zurique a Petrogrado, percebe-se a concordância com a análise e as perspectivas da revolução russa. Os artigos de Trotsky publicados em *Novy Mir* foram traduzidos para o inglês e editados por Ian D. Thatcher e James D. White sob o título “Trotsky’s reflections on the Russian revolution from New York”, in *Journal of Trotsky Studies*, Glasgow, 1993.

Em março de 1917, Trotsky volta para a Rússia e publica artigos no semanário que fundou: *Vperiod* (Adiante), órgão dos *meirayontsi*, membros da Organização Interdistrital. O jornal apareceu até que a organização dos internacionalistas ingressou no Partido Bolchevique, tendo atingido os 16 números.

Vitoriosa a Revolução de Outubro, Trotsky é nomeado Ministro da Guerra e passa grande parte do tempo viajando por todo país num trem blindado. No trem, além das atividades militares, ele escreveu muito e publicou um jornal chamado *V Puti* (No Caminho), onde diariamente se noticiava as ações e as batalhas ocorridas, e se reproduzia e comentava despachos informativos internacionais.

Sensibilidade para com os problemas humanos e respeito à inteligência do leitor

Os jornais de Trotsky sempre faziam muito sucesso. Até o famoso *Novaya Zhisn* bolchevique, dirigido por feras como Lenin, Gorki, Lunacharsky e Bogdanov, não tinha tanto carisma. “Isso não surpreende a ninguém que revise as coleções dos jornais e os compare: os jornais de Trotsky tinham muito mais brilho e força de expressão”, diz Isaac Deutscher em *O Profeta Armado* (p.137). Por que seus jornais atraíam tanto os leitores? Qual era o segredo dessa força?

Logicamente, são inúmeros os fatores que podem nos levar a fazer um jornal atraente e escrever belos textos. No entanto, um deles é imprescindível: a sensibilidade para com os problemas humanos. Trotsky gostava de dizer que seus jornais não serviam para explicar nada ao leitor, mas sim, *serviam ao leitor*. Essa afirmação pode parecer um pouco exagerada, mas é correta. O jornal que pretende explicar coisas ao leitor, em geral, assume um tom proselitista, messiânico, didático e, não raro, pedante, porque se coloca numa posição superior em relação ao leitor. Se o jornal serve ao leitor, como queria Trotsky, está no mesmo patamar deste, como se entabulasse uma conversa com ele sobre determinado assunto. O leitor não mais é tratado como objeto, alguém que recebe uma lição, mas passa a ser tratado como sujeito, alguém com quem se troca idéias. Nesse sentido, demonstra a sensibilidade e o respeito pelo ser humano, necessários sobretudo quando se sabe que os leitores do jornal são homens e mulheres da classe trabalhadora. Acostumados a serem tratados pela imprensa burguesa como ignorantes, objetos descartáveis, imbecis que precisam ser educados, os trabalhadores, homens e mulheres, sobretudo os mais jovens, quando encontram um jornal que os trata como o que realmente são - sujeitos -, tendem a ouvir melhor as suas idéias e a sentir que ali está alguém que se interessa por eles.

“Caros colegas jornalistas: o leitor lhes suplica que evitem dar-lhes lições, fazer sermões ou serem agressivos, mas sim, que descrevam clara e inteligivelmente o que se passou, onde e como. As lições e as exortações ressaltarão por si mesmas”, aconselha Trotsky (*O jornal e seu leitor*). No seu entender, o jornalista não deve partir do seu ponto de vista, mas do ponto de vista do leitor. “É uma distinção muito importante, que se reflete na estrutura de cada artigo em particular e na do jornal em conjunto. No primeiro caso, o jornalista (inábil e pouco consciente do seu trabalho) apresenta simplesmente ao leitor a sua própria pessoa, os seus próprios pontos de vista, os seus pensamentos e até, com frequência, as suas frases. No outro caso, o jornalista que encara a sua tarefa com rigor, leva o leitor a tirar por si mesmo as conclusões necessárias, utilizando para isso a experiência cotidiana das massas”. Ele cita o exemplo de uma epidemia de malária que devastou a Rússia. Os leitores liam avidamente tudo o que a imprensa escrevia sobre o assunto, de tão grave que era. Trotsky defendeu que o jornal do partido fizesse uma ampla cobertura, descrevendo o início e o desenvolvimento da epidemia, as fábricas e regiões mais atingidas, as condições de vida que favoreceram o aparecimento da doença, casos de pessoas atingidas, de famílias inteiras enfermas, a denúncia do governo etc. “Nesse terreno podemos também fazer propaganda contra os preconceitos religiosos. Se as epidemias são um castigo pelos pecados cometidos, por que elas se propagam mais nos lugares úmidos do que nos lugares secos? Um mapa do alastramento da malária é um notável instrumento de propaganda anti-religiosa.” (*O jornal e seu leitor*)

Em todos os fatos da vida e da luta de classes, Trotsky procurava ressaltar o lado humano; o seu ponto de vista era o do sujeito, o seu dia-a-dia, como sua vida seria transformada por este ou aquele acontecimento. Os fatos serviam a ele basicamente para falar dos homens. Isaac Deutscher lembra, por exemplo, que, para falar da guerra, Trotsky narra as aventuras de um único soldado, revelando por meio delas todo o horror dos campos de batalha. No texto intitulado *O Sétimo Regimento de Infantaria da Epopéia Belga*, escrito em 1915, Trotsky, então trabalhando no jornal *Kievskaja Mysl*, descreve as experiências de De Baer, um estudante de direito da Universidade de Lovaina que concentra em si mesmo todo o drama da Bélgica invadida e ocupada. Trotsky acompanha sua saga desde o início da guerra, as batalhas, os cercos, as escapatórias, o nascimento do patriotismo entre o povo invadido, os absurdos da guerra. O estudante sofre espantosos tormentos nas trincheiras e, enviado a um hospital na França, descobre-se que é muito míope para ser soldado e é dispensado. Abandonado pelas forças militares em um país estrangeiro, não consegue emprego; e quando Trotsky o conhece, ele está passando fome e vestindo trapos. Com o foco centrado em De Baer, Trotsky reproduziu o drama vivido por milhões de jovens soldados como ele, e, com isso, não fez demagogia, apenas mostrou o absurdo da guerra.

De certa maneira, esse enfoque denota a atenção para os detalhes - mostrar que o geral está no particular - que Trotsky sempre demonstrou ter. Mesmo nos momentos mais atribulados dos processos revolucionários que viveu, não descuidava de alguns detalhes que para ele não eram nada secundários. Como, por exemplo, a necessidade de vestir e calçar os soldados russos, que ele levanta no texto intitulado *A atenção deve incidir sobre os detalhes*, escrito em 1921,

período de consolidação da revolução, e publicado no *Pravda*. Dizia Trotsky: “O plano mais grandioso que não leve em conta os detalhes não passa de pura frivolidade. Para que servirá, por exemplo, o melhor decreto, se por negligência ele não chega a tempo ao seu destino, se é recopiado com erros ou se é lido sem atenção?”

Outro recurso jornalístico muito usado por Trotsky era criar imagens que ficavam gravadas na memória do leitor. Um exemplo é a descrição que ele faz, na *História da Revolução Russa*, de uma cena que no seu entender marcou o início da revolução. Uma marcha de operários é cercada pelos cossacos, a cavalo. Quando a marcha se aproxima dos animais, ela se detém e, depois de alguns momentos de expectativa, os manifestantes começam a furar o cerco, passando por entre as pernas dos cavalos, sem que os cossacos fizessem nada para impedi-los. Essa cena, que marca em nossa cabeça o início dos dias decisivos da revolução, mostra que os operários haviam perdido o medo dos cossacos, e os cossacos já viam que nada podiam fazer para deter a marcha do processo.

Saber reconstruir as imagens, dar importância aos detalhes aparentemente secundários, respeitar a inteligência do leitor e sempre ter em mente que escrevemos para seres humanos, com sensibilidade, com crenças e valores, tudo isso é fundamental e Trotsky sabia usar como ninguém.

A preocupação em escrever de forma clara, saber relacionar os fatos entre si e baixar tudo à terra, com exemplos concretos, eram outros atributos do jornalismo de Trotsky. Ele não usava o jornal apenas como agitador, no sentido de abrir suas páginas para noticiar fatos ou agitar bandeiras. Seus jornais eram fundamentalmente órgãos de propaganda. Ele escrevia artigos que tinham uma carga explicativa muito grande. Os fatos, como a guerra, por exemplo, serviam para ele quase que tão-somente como pretexto para tirar conclusões, para debater idéias e apontar caminhos. Tanto que o primeiro jornal que ele fez serviu basicamente a um propósito: introduzir os trabalhadores nas idéias marxistas, contidas no Manifesto do Partido Comunista.

Apesar dessa carga explicativa, os artigos não eram pesados ou excessivamente longos. “Trotsky falava a todas as classes sociais, da mais alta à mais humilde, no idioma de cada uma, mas sempre com sua própria voz”, escreve Isaac Deutscher. “A Revolução Russa nunca teve, nem voltaria a ter, outro porta-voz com tamanha variedade de tons” (*O Profeta Armado*). Deutscher faz essa afirmação sobre Trotsky depois de reproduzir o que ele chama de “uma pequena obra mestra do jornalismo revolucionário”, um artigo curto de Trotsky, publicado no *Russkaya Gazeta*, no dia 15 de novembro de 1905, intitulado *Bom dia, porteiro de Petersburgo*. Foi escrito depois que o czar, pressionado pelo ascenso das massas, prometeu promulgar uma Constituição e dar liberdades democráticas. Os porteiros dos edifícios sempre haviam servido fielmente à polícia como delatores, mas agora tinham simpatia pela revolução. E Trotsky escreveu no jornal: “O porteiro de Petersburgo desperta do pesadelo policial. 2.500 porteiros se reuniram para discutir suas reivindicações. Os porteiros não querem continuar sendo instrumentos da violência policial. Muitos pecados e crimes pesam sobre a consciência dos porteiros de Petersburgo. Mais de uma vez eles maltrataram, por ordem da polícia, os operários e estudantes honrados... A polícia os amedrontou e o povo chegou a odiá-los. Mas chegou a hora

do despertar geral. O porteiro de Petersburgo está abrindo os olhos. Bom dia, porteiro de Petersburgo.”

Essa matéria é um exemplo da atenção para os detalhes e para o enfoque humano das questões. Ao invés de falar de toda a virada revolucionária que estava ocorrendo na Rússia, ele fala de apenas um aspecto dela – a virada dos porteiros – mostrando que era tão forte que atingiu até mesmo um dos setores mais reacionários da população (os porteiros) naquela época. Mil análises sobre a virada não teriam causado o impacto que essa breve matéria causou.

No ensaio *Por uma linguagem culta*, escrito em 1923, Trotsky insistia no cuidado com a linguagem. Ele conta que havia lido em um dos jornais bolcheviques que em uma assembleia geral de trabalhadores de uma fábrica de calçados, foi aprovada uma resolução que proibia a blasfêmia e impunha multas a quem usasse expressões ofensivas. “Esse é um pequeno incidente em meio à grande confusão do momento presente. Um pequeno incidente de grande peso. Sua importância, contudo, depende da resposta que encontre na classe trabalhadora essa iniciativa da fábrica de calçados”, disse Trotsky.

Para ele, a linguagem insultante e os juramentos são uma herança da escravidão, da humilhação e da falta de respeito pela dignidade humana, tanto a própria como a dos outros. A linguagem insultante em nossas classes socialmente inferiores era o resultado do desespero, da amargura e, sobretudo, da escravidão sem esperança e sem saída. A de nossas classes altas, a linguagem que saía das gargantas da aristocracia e dos funcionários, era o resultado do regime classista, do orgulho dos proprietários de escravos e do poder absoluto. Supõe-se que os provérbios contêm a sabedoria das massas; os provérbios russos, além disso, revelam sua ignorância e sua tendência à superstição, assim como sua condição de escravos.”

Mas Trotsky confiava na revolução, como o despertar da personalidade humana no seio das massas, nessas massas que supostamente não possuíam nenhuma personalidade.

No ensaio *O jornal e seu leitor*, que já citamos, Trotsky diz que o que dá alma a um jornal é informação atual, abundante e interessante. Mas para isso os fatos devem estar interligados; é preciso mostrar ao leitor os fatos em sua sequência, e não como se fossem independentes entre si, sem continuidade de uma semana a outra. Ele sugere que periodicamente o jornal faça um balanço dos fatos mais significativos, uma espécie de resenha, mostrando a ligação entre os diversos acontecimentos. Isso não seria vantajoso apenas para o leitor, mas sobretudo para o próprio responsável por cada editorial do jornal, que manteria sempre atualizado na sua cabeça o desenrolar dos acontecimentos e em melhores condições para prever seu rumo e seu desfecho.

Em síntese: é preciso fazer um jornal vivo para um leitor vivo e desperto para a luta diária pela vida e para os problemas políticos, e que continua sendo, nas palavras de Trotsky, “um homem para quem nada de humano é estranho”. Um leitor que tem necessidade de que se manifeste interesse por ele, ainda que nem sempre saiba exprimir esse desejo.

Foi movido pelo respeito à inteligência do leitor, por acreditar nas massas e na força da classe trabalhadora que Trotsky conseguiu fazer jornais socialistas que se esgotavam no ato, disputados avidamente por operários, soldados e camponeses, estivessem onde estivessem ■

Obras consultadas

Trotsky: *Literatura e Revolução, Questões do Modo de Vida e Mi Vida*.

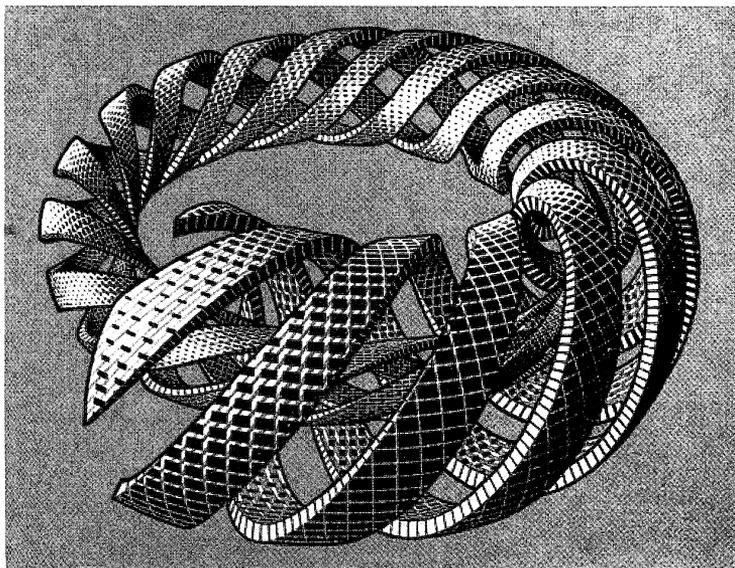
Isaac Deutscher, *O Profeta Armado*.

Lenin, tomo 32 de suas *Obras Completas* (textos de 1917)

D. Riazanov, *Marx-Engels e a História do Movimento Operário* (Global Editora, 1984)

Gabriel García Higuera, *Trotsky en el Espejo de la Historia* (Peru, 2005).

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado e o “equilíbrio pontuado”



GABRIEL
MASSA

O valor da lógica para a atividade revolucionária é que permite sistematizá-la, tornando precisos seus conceitos e métodos. Neste sentido, os avanços da lógica têm acompanhado e fecundado os avanços da revolução. Ou, dito de outra forma, cada novo avanço da revolução mundial permitiu novos avanços na elaboração do método científico marxista.

No capítulo I de sua *História da Revolução Russa*, Leon Trotsky afirma: “As leis da história não têm nada em comum com o esquematismo pedante. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não nos é revelado, em parte alguma, com a evidência e a complexidade com que se manifesta no destino dos países atrasados. Fustigados pela pressão das necessidades materiais, os países atrasados são compelidos a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura deriva-se outra que, na falta de nome mais adequado, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que se refere à aproximação das distintas etapas do caminho e à combinação de fases separadas, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. Sem levar em conta esta lei, enfocada, naturalmente, em seu conteúdo material integral, seria impossível compreender a história da Rússia ou de qualquer outro país de avanço cultural tardio, em qualquer grau que esteja.”

Tradução:
Marcos
Margarido

Gabriel Massa é jornalista, tradutor e membro da direção da FOS (Frente Operária e Socialista) da Argentina.

Isto quer dizer que Trotsky entendia estar na presença de duas leis, a do desenvolvimento desigual e a do desenvolvimento combinado, que seriam as leis mais gerais do desenvolvimento.

George Novack, um estudioso trotskista norte-americano, deu um passo importante numa publicação de propaganda. Enquanto Trotsky considerava que estas eram duas leis e de aplicação ao desenvolvimento histórico, em particular dos países atrasados, Novack assegura: “embora tenha se originado diretamente do estudo da história moderna, a lei do desenvolvimento desigual e combinado baseia-se *nas características comuns a todos os processos de crescimento*, tanto na natureza quanto na sociedade” e que “esta lei nos capacita para observar como surgem as novas qualidades”.

Nahuel Moreno, em seu livro *Logica Marxista y Ciencias Modernas*, contribui com a seguinte visão: “...é que para nós, a lei do desenvolvimento desigual e combinado é a mais importante descoberta do marxismo e da ciência moderna, como a teoria que unifica as leis genéticas e estruturais. Ela nos permite dar uma nova lei de surgimento do novo, muito mais rica e correta que a do salto de quantidade em qualidade. Por fim, esta lei não é somente objetiva, mas lógica, dá unidade à lógica marxista ao permitir estruturar as leis genéticas com as estruturais. Por razões históricas temos respeitado o nome que seu formulador deu a esta teoria. É por isso que comumente dizemos lei e não teoria, como lhe corresponde. Efetivamente, como combina e unifica distintas leis em uma estrutura, é uma teoria e não uma lei. É assim que explica, entre outras, as leis do desaparecimento do velho, do surgimento do novo, as transformações e contradições internas de uma estrutura, sua forma, etc.”

Coincidindo com estas afirmações de Moreno – de que se trata na realidade de uma teoria, a do desenvolvimento desigual e combinado, que subordina múltiplas leis e que explica o desaparecimento do velho e o surgimento do novo, e que, além disso, trata-se de uma teoria não só objetiva, mas lógica, que dá unidade à lógica marxista, permitindo estruturar as leis genéticas com as estruturais – a partir daqui, creio ser necessário abordar um problema que Moreno definiu muitas vezes, mas sobre o qual não avançou: a necessidade imperiosa da sistematização geral da ciência e do método marxistas. Fazer com o marxismo o que Jean Piaget, amplamente citado em *Logica Marxista y Ciencias Modernas*, fez pelas ciências matemáticas e naturais em geral: criar uma epistemologia genético-estrutural, em nosso caso, das ciências marxistas.

Essa articulação implica construir o sistema de leis que mostre a relação entre a análise dos aspectos objetivos e subjetivos da realidade (materialismo histórico, teoria do valor), a construção de sínteses dinâmicas nas quais se possam definir as tendências objetivas e subjetivas a desenvolver para superar o capitalismo e alcançar o socialismo e o comunismo (teoria-programa da revolução permanente, incluindo subteorias como a dos sujeitos sociais e políticos), o que se traduz na formulação do programa revolucionário, e concluir na metodologia para a organização do sujeito político (a teoria do partido revolucionário tal como a formularam Lenin e seus seguidores) e sua relação com o movimento de massas, em particular o movimento operário industrial, para conduzi-lo em sua mobilização revolucionária para a tomada do poder e extensão da luta a nível internacional até a derrota do imperialismo (que se expressa



no método do Programa de Transição desenvolvido pelos bolcheviques, pela Terceira Internacional em seus quatro primeiros congressos, por Trotsky, Moreno e outros).

Análise, caracterização, programa, política, organização, táticas, passariam assim a ser peças articuladas de um mesmo processo de elaboração científico-metodológico guiadas não por uma aplicação pontual de técnicas específicas em cada caso, mas por uma epistemologia marxista ou teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

No entanto, do ponto de vista objetivo e lógico, há uma distância considerável entre a formulação geral da teoria do desenvolvimento desigual e combinado e sua aplicação à prática da caracterização e elaboração do sistema de palavras de ordem adequado à intervenção e construção do partido revolucionário num processo concreto, seja à escala do mundo e de uma etapa mundial, de um país e de uma etapa nacional ou de um conflito pontual em uma fábrica, uma escola ou um bairro.

Aqui cumprem um papel decisivo, não somente a análise concreta – que Moreno destacava referindo-se ao “empirismo são” sempre presente em Lenin –, mas também ferramentas lógicas que possibilitem definir, por um lado, as tendências gerais e, por outro, **os elementos dinâmicos nos quais se apoiar para fazer avançar a causa dos trabalhadores e setores populares e a construção do partido.**

Para os revolucionários sempre se trata de buscar os elementos objetivos e subjetivos dinâmicos nos quais se apoiar para ir até a ruptura da ordem capitalista e avançar até a tomada do poder pelos trabalhadores e o socialismo, sob a liderança do partido revolucionário.

Uma contribuição da ciência da evolução das espécies

Assim como Marx e Engels apoiaram-se nas construções teóricas mais avançadas de sua época para suas elaborações, e Moreno, seguindo seu exemplo, buscou nos estudos de Piaget elementos que enriquecessem sua concepção, hoje podemos encontrar contribuições incalculáveis em avanços recentes de uma ciência que o próprio Marx valorizou enormemente, a *Teoria da Evolução das Espécies*, fundada por Charles Darwin.

Os cientistas Niles Eldredge e Stephen Jay Gould (falecido em 2002) dedicaram décadas em polêmicas com os discípulos modernos de Darwin, que em sua ampla maioria defendem até hoje a teoria do *gradualismo filético*. Em essência esta visão sustenta que a evolução das espécies, o aparecimento das novas espécies, se dá de modo gradual e contínuo ao longo das eras, através de processos governados pela adaptação às condições mutantes do mundo, a sobrevivência dos mais aptos e outras leis evolucionistas. Esta teoria, que o próprio Darwin defendia, confrontava-se em sua época – e continua confrontando-se até hoje – com um dilema que se demonstrou insolúvel. As amostras de rochas e do solo onde foram encontrados restos fósseis de milhões de anos, longe de provar mudanças incrementais mínimas na evolução das espécies, mostram grandes discontinuidades.

Darwin e seus seguidores explicam esta situação dizendo simplesmente que a natureza não guarda restos fósseis de modo sistemático, mas de modo

acidental. Em função disso haveria nas rochas das épocas passadas um “registro imperfeito” da evolução.

Eldredge e Gould dão uma explicação completamente diferente e oposta em seu trabalho **Punctuated Equilibria: An Alternative To Phyletic Gradualism** (Equilíbrio Pontuado: Uma Alternativa ao Gradualismo Filético, 1970), no qual os autores dizem:

“O conceito central de especiação alopátrica (espécies em regiões ou tempos diferentes, NdA) é que novas espécies somente podem surgir quando uma pequena população local fica isolada nas margens da faixa geográfica de sua espécie *mãe*. Tais populações locais são chamadas *periféricas isoladas*. Uma população periférica isolada converte-se em uma nova espécie se *mecanismos de isolamento* evoluírem para impedir o reinício do fluxo de genes no caso da nova forma reencontrar seus ancestrais em algum momento futuro. Como consequência da teoria alopátrica, novas espécies fósseis não se originam no lugar em que viveram seus ancestrais. É extremamente improvável que possamos rastrear a divisão gradual de uma linhagem simplesmente seguindo uma certa espécie ao longo de uma coluna de rocha local.

Outra consequência da teoria dos processos alopátricos é a seguinte: dado que a seleção sempre mantém um equilíbrio entre populações e seu ambiente local, as características morfológicas que distinguem a espécie descendente de seu ancestral estão presentes logo após o início do isolamento genético, se é que não realmente antes. Estas diferenças são freqüentemente acentuadas se as duas espécies se tornam simpátricas (espécies que convivem num mesmo lugar e tempo e por isso podem hibridizar, NdA) numa data futura (deslocamento de caráter - Brown e Wilson, 1956). Em qualquer evento, a maioria das divergências morfológicas de uma espécie descendente ocorre muito cedo em sua diferenciação, quando a população é pequena e ainda está adaptando-se mais precisamente às condições locais. Após estar plenamente estabelecida, é tão improvável que uma espécie descendente mostre mudanças graduais progressivas quanto a espécie mãe. Assim, no registro fóssil, não esperaríamos encontrar divergência gradual entre duas espécies numa relação ancestral/descendente. A maioria das mudanças evolutivas na morfologia ocorre num curto período de tempo em relação à duração total das espécies. Depois que a descendente se estabelece como uma espécie plena, haverá pouca mudança evolutiva, exceto quando duas espécies se tornam simpátricas pela primeira vez.

Estas simples consequências da teoria alopátrica podem ser combinadas num padrão previsível do registro fóssil. Utilizando critérios estratigráficos, radiométricos ou biostratigráficos (para organismos distintos aos que se está estudando), estabelecemos uma estrutura regional de correlação. Começando com estas correlações, deveriam aparecer padrões de variação geográfica (não estratigráfica) entre amostras de fósseis. Rastreando uma espécie fóssil em qualquer coluna de rocha local, desde que não ocorram mudanças drásticas no meio físico, *não* deveria ser produzido um padrão de mudança constante, mas de oscilação em torno de valores médios. Espécies estreitamente relacionadas (talvez descendentes) que entram na coluna de rocha deveriam aparecer repentinamente sem mostrar qualquer intergradação com a espécie “ancestral” em rela-

ção a características morfológicas que atuam como diferenças interespecíficas. Não deveria haver divergência gradual entre as duas espécies quando ambas persistem por algum tempo em níveis estratigráficos superiores. Ao contrário - é provável que as duas espécies mostrem sua maior diferença quando a descendente aparece pela primeira vez. Finalmente, em circunstâncias excepcionais, podemos ser capazes de identificar a área da faixa geográfica do ancestral na qual surgiu a nova espécie.

Outra conclusão é que o tempo e a geografia, como fatores da evolução, não são tão comparáveis como têm sustentado alguns autores (Silvestre-Bradley, 1951). A teoria alopátrica prediz que a maior variação será encontrada entre amostras retiradas de áreas geográficas diferentes e não em níveis estratigráficos diferentes na coluna de rocha local. O fator chave é a adaptação a uma série heterogênea de micro-ambientes vs. um padrão geral de estabilidade ao longo do tempo.

Como resumo, contrastamos as teses e predições da especiação alopátrica com as afirmações correspondentes do gradualismo filético apresentadas anteriormente:

- (1) Novas espécies surgem pela divisão de linhagens;
- (2) Novas espécies desenvolvem-se rapidamente;
- (3) Uma pequena subpopulação da forma ancestral dá nascimento à nova espécie;
- (4) A nova espécie origina-se numa pequena parte da extensão geográfica da espécie ancestral, numa área isolada na periferia da região.

Essas quatro afirmações encadeiam, por sua vez, duas conseqüências importantes:

(1) Em qualquer seção *local* que contenha a espécie ancestral, o registro fóssil da origem da descendente deveria consistir numa ruptura morfológica aguda entre as duas formas. Esta ruptura marca a migração da descendente, da área periférica isolada em que se desenvolveu à região de seu ancestral. A mudança morfológica na ancestral, mesmo se direcional no tempo, não deveria mostrar relação com a morfologia da descendente (que surgiu em resposta a condições locais em sua área isolada). Dado que a especiação ocorre rapidamente em pequenas populações que ocupam áreas pequenas longe do centro de abundância do ancestral, raramente descobriremos o evento real no registro fóssil.

(2) Muitas rupturas no registro fóssil são reais; elas expressam a maneira pela qual se dá a evolução, não os fragmentos de um registro imperfeito. A ruptura aguda numa coluna local registra com precisão o que sucedeu naquela área através do tempo. A aceitação deste ponto nos liberaria de um status auto-imposto de inferioridade entre as ciências evolutivas. A reação emocional do paleontólogo é ver quase qualquer anomalia como um artefato imposto por nosso marco institucional: um registro fóssil imperfeito. Mas da mesma forma como agora tendemos a ver a raridade de metazoários pré-cambrianos como um reflexo real da história da vida e não um testemunho dos estragos do metamorfismo ou as lacunas de intervalos Lipalianos, também poderíamos reavaliar as menores rupturas que permeiam nosso registro Fanerozóico. Suspeitamos que este registro seja muito melhor (ou pelo menos muito mais rico em casos ótimos) do que dita a tradição.”

O que dizem os autores é que os saltos evolutivos das espécies se dão através do isolamento geográfico (alopátrico) do segmento de uma população de certa espécie, de tal modo que não possa ter contato com o resto para sua reprodução. Esse segmento adaptar-se-ia às novas condições produzidas por seu meio e daria um salto em período relativamente breve, de poucos milhares de anos, para converter-se numa nova espécie. Ressaltemos a afirmação dos autores de que o segmento isolado **pode conter as características principais da nova espécie antes que ela apareça. Estas características seriam secundárias enquanto o segmento em questão for parte da espécie velha. Mas quando se dá o salto, estas características são a ponte para a nova espécie e prontamente fazem parte de suas características centrais.** Mais adiante voltarei a essa questão que considero crucial.

Enquanto isso, a população maior da antiga espécie manteria uma situação relativamente estável ao longo de milhões de anos. É a esta combinação entre a maioria da espécie que permanece estável e um pequeno segmento isolado da mesma que se converte de um salto numa nova espécie que se denomina evolução por equilíbrio pontuado.

Uma vez estabelecida, se a nova espécie entra em contato com a antiga, estendendo-se ao espaço desta e convertendo-se em simpátrica, pode ser produzido um híbrido, uma nova espécie na qual se unem a velha e a nova.

É evidente que esta visão condiz perfeitamente com um dos aspectos centrais da teoria do desenvolvimento desigual e combinado: a combinação de um segmento parcial de uma estrutura dinâmica (neste caso de uma espécie) com um fator externo modificado (neste caso uma região geográfica diferente e isolada) produz a transformação desse segmento numa nova estrutura dinâmica, diferente da pré-existente, através de um salto e não de uma acumulação gradual. A isto deve ser adicionada a hipótese dos autores, de que no segmento isolado existem antes da mudança elementos-chaves particulares que são a ponte ao “novo”.

Como pode ser aplicado este conceito de “equilíbrio pontuado” a outras áreas da análise científica? Por exemplo, pode ser estendida à análise do surgimento do novo na luta de classes ou na conformação de novas organizações sociais, sindicais e políticas? E ainda mais: pode ser útil na explicação do processo revolucionário?

Equilíbrio pontuado e revolução

Um exemplo muito atual que demonstra, em meu julgamento, de modo contundente o imenso valor deste conceito para entender a dinâmica social até a revolução é o desenvolvimento dos movimentos de trabalhadores desempregados conhecidos genericamente como “piqueteiros”, na Argentina. Trata-se de um fenômeno realmente único em todo mundo.

Como parte e resultado da aplicação de políticas neoliberais em nível mundial ocorreram inumeráveis processos de privatização que levaram à demissão de milhões de trabalhadores e à formação de um setor massivo de desempregados em inúmeros países, ao longo das décadas de 1980 e 1990 (a espécie mãe), como também foi visto na época da grande crise mundial da década de 1930. Em alguns casos, setores de desempregados organizaram-se através dos sindi-



catos aos quais pertenciam antes de serem demitidos. Também houve alguns exemplos na história de agrupamentos de desempregados vinculados a partidos de esquerda.

O fenômeno da organização massiva de dezenas de milhares de desempregados na Argentina, na década de 1990, em movimentos piqueteiros é único, não somente por sua extensão, mas porque em casos muito importantes e numerosos tratou-se do surgimento de organizações independentes com métodos e concepções revolucionárias ou “revolucionárias inconscientes”, isto é, surgidas da prática e não de uma elaboração teórica pré-existente (esta seria a nova espécie a partir de um pequeno segmento isolado da espécie mãe). O que só pode ser explicado, por sua vez, pela existência de condições “objetivas” particulares, como a falta de qualquer resposta institucional ao aparecimento explosivo deste setor tão massivo de desempregados ou a existência no seio dessa imensa massa de desempregados de uma grande quantidade de ativistas e dirigentes formados nas décadas anteriores por correntes trotskistas, peronistas de esquerda, etc. E que estes ativistas inicialmente dirigiram segmentos do movimento de desempregados de forma independente do estado e dos partidos políticos burgueses e operários burocráticos.

Também existiu e existem fatores de controle, de freio, no interior do movimento de desempregados, como a presença de organizações e dirigentes do núcleo da igreja católica, outros provenientes do maoísmo e de organizações trotskistas burocratizadas, que atuam como freio ao desenvolvimento independente do mesmo. O estado burguês, na medida em que continua existindo, em pouco tempo desenvolveu anticorpos para esta rebelião, através da cooptação do movimento pela via dos subsídios estatais administrados pelos dirigentes piqueteiros. Os quais, por sua vez, na maioria dos casos, se converteram e são hoje simples administradores destes subsídios.

Mas em sua origem o movimento piqueteiro teve uma profunda dinâmica independente. A combinação de elementos objetivos e subjetivos particulares produziu um crescimento explosivo destes movimentos, especialmente nas regiões petrolíferas de Salta e da Patagônia, e dali estenderam-se ao resto do país.

O crescimento explosivo do desemprego – um fenômeno mundial – combinado com a presença de quadros educados no trotskismo ou de peronistas de esquerda a nível local, fez surgir, numa “região geograficamente isolada”, a Argentina, um fenômeno local, de crescimento explosivo, os piqueteiros. Os trabalhadores desempregados no resto do mundo seguiram numa situação de “equilíbrio”, enquanto na Argentina se dava um crescimento explosivo “pontual” do novo movimento piqueteiro.

É interessante ressaltar que a cooptação da maioria destes movimentos piqueteiros pelo estado burguês, pela via da administração dos subsídios, está de acordo com o processo que Eldredge e Gould denominam “hibridização”: quando o movimento piqueteiro independente entra em contato com o estado burguês, agente das políticas imperialistas mundiais, produz-se o movimento piqueteiro burocratizado ou domesticado que conhecemos atualmente.

Porém este é apenas um exemplo. Sem dúvida outro exemplo histórico de “equilíbrio pontuado” e “especialização alopatrica” infinitamente mais importante no terreno social é o da Revolução Russa de 1917.

A classe operária e os camponeses sofriam o massacre e as espantosas condições impostas pela crise capitalista e a guerra interimperialista de 1914-1918 praticamente em todo o mundo. A Rússia distinguiu-se por contar com a burguesia e as instituições estatais mais débeis na cadeia imperialista mundial. No entanto, a colônia operária local, pequena, jovem, em condições de grande isolamento internacional provocado pelo autoritarismo czarista e a própria guerra, tinha à sua frente uma direção - o partido bolchevique - particularmente adaptada às necessidades da luta pelo poder. O que, por sua vez, foi consequência de sua longa luta na clandestinidade. Esta combinação de ambiente “isolado” e fatores particulares foi o que levou ao triunfo da revolução ali, e à extensão do regime do partido bolchevique a toda nova organização, o estado dos trabalhadores.

É importante recordar que, apesar de todos os seus esforços para conseguir que o bolchevismo fincasse pé na Alemanha, onde em 1918-19 e em 1923 se deram dois poderosos levantamentos operários revolucionários, o jovem estado soviético não alcançou seu objetivo. Visto desde os conceitos mais gerais da teoria da especiação alopátrica, em particular a idéia de que a “espécie descendente” pode hibridizar com a “espécie ancestral” logo após sua estabilização, a incapacidade dos bolcheviques de se estabelecerem nas revoluções alemãs do primeiro pós-guerra assume um significado muito particular: poderia ser dito que a tentativa estava destinada ao fracasso porque o novo, o estado soviético, era uma autêntica mutação genética em pleno curso. E não poderia interpenetrar-se com a espécie ancestral, o proletariado alemão, permeado por sua extensa e tradicional organização social-democrata reformista, enquanto o estado operário soviético (a nova espécie) não se consolidasse.

No entanto, a nova espécie tinha uma particularidade: confinada exclusivamente na Rússia não poderia desenvolver toda sua potencialidade. A derrota da revolução européia (especialmente a partir da derrota da revolução alemã de 1923), deixa a URSS fechada em si mesma e por isso mesmo num estado de desenvolvimento interrompido.

A nova espécie terminou consolidando-se como um espécime deformado, o estado operário burocrático liderado por Stalin. Essa nova espécie pôde estender-se depois da Segunda Guerra Mundial, dando nascimento a 15 novos estados operários burocráticos. Este processo poderia ser chamado de “hibridização”? Creio que sim. É a síntese entre a velha espécie, o estado capitalista, e a nova espécie consolidada, o estado operário burocrático soviético stalinista, que gera o sistema de estados operários burocratizados.

Neste momento é imprescindível introduzir o conceito dialético de que **o todo determina as partes**. Ao não ser bem sucedida a destruição do capitalismo em todo o mundo a partir do triunfo da Revolução Russa, o desenvolvimento dos estados operários ficou limitado pela via de sua burocratização. O que, por fim, levou à restauração capitalista.

Alcances e limites das analogias e um conceito central que subsiste

No entanto, é claro que estas analogias entre o campo da teoria evolucionista e o da teoria da revolução permanente têm um alcance limitado. Seria necessá-

rio verificar se no campo da evolução das espécies existe algo semelhante à degeneração burocrática da URSS e à deformação burocrática congênita dos demais estados operários que, no marco da sobrevivência do capitalismo mundial, levou, nas últimas décadas, à recolonização, pela velha espécie - o imperialismo -, dos territórios onde havia nascido a nova espécie - os regimes pós-capitalistas.

Por outro lado, não são analogias o que buscamos, mas a possibilidade de encontrar, no desenvolvimento das ciências modernas, leis, conceitos, teorias, que permitam enriquecer a teoria geral do desenvolvimento desigual e combinado.

O fazemos a partir da idéia dialética elementar de que embora o todo (a teoria do desenvolvimento desigual e combinado) domine ou governe as partes (as ciências), o desenvolvimento destas retroage sobre a totalidade, sendo este um dos fatores centrais de mudança. De que maneira a parte em questão, a teoria do equilíbrio pontuado de Eldredge-Gould, pode contribuir para a teoria geral do desenvolvimento desigual e combinado?

Creio que a idéia de que a nova espécie surja de um segmento da espécie mãe que contém previamente elementos do novo e que se encontra em condições particulares de isolamento nas margens da estrutura existente é uma aplicação à teoria evolucionista de uma lei que os marxistas conhecem a partir de aplicações particulares de Lenin e Trotsky. Quer dizer, para usar termos hegelianos, os marxistas conhecem e aplicam esta lei a aspectos da realidade, mas até então não a reconheceram como uma lei geral da teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

“A corrente imperialista rompe-se pelo seu elo mais fraco”, foi a explicação que deram Lenin e Trotsky do triunfo da Revolução Russa de 1917 e que logo o segundo generalizou aos processos de revolução social na teoria da revolução permanente, quando incorporou a esta a necessidade do partido revolucionário mundial para o triunfo do socialismo no mundo.

Mas a idéia do equilíbrio pontuado permite adicionar uma precisão à teoria ao dizer que **o novo surge de um segmento isolado do velho que tem, previamente, características pontuais do novo. E que estas características particulares desse segmento se desenvolvem exatamente pelas condições de isolamento em um meio favorável a elas e “protegidas” do meio geral.**

Isto é o que, sem generalizá-la como lei, Lenin, Trotsky e Moreno sempre explicaram em relação à Rússia: para que a revolução russa pudesse ocorrer teria que existir previamente no seio do proletariado russo o partido bolchevique. Mas esta revolução só poderia concretizar-se, suas qualidades extraordinárias (o partido bolchevique) somente poderiam ser expandidas, nas circunstâncias particulares de isolamento da Rússia criadas pela guerra.

A mesma lei aplicada ao surgimento do movimento piqueteiro na Argentina diz: para que pudesse surgir o movimento piqueteiro na Argentina teria que existir previamente na classe operária Argentina uma grande camada de lutadores operários educados no trotskismo e no peronismo de esquerda. Mas este elemento somente pôde expandir-se como direção independente na medida em que as condições da década de 90 e a extraordinária e explosiva crise existente na Argentina forneceram um meio distinto e isolado.

É possível aplicar as leis do equilíbrio pontuado à elaboração do programa, da política e da construção do partido?

Uma das leis mais gerais do marxismo afirma que a realidade é sempre mais rica que qualquer esquema que possa ser feito sobre ela, por mais científico que seja o método com o qual é elaborado. A teoria do equilíbrio pontuado pode explicar porque isto é assim. O novo surge nas margens, em segmentos isolados. Não são as tendências centrais dos fenômenos as que levam às rupturas e ao salto ao novo. São segmentos isolados, marginais, os que produzem o novo e então realimentam o conjunto pela via do processo de hibridização entre o novo e o velho.

Isto nos coloca uma série de perguntas: É possível explorar sistematicamente os segmentos marginais para encontrar e prever os embriões do novo? É possível provocar o salto ao novo em segmentos marginais criando-se condições excepcionais?

Aqui nos apoiaremos na estratégia desenvolvida por Nahuel Moreno para a construção de partidos revolucionários em busca da resposta.

Moreno afirmava que ao se constituir o primeiro núcleo fundacional de um partido revolucionário, sua tarefa seria fazer o mesmo que um partido grande faria, disputar a direção das massas impulsionando sua mobilização e construindo o partido, mas o faria apenas em um lugar determinado, onde se dessem condições específicas para isso. Poderia ser uma fábrica, uma faculdade, uma escola. Qualquer estrutura onde houvesse um setor de massas que o partido pudesse tentar dirigir. O grupo fundador deveria dirigir-se a este setor com uma agitação na qual se combinassem palavras de ordem para a ação imediata e outras que indicassem o horizonte da luta geral das massas pelo poder. Moreno denominava estes dois tipos diferentes de agitação como “para a ação” e “propagandística”.

Ao mesmo tempo, o grupo fundador deve realizar propaganda das políticas que são levadas ao conjunto das massas sobre os ativistas mais destacados para ganhá-los ao partido. Assim, ganhará como militantes ativistas surgidos das massas, capazes levar a elas a agitação como parte do partido.

Uma vez que o grupo fundador se construa num segmento das massas, a partir dali deve procurar estabelecer-se no segmento do movimento operário industrial mais concentrado e explorado, para adquirir solidez como partido operário revolucionário. Isto inclui sua organização com um regime de centralismo democrático baseado na hierarquização dos organismos (células de base, organismos intermediários, Secretariado, Comitê Executivo, Comitê Central).

A partir de sua consolidação podem acontecer saltos em sua construção através da unidade com correntes em ruptura com as direções burguesas e burocráticas. A ponte para isso será um “programa mínimo revolucionário”: busca-se definir palavras de ordem centrais para a luta de classes que definam uma perspectiva revolucionária. E se busca construir uma nova organização mais ampla em torno desse programa mínimo revolucionário.

O núcleo fundador trotskista e seu programa mínimo revolucionário servem assim de ponte para o salto na construção de um partido superior, maior e melhor implantado.

É fácil perceber neste processo a lógica do chamado “equilíbrio pontuado”, embora obviamente Moreno não o formulasse assim. Moreno partia da necessidade de organizar e consolidar o núcleo fundador e então buscava segmentos dinâmicos das massas, em ruptura com seu corpo geral e que não estivessem controlados por dirigentes burocráticos e burgueses. E tentava a “hibridização”, a fusão com estes segmentos, na busca da constituição de uma espécie híbrida, um partido revolucionário com influência de massas onde os trotskistas, pelo menos inicialmente, seriam minoria. O elemento que contém as características essenciais do novo é o núcleo fundador “bolche”, com seu programa mínimo revolucionário.

Moreno não fazia mais que seguir os ensinamentos de Trotsky sobre as táticas de “entrismo” e de Frente Única Revolucionária, que tinham como objetivo ajudar as organizações débeis da Quarta Internacional nascente a empalmar com as rupturas dentro de ou por fora das organizações burocráticas (no fim dos anos trinta o fenômeno dava-se principalmente com respeito à burocracia dos partidos social-democratas, o stalinismo estava no auge) para dar um salto em sua construção.

Voltemos uns passos atrás. A estratégia de Moreno (tomada de Trotsky) consistia em afirmar os traços distintivos da nova espécie, o embrião do partido revolucionário, pela via de um programa revolucionário e um regime de centralismo democrático. Porém, em seguida, o programa devia ser apresentado taticamente em uma forma abreviada, sintética, e dirigido ao diálogo com setores em ruptura com os dirigentes burocráticos.

O experimento mais avançado feito por Moreno com este método foi o da construção do Movimento de Agrupamentos Operários, com seu jornal *Palabra Obrera* (Palavra Operária). Assim foi constituída, em meio à revolução que se enfrentava com a ditadura de 1955 a 1958, uma corrente onde se uniam quadros trotskistas com ativistas provenientes do peronismo, no seio de um órgão de poder operário, as 62 Organizações, que comandava a resistência ao regime militar.

A revolução foi derrotada e o experimento de Moreno fracassou – ele mesmo se autocriticou por ter apresentado um desvio “movimentista” ao impulsionar o MAO sem construir o partido – mas este episódio histórico fixou-se como um marco na conformação do método morenista.

Sem dúvida o experimento mais bem sucedido com esta política foi levado adiante pela seção brasileira da LIT, com seu entrismo no PT nas décadas de 1980 e 1990 que culminaria – logo após a morte de Moreno – no nascimento e consolidação do PSTU como o principal partido trotskista do mundo. E hoje, sem dúvida, um novo marco é a construção da CONLUTAS como centro de agrupamento da ruptura operária com Lula e o PT.

Os passos desta metodologia seriam resumidamente:

- (1) Constituir um núcleo fundador em torno ao programa, o regime e o método marxista-leninista-trotskista-morenista;
- (2) A partir desse núcleo “marginal” consolidado lançar as redes do programa mínimo revolucionário e as táticas de entrismo, FUR, etc.;
- (3) Com os setores que aderirem ao programa mínimo revolucionário, consolidar um novo organismo maior, que lute pela influência de massas.

A primeira chave está na constituição e consolidação do núcleo fundador. Quais são suas características? São as da especiação alopátrica? Creio que sim. Trata-se de encontrar um segmento isolado da realidade onde as características particulares dos revolucionários com seu programa possam fincar-se, sem que possam ser derrotados em sua tentativa pelas “espécies” inimigas muito mais poderosas, que são a burguesia e a burocracia.

Isto é, os revolucionários têm que procurar “colonizar” segmentos, estruturas da classe operária, onde, devido a condições particulares, o controle e a influência dos dirigentes contra-revolucionários estejam enfraquecidos. E uma vez consolidados num ponto, devem repetir a operação até estender-se a um setor que lhes permita ter uma existência mais ou menos estável, por exemplo, uma região industrial, um sindicato, uma faculdade, uma união de escolas secundaristas.

Um passo fundamental é a homogeneização do “novo” em torno ao programa e com seu regime de centralismo democrático, que são as características particulares da nova espécie. Para isto o critério de Lênin é significativo: é saudável que o grupo fundador em seus inícios tenha características sectárias, isto é, que se isole do conjunto para consolidar-se.

Cumprido este passo de estabilização do “novo” – o partido revolucionário de vanguarda –, as condições para tentar a conquista da influência de massas, através de táticas em torno do programa mínimo revolucionário, estarão dadas.

Dessa forma, podemos considerar o método morenista para a estratégia de construção do partido revolucionário como um caso da utilização dos conceitos de equilíbrio pontuado e hibridização.

Como isto pode ser traduzido na atividade cotidiana dos militantes? O ponto de partida é, como sempre, a análise e a caracterização da frente na qual se intervém. O passo seguinte é encontrar os fatores que podem levar à luta (condições de trabalho, salário, condições de estudo, problemas no bairro, etc.) para fazer agitação para a ação e propagandística, e descobrir desse modo os companheiros que tendem a se destacar do conjunto como ativistas independentes. Organizá-los como núcleo vinculado ao partido e consolidá-los como célula. E levá-los a ganhar a direção do conjunto da estrutura (fábrica, colégio, bairro, etc.).

Isto é simplesmente uma aplicação do método geral a uma estrutura particular. A condição para avançar é sempre encontrar um segmento do todo (núcleo de ativistas) que possa ser isolado e ser consolidado como embrião de uma nova direção ■

"As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista"

Valério Arcary

O desafio de resenhar o trabalho de Valério Arcary é de tal dificuldade, dada a profundidade de análise do autor nesta temática de revolução em perspectiva marxista, que o faço por absoluto convencimento do valor que esta sua obra possui.

Ao começar a leitura, depois de observar a contracapa e as diversas recomendações, já na dedicatória o leitor é sacudido, uma vez que a mesma mostra que a nossa indiferença diante da realidade social em que vivemos, na essência, é uma cumplicidade com a classe dominante. No prefácio, César Benjamim observa, de uma forma clara, o valor desta obra em um momento em que grande parte da "esquerda" debanda para projetos mais fáceis que a preparação de um projeto revolucionário requer. Assim, estas esquerdas correm para as carreiras eleitoreiras e as soluções administrativas que, na realidade, consistem na adaptação ao Estado, na formação de burocracias e na obtenção de seus salários certos.

Após os agradecimentos, que acreditamos ser particularidades do autor, iniciamos a introdução, em que este, por meio de uma metáfora, mostra o curso de um rio, comparando-o ao movimento histórico e da luta de classes, observando que os fluxos históricos não se revelam com facilidade, daí a necessidade de uma análise criteriosa e profunda. Para isto, Arcary observa o valor de analisarmos os últimos movimentos populares na América Latina, onde, recentemente, se derrubaram diversos governos (Argentina, Equador e Bolívia), colocando-se a questão do poder na ordem do dia. Entretanto, não se conseguiu fazer a tão esperada revolução socialista nesses países, mesmo com os trabalhadores tomando, inclusive, o Palácio do Governo, como no caso do Equador. Ele faz então uma reflexão acerca do porquê dos trabalhadores não constituírem governos nesses países. Em seguida, o autor justifica a necessidade de suas citações serem um pouco longas, no sentido de não fazê-las descontextualizadas da atualidade histórica. Ao terminar a introdução, ainda que esta possua outros pontos de valor, destaca-se uma rica análise sobre o tempo, que é uma preciosidade para quem se afina com a história.

FERNANDO
SÉRGIO
DAMASCENO

*Fernando Sérgio
Damasceno é
professor de História
na Universidade
Federal de Roraima
(Brasil).*

Já no primeiro capítulo, Arcary começa pela atualidade, abordando a questão da tomada do poder por meio de um processo revolucionário, destacando as mobilizações na Bolívia, dentre outras. O autor observa que revoluções vêm ocorrendo com frequência em nossa contemporaneidade, mas pergunta por que nenhuma dessas saiu vitoriosa? Eis um grande debate ao qual não se furta. Para isso, dialoga com marxistas revolucionários no sentido de esmiuçar esses acontecimentos extraordinários que são as revoluções. Dentro desse quadro, surge a questão: quando os homens fazem revoluções? Arcary consegue captar o problema e dialogar com revolucionários marxistas, a exemplo de Trotsky, que nos deixa uma máxima que merece ser citada: “*Os homens só se levantam em massa quando percebem subitamente como estão mentalmente atrasados em relação aos tempos e desejam reparar esse atraso imediatamente*” (p.29). Avançando nesse capítulo, Arcary pondera que revoluções não se resumem a insurreições, e sobre estas distinções se deve ter clareza, como a que demonstra no diálogo com Gorender, o qual observa que a perspectiva revolucionária não pode cair em um credo religioso, o que muitos fazem, quando acreditam na revolução somente para gerações futuras. Para não alongarmos mais, destaca-se a questão de como se definem situações revolucionárias, para clarear um pouco aqueles que alegam que o autor encontra revoluções demais em todo canto.

Ao iniciar o segundo capítulo, Arcary faz uma observação acerca da *relação de forças* na sociedade, questão esta que, na história, divide posições, visto que uns, a exemplo de Kautsky, levam em maior consideração fatores objetivos, como o número de votos dos partidos de esquerda e de direita. Outros, como Lenin e Trotsky, privilegiam a capacidade de mobilização dos trabalhadores, como termômetro mais honesto de se perceber este embate, ainda que não desprezem a análise eleitoral. Nesse sentido, a burguesia, ainda que liderando o parlamento de forma absoluta, possui, na realidade, uma *relação de forças* bem mais desfavorável para si do que aquela que o número de parlamentares mostra, sendo que, nesse caso, Arcary observa que falta aos trabalhadores a confiança em si para travar a luta. Há também o problema da cooptação pela burguesia de parte considerável das direções dos trabalhadores, o que sempre pesa nesta *correlação de forças*. Além disto, Arcary trabalha uma discussão das análises objetivas e subjetivas da *correlação de forças* na luta de classes, pontos imprescindíveis para se entender a determinação de um período revolucionário e, sem dúvida, para se perceberem as crises revolucionárias, que estuda logo em seguida.

No terceiro capítulo o autor discute o que são situações revolucionárias, que Lenin se empenhou em teorizar com mais afinco, desde 1905 e em 1917; isto, para entender o estado de colapso da governabilidade da elite dirigente e suas instituições. Arcary busca em Lenin toda a compreensão a respeito desse entendimento que um partido revolucionário necessitaria para a tomada do poder. Assim, observa que uma situação revolucionária está diretamente ligada à maturação dos fatores objetivos, mas isto não é suficiente para se chegar à crise revolucionária e à revolução. É necessário que os fatores subjetivos (mobilizações, ascensão da consciência etc.) estejam presentes. Tais combinações não são fáceis de se criar e de se perceber, principalmente quando essas variáveis diversas estão relacionadas à deflagração da tomada do poder, visão sobre a



qual o autor dialoga com Lenin e Trotsky. Mas é importante colocar ainda que, como mostra o autor, nem toda revolução é socialista. Assim, há variáveis que se encontram em uma revolução socialista e que não em outra revolução, como as revoluções políticas e vice-versa. No entanto, e em particular para os revolucionários socialistas, é imprescindível caracterizar corretamente se a situação é revolucionária ou não, pois, caso seja e não se lute pelo poder, o fracasso será evidente. Por outro lado, caso não se trate de uma situação revolucionária e se lute pela tomada do poder, também ocorrerá um desastre, sendo, em certos casos, necessárias décadas para se reconstruir novamente o movimento e o partido.

Na quarta parte de sua obra, Arcary observa que embora atualmente os trabalhadores não vejam nenhuma experiência de uma sociedade que esteja em transição para o socialismo — para isto destaca Cuba e China — esse fato não quer dizer que o capitalismo esteja sem crises, e que a época aberta pela revolução de Outubro se tenha fechado, ou que Outubro tenha sido uma “quartelada”. Indo mais à frente e combatendo estes asceticismos, Arcary observa que uma teoria da revolução não pode ser definitiva, que sempre teremos novos elementos no processo. O autor faz um debate com o limite do reformismo, que ultimamente a burocracia e a burguesia têm abraçado, ao mesmo tempo em que sinaliza que as revoluções também têm ensinado a burguesia a se precaver em momentos de crises revolucionárias, uma vez que ela tem muito mais a perder. Assim, para o autor, a burguesia se torna a cada momento muito mais internacionalista para dar maior coesão ao seu projeto “democrático”. Ao mesmo tempo, o proletariado se encontra mais disperso, resultado da longa política stalinista e da influência da *social democracia* na defesa da governabilidade, quadro que perdurou praticamente durante toda a segunda metade do século passado. Neste sentido, após incluir nesta discussão os processos revolucionários dos países africanos, como Angola, dentre outros, e do próprio oriente (o caso do Irã e seus desdobramentos), o autor pergunta por que as revoluções sociais ficaram mais difíceis. Arcary acredita que se formou uma força contra-revolucionária mais poderosa, alicerçada em fatores subjetivos sobre os quais discorre.

A quinta parte do livro privilegia o século XX, avaliado como o mais revolucionário da História, sendo que, para isso, o histórico de lutas com perspectivas socialistas começa a partir da segunda metade do século XIX, oferecendo ao século XX o período em que a classe trabalhadora mais vislumbra uma saída socialista para a humanidade, embora estivesse sem o respaldo da burocracia stalinista, com os acordos de Ialta e Potsdam, e da própria *social democracia* europeia, como sugere o autor. Neste momento são destacados, inclusive, os movimentos socialistas que tentaram substituir as massas em suas ações, e mesmo as revoluções camponesas vitoriosas que, por um lado, não constituíram seus organismos populares de poder, ao passo que as primeiras do século XXI, Equador e Bolívia, por exemplo, constituíram seus poderes populares, passo importantíssimo em uma revolução socialista e operária. Arcary observa também, dentre as diversas revoluções do século XX, aquelas que foram de *fevereiro*, ou seja, *políticas*, que não se desdobraram em *revoluções de outubro*, isto é, *revoluções sociais*. Nas *revoluções de fevereiro*, o autor visualiza seus meandros,

observando a princípio cinco características, sem deixar de lado uma elaborada análise sobre a participação da classe média nesses processos, dada a situação precária e sem perspectivas em que vive.

Arcary começa o sexto capítulo por destacar que as revoluções, em especial aquelas realizadas no século XXI, têm um profundo caráter internacional, ainda que seus atores nacionais não tenham consciência disso. A sincronia desses feitos não deixa dúvidas. Para tal análise, o autor subdivide esses momentos revolucionários em cinco ondas revolucionárias, começando pela russa de 1917, chegando a Berlim de 1989. É bem provável, segundo o autor, que a sexta vaga revolucionária tenha seu epicentro na América Latina, uma década após a queda do muro de Berlim.

No sétimo capítulo, o autor procura fazer uma discussão sobre os critérios para a classificação do que seria uma revolução. Para isso, de forma bem resumida (de nossa parte) o autor divide-os em quatro itens, a saber: as tarefas político-econômicas; o sujeito social; os resultados; e a direção política da revolução. A partir desse quadro, ele avança um pouco mais na discussão das circunstâncias criadas para uma revolução política e uma revolução social. Assim, analisa os diversos fatores, aproveitando uma antiga polêmica de Rosa Luxemburgo e Lenin a respeito do assunto. Tudo isso Arcary faz para se entender a natureza de classe da revolução e realizar a qualificação ou definição política do evento revolucionário.

No oitavo capítulo, Arcary destaca o papel do indivíduo no processo revolucionário, e começa observando que é no calor das crises que se formam as condições subjetivas da mudança social, e, nesta situação, a participação das representações políticas no processo é de relevância. E os indivíduos de maior destaque? Como ficam enquadrados nesse momento? - indaga o autor. Para fazer esta discussão, recorre primeiramente a Marx, para se observar o processo histórico de uma maneira geral e, em seguida, dialoga com a visão de Plekhanov, em *O papel do indivíduo na história*. Toda a elaboração do autor nos leva a compreender que a relação *processo histórico e sujeito* é muito mais dialética do que se imagina em um primeiro momento. Ao se referir ao papel do indivíduo na História se “está, na verdade, abordando... a questão dos fatores de subjetividade na revolução” (p. 176). Dessa forma, discorda diversas vezes das posições de Plekhanov, por serem objetivistas. Assim, Arcary chega à conclusão de que neste século XX para XXI, a margem de improvisação para a construção de lideranças políticas dos trabalhadores são muito mais estreitas, além do que é muito mais difícil construir seus próprios partidos classistas. Desta forma, o que nos toca é a necessidade de forjar “previamente” as ferramentas de luta, no caso, o material humano e os partidos da classe operária. Neste sentido, é discutido pelo autor, com muita propriedade, o papel de direções revolucionárias no processo, observando o exemplo de Lenin.

Em seguida, o autor faz uma breve introdução do quadro mórbido do movimento operário do século XX nos EUA e Inglaterra, para destacar a conturbada América Latina e seus desencontros no processo de luta, onde a ditadura, em diversos países, venceu o chamado de Che e toda uma geração que mergulhou na luta armada por uma vida melhor de seu povo explorado. Para tentar entender todo esse processo de derrotas, apesar da mais alta abnegação

de muitos dessa geração de revolucionários, Arcary usa de alguns subsídios da história contrafactual, argumentando que, ao reconstruir hipóteses desse passado, não estaria fazendo diletantismo, nem ficção histórica, mas usando de uma via distinta para interpretar o que de fato ocorreu. Faz algumas análises da revolução de Outubro e, posteriormente, uma discussão histórica do papel das direções políticas dentro de seus processos. Arcary chama a atenção, inclusive, para a polêmica se o partido político é a ferramenta adequada para a luta atual, e nisto aprofunda a discussão em um momento em que os partidos estão desacreditados inclusive por uma boa parte de militantes que deixaram de atuar. O que isto significa para nossa atualidade é o que o autor visualiza.

No último capítulo, Arcary analisa a questão do substitucionismo do sujeito social, questão polêmica, visto que alguns autores acreditam no exemplo da revolução chinesa e cubana, onde o proletariado foi substituído pelo campesinato. Esses autores argumentam que seria assim daqui para frente. Porém, qual o peso de uma revolução com este caráter? Dentre outras coisas, Arcary observa que aquilo que não avança recua, ou seja, mesmo as revoluções cubana e chinesa recuaram, dada a reconstrução do capitalismo em seus territórios. Mas, daí a pergunta: seria mesmo o proletariado o agente revolucionário, uma vez que o reformismo sempre apresenta-se com força? Dentro de uma longa argumentação, o autor destaca que a História mostra exemplos de rendição de partidos operários, chefes, movimentos etc. No entanto, as classes sociais em luta *não se rendem*. Ao não se renderem, o processo de luta é contínuo, ainda que com altos e baixos, mas nunca deixa de existir até mesmo em um regime de governo sólido.

Por fim, Arcary observa o sentido da crise de governo e de regime, fazendo uma análise das diferenças e possibilidades de cada um desses momentos para os trabalhadores. Afirma ainda que o século XXI vislumbra uma nova fase de convulsões sociais. Por tudo isto, e muitas outras questões que a obra trata e não tivemos oportunidade de mostrar aqui, afirmamos que é uma literatura rara, diante do *vendaval oportunista* que assola a esquerda e a intelectualidade mundial ■



ARCHIDELAGO DI
SAN LAZARO.

OCCIDENS.

MAR DEL SVR.

PACIFICAE.

Marxismo Vivo

NOVA GUINEA.

TERRA AVTRA
IN HIS. MYR.
NAOELLA.
NICA HAC.
YENS IN.
COGNITA.

AMERICAE SIVE
NOVI ORBIS, NOVA
DESCRIPTIO.